

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP



Valor da oferta pública: **R\$ 5.000.000,00**

Classificação Standard & Poor's para as cotas seniores: **"brAAf"**

Código ISIN: BRLEGOCTF021

Classificação na ANBID: FIDC

O **FUNDO** foi cadastrado na CVM sob o número 252-6.

Esta distribuição foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/006.

O **FUNDO** foi constituído, por deliberação da Administradora, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 120 meses. Foi inscrito no CNPJ do MF sob o número 09.240.356/0001-77 e o seu regulamento foi registrado no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Curitiba sob o número 308766 em 06 de novembro de 2007.

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP está ofertando 1 (uma) série de cotas seniores composta de 5.000 (cinco mil) cotas, no valor cada uma de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Somente investidores qualificados poderão subscrever ou adquirir cotas do **FUNDO**.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do código de auto-regulação da ANBID para fundos de investimentos, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do **FUNDO**, bem como sobre as cotas a serem emitidas.

Os valores mobiliários objetos desta oferta serão registrados para negociação secundária no Sistema de Fundos Fechados - SFF, operacionalizado pelo Cetip S/A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("**CETIP**").

Este **FUNDO** não conta com garantia da Administradora, da Gestora da carteira, dos prestadores de serviços ou de qualquer seguradora, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** apresentam risco para o investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o **FUNDO** e seus investidores.

As informações aqui contidas estão em consonância com o regulamento do **FUNDO**, em anexo, que faz parte deste prospecto. Recomenda-se a leitura cuidadosa deste prospecto, assim como do regulamento e demais anexos, com especial atenção para os itens e artigos relativos ao objetivo e à política de investimento do **FUNDO**, bem como às disposições que tratam dos fatores de risco.

Para o pagamento do resgate ou da amortização será considerado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

Todo cotista, ao ingressar no **FUNDO**, deve atestar, por meio da assinatura de um termo, que é investidor qualificado, que recebeu um exemplar deste prospecto e do regulamento e que tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento. Os investidores devem ler a seção fatores de risco nas páginas 43 a 46 deste prospecto.

A Administradora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações, para o registro do **FUNDO** e distribuição de suas cotas, prestadas neste prospecto e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

O endereço da Administradora é Rua Pasteur 463, 11º andar, Curitiba, PR, CEP: 80250-080. Telefone: (41) 3074-0909.

Data da edição deste Prospecto: 02/02/2009

Estruturação
Administração
Distribuição de cotas



Custódia

Deutsche Bank



Análise e seleção de
recebíveis



Auditoria



Assessoria Legal

PEIXOTO NETO
— advogados —

Supervisão



Sumário

1 – RESUMO DA OPERAÇÃO.....	4
2 – PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO	5
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	5
Natureza jurídica.....	5
Constituição / CNPJ	5
Base legal.....	5
Tipo e classe do Fundo.....	5
Prazo de duração.....	5
Metas e objetivos de gestão do Fundo.....	5
Público alvo.....	5
Classes de cotas	5
Amortização.....	5
Resgate.....	5
Data de conversão para liquidação financeira do resgate e cálculo da amortização	5
Mercado secundário.....	5
Patrimônio esperado após a distribuição da 2ª série de cotas seniores.....	5
Cláusula compromissória.....	5
NOMES DA ADMINISTRADORA, GESTORA E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	6
TAXAS.....	6
DESPESAS DO FUNDO	6
3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA PÚBLICA.....	8
Responsável pela distribuição.....	8
Emissor.....	8
Valores mobiliários ofertados.....	8
Preço unitário da cota sênior.....	8
Valor total da oferta.....	8
Classificação de risco.....	8
Data do protocolo na CVM.....	8
Rentabilidade alvo.....	8
Público alvo.....	8
Valor mínimo da aplicação inicial.....	8
Data do início da distribuição.....	8
Data máxima para o encerramento.....	8
Quantidade mínima de cotas distribuídas para encerrar a distribuição.....	8
Prazo de duração da aplicação.....	8
Amortização e resgate.....	8
Custos da distribuição e outros custos	8
4 – APRESENTAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS; OBRIGAÇÕES DE CADA UM DELES E PROIBIÇÕES.....	10
ADMINISTRADORA, ESCRITURADORA E DISTRIBUIDORA DAS COTAS.....	10
Perfil e histórico	10
Obrigações e vedações.....	10
Declaração de que agiu com cautela e diligência.....	12
GESTORA.....	12
Perfil e histórico	12
Função.....	12
CUSTODIANTE.....	12
Perfil e histórico	13
Obrigações	13
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	14
Perfil e histórico	14
Função.....	15
EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	15
Perfil e histórico.....	15
Função.....	16
CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ANÁLISE E SELEÇÃO DOS RECEBÍVEIS.....	16
Perfil e histórico.....	16
Função.....	16
Sobre a possibilidade da Consultora ceder direitos creditórios ao Fundo.....	16
ASSESSORIA LEGAL.....	16
Perfil e histórico.....	16
Função	17

SUPERVISÃO	17
Perfil e histórico.....	17
Função.....	17
5 – POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO	18
SEGMENTO DE ATUAÇÃO	18
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS RECEBÍVEIS	18
TAXA MÍNIMA PARA A AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	19
PRÉ-PAGAMENTO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	20
PDD E RECONHECIMENTO DE PERDA.....	20
COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA E LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	21
CONTRAPARTE	22
CUSTÓDIA DOS ATIVOS	22
PAGAMENTO PELA CESSÃO DOS RECEBÍVEIS	22
COBRANÇA REGULAR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	22
COBRANÇA DOS INADIMPLENTES	23
FLUXOGRAMA DA COBRANÇA	24
FLUXOGRAMA DA OPERAÇÃO	25
ANÁLISE DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS	26
6 – SOBRE AS COTAS, A DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E OS DIREITOS DOS COTISTAS	35
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS	35
EMIÇÃO, COLOCAÇÃO PÚBLICA DAS COTAS E CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO	35
AMORTIZAÇÃO E RESGATE	38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	39
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS	39
POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	40
POLÍTICA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO: A ASSEMBLÉIA DE COTISTAS	40
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	41
7 – FATORES DE RISCO	43
GARANTIAS E POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO (REBAIXAMENTO DE RATING E OUTROS EVENTOS)	43
RISCO DE CRÉDITO	44
RISCO DE LIQUIDEZ DOS ATIVOS	44
RISCO DE MERCADO	44
RISCO DE CONCENTRAÇÃO	44
RISCO DE DESCASAMENTO	44
RISCO DE LIQUIDEZ DA COTA NO MERCADO SECUNDÁRIO	44
RISCO DE DESCONTINUIDADE	44
RISCO DE RESGATE DAS COTAS DO FUNDO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	45
RISCO TRIBUTÁRIO	45
RISCO DE GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AOS DIREITOS CREDITÓRIOS	45
RISCOS RELACIONADOS À CONSULTORA	45
RISCO PELA AUSÊNCIA DE REGISTRO EM CARTÓRIO DAS CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO	45
RISCO REFERENTE À VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM	45
RISCO DE CONFLITO DE INTERESSES	45
DEMAIS RISCOS	46
8 – REGRAS DE TRIBUTAÇÃO PARA O INVESTIDOR	47
9 – POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SOBRE O ATENDIMENTO AO COTISTA	48
OBTENÇÃO DO REGULAMENTO, PROSPECTO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS DOCUMENTOS ELABORADOS POR FORÇA DAS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES	48
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	48
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	48
ATENDIMENTO AO COTISTA	51
10 – GLOSSÁRIO / DEFINIÇÕES	52
11 – SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS.....	54

ANEXOS

Anexo I – Regulamento do **FUNDO** e seus anexos

Anexo II – Relatório da agência classificadora de riscos para as cotas ofertadas

Anexo III – Informações Trimestrais referentes aos períodos findos em junho e setembro de 2008.

1 - Resumo da operação

Trata-se da distribuição pública da 2ª (segunda) série de cotas seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), correspondente a 5.000 (cinco mil) cotas seniores, cada uma no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

As cotas seniores da 2ª (segunda) série obtiveram classificação de risco “brAAf” da **Standard & Poor’s**.

Esta oferta destina-se exclusivamente a investidores qualificados e o valor mínimo para a aplicação inicial é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As cotas seniores possuem uma rentabilidade alvo de **120%** (cento e vinte por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de 1 (um) dia – “over Extra-Grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pelo CETIP. Esta é a rentabilidade esperada se os resultados da carteira do **FUNDO** assim o permitirem, não se constituindo em uma promessa ou garantia de rentabilidade.

As cotas subordinadas, em percentual mínimo de **40%** funcionam como mecanismo de proteção das cotas seniores contra eventuais perdas, pois se subordinam, para efeito de amortização e resgate, às cotas seniores.

A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 500 (quinhentas) cotas, poderá ser dado por encerrado o período de distribuição de cotas do **FUNDO** e o saldo não colocado será cancelado.

A partir do 25º mês, contados da data da primeira integralização das cotas seniores dessa 2ª série, as mesmas terão seus valores amortizados mensalmente, com base no cronograma e razões abaixo definidos, até o 30º e último mês, quando ocorrerá o resgate:

25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1

As cotas do **FUNDO** colocadas junto ao público serão registradas para negociação secundária no Sistema de Fundos Fechados – SFF, operacionalizado pelo CETIP.

A PETRA - Personal Trader CTVM S/A é a instituição responsável pela administração e escrituração das cotas do **FUNDO**. A gestão da carteira será feita pela PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria S/A. O Custodiante e responsável pela controladoria e cobrança regular dos recebíveis é o DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO. A empresa LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA. foi contratada como consultora especializada para a análise e seleção dos recebíveis.

2 – Principais informações sobre o FUNDO

Características do FUNDO

<i>Natureza jurídica</i>	É uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios elegíveis conforme o seu Regulamento.
<i>Constituição / CNPJ</i>	O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL LEGO LP foi constituído por deliberação de sua Administradora. Seu regulamento foi registrado em Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba/PR conforme Anexo I deste prospecto. O protocolo do registro do FUNDO foi realizado em 07/05/2008. O FUNDO foi inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, administrado pela Receita Federal do Brasil, sob o número 09.240.356/0001-77.
<i>Base legal</i>	Resolução CMN nº 2.907 de 29.11.2001 e Instruções CVM nºs 356, de 17.12.2001, e 393, de 22.07.2003.
<i>Tipo e classe do FUNDO</i>	Fundo de investimento em direitos creditórios do tipo FECHADO . Fundo de longo prazo.
<i>Prazo de duração</i>	É de 120 meses, contado a partir da subscrição inicial de suas cotas (da 1ª série de cotas), podendo este prazo ser alterado por decisão da Assembléia Geral, devendo o FUNDO ser liquidado no último dia útil do 120º mês. ATENÇÃO: o investidor não deve confundir o prazo de duração do FUNDO com o prazo de duração da segunda série de cotas que está sendo ofertada, que é de apenas 30 meses, com amortização a partir do 25º mês.
<i>Metas e objetivos de gestão do FUNDO</i>	O objetivo do FUNDO é a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços, conforme política de investimento estabelecida em seu regulamento e apresentada neste prospecto.
<i>Público alvo</i>	Investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de cotas do FUNDO .
<i>Classes de cotas</i>	Seniores e subordinadas. O FUNDO pode emitir séries de cotas da classe sênior com prazos e valores para amortização, resgate e remuneração distintos.
<i>Amortização</i>	No caso das cotas seniores, haverá amortização conforme o cronograma estabelecido para cada série de cotas emitidas. No caso das cotas subordinadas, haverá amortização conforme o cronograma estabelecido ou nas hipóteses previstas no Regulamento.
<i>Resgate</i>	Não haverá resgate de cotas a não ser por ocasião do término do prazo de duração de cada série de cotas ou da duração do FUNDO ou, ainda, no caso de liquidação antecipada do FUNDO .
<i>Data de conversão para liquidação financeira do resgate e para cálculo da amortização</i>	Será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo do resgate ou amortização.
<i>Mercado secundário</i>	Sistema de Fundos Fechados – SFF, operacionalizado pelo CETIP.
<i>Patrimônio esperado após a distribuição da 2ª série de cotas.</i>	R\$ 19.564.519,58, considerando a colocação da totalidade das cotas seniores desta 2ª Série
<i>Cláusula compromissória</i>	Quaisquer controvérsias surgidas em razão da subscrição ou aquisição de cotas do FUNDO serão decididas pela Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Nomes da Administradora, gestora e dos prestadores de serviços

<i>Administradora</i>	PETRA - Personal Trader C.T.V.M. S/A
<i>Gestora da carteira</i>	PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria S/A
<i>Custodiante</i>	DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO
<i>Classificação de risco</i>	Standard & Poor´s Rating Services
<i>Distribuidora de cotas</i>	PETRA - Personal Trader C.T.V.M. S/A
<i>Escrituradora de cotas</i>	PETRA - Personal Trader C.T.V.M. S/A
<i>Banco cobrador</i>	Banco Bradesco S/A
<i>Auditora independente</i>	KPMG Auditores Independentes.
<i>Consultora p/ seleção dos recebíveis</i>	LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA.
<i>Assessoria legal</i>	Peixoto Neto Sociedade de Advogados.

Taxas

Taxa de administração

Calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TA = (((1 + Tx)^{1/252}) - 1) \times PL_{(d-1)} + TC$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

Tx = 1% (um por cento) ao ano;

PL_(d-1) = Patrimônio Líquido do **FUNDO** no dia útil anterior;

TC = Remuneração da empresa responsável pela análise e seleção de direitos creditórios, calculada de acordo com o **Anexo I** do Regulamento.

<i>Taxa de ingresso/saída</i>	Não há.
<i>Taxa de performance</i>	Não há.

Despesas do FUNDO

São encargos do **FUNDO**, além da taxa de administração acima, as seguintes despesas:

- I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III - despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de cotistas;

VIII - taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** tenha suas cotas admitidas à negociação;

X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;

XII - despesas com a cobrança e realização dos Direitos de Crédito, incluindo, sem limitação, os honorários e as despesas com a contratação de terceiro especializado em serviços de cobrança e todas as despesas bancárias.

Quaisquer despesas não previstas neste item como encargos do **FUNDO** correrão por conta da instituição Administradora.

A remuneração da Administradora engloba a remuneração da empresa de Consultoria contratada para a análise e seleção dos recebíveis, conforme a fórmula seguinte:

$$TA = \{ [(1 + Tx)^{1/252}] - 1 \} \times PL(d-1) + TC.$$

Onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

Tx = 1% (um por cento) ao ano;

PL(d-1) = Patrimônio Líquido do FUNDO no dia útil anterior;

TC = Remuneração da empresa responsável pela análise e seleção de direitos creditórios, correspondente a 0,50% (cinco décimos por cento) sobre o valor de face dos títulos adquiridos pelo FUNDO, paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Além da taxa de administração acima, conforme tabela da página 9 deste Prospecto, o FUNDO terá ainda despesas com o pagamento da taxa de fiscalização da CVM, remuneração da empresa auditoria, da agência de classificação de risco das cotas seniores, do banco custodiante, e de registro de ativos na CETIP e SELIC, publicação de balanço e valor diário das cotas, totalizando R\$ 242.200,00 de despesas anuais.

Seu patrimônio e os rendimentos auferidos com os ativos e direitos creditórios adquiridos pelo FUNDO devem ser utilizados para o pagamento de todas as despesas, amortizações e resgates de cotas na seguinte ordem de prioridade: 1º) pagamento de todas as despesas do FUNDO sem ordem de prioridade entre elas; 2º) manutenção do valor investido e pagamento da rentabilidade alvo, para efeito de amortização ou resgate, das cotas seniores; 3º) manutenção do valor investido em cotas subordinadas e pagamento da rentabilidade que exceder a rentabilidade alvo prevista para as cotas seniores.

3 – Informações relativas à oferta pública

Responsável pela
distribuição

PETRA - Personal Trader C.T.V.M. S/A.

<i>Emissor</i>	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL LEGO LP.
<i>Valores mobiliários ofertados</i>	5.000 (cinco mil) cotas da classe senior da 2ª série emitida.
<i>Preço unitário da cota senior</i>	R\$ 1.000,00 (um mil reais).
<i>Valor total da oferta</i>	R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
<i>Classificação de risco</i>	"brAAf" realizada pela Standard & Poor's Rating Services.
<i>Data do protocolo na CVM</i>	15/01/2009
<i>Rentabilidade alvo</i>	120% do CDI
<i>Público alvo</i>	Somente investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de cotas do FUNDO (consulte o glossário).
<i>Valor mínimo da aplicação inicial</i>	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
<i>Data do início da distribuição</i>	Data de publicação do anúncio de início.
<i>Data máxima para o encerramento</i>	180 dias após a data de publicação do anúncio de início.
<i>Quantidade mínima de cotas distribuídas para encerrar a distribuição ⁽¹⁾</i>	500 (quinhentas) cotas da classe sênior
<i>Prazo de duração da aplicação</i>	30 meses.
<i>Amortização e resgate ⁽²⁾</i>	Conforme cronograma adiante. ⁽²⁾

(1) A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 500 (quinhentas) cotas, poderá ser dado por encerrado o período de distribuição desta 2ª série de cotas seniores do **FUNDO** e o saldo não colocado será cancelado.

(2) A partir do 25º mês, contado da data da primeira integralização das cotas seniores desta 2ª série, as mesmas terão seus valores amortizados mensalmente, com base no cronograma e razões abaixo definidos, até o 30º e último mês, quando ocorrerá o resgate:

25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1

Custos da distribuição e outros custos

As tabelas a seguir mostram os custos incorridos com a distribuição e os outros custos relacionados ao FUNDO.

Despesas com a distribuição

<i>Despesa</i>	Porcentagem s/total	Valor
<i>Comissão de coordenação</i>	Não há	Não há
<i>Comissão de colocação*</i>	1,00%	R\$ 50.000,00
<i>Outras comissões</i>	Não há	Não há
<i>Taxa referente ao registro da oferta</i>	0,64%	R\$ 32.000,00
<i>Publicação de anúncios de início e encerramento</i>	0,08%	R\$ 4.000,00
<i>Elaboração de prospecto</i>	0,02%	R\$ 2.000,00
Valor ou porcentagem sobre o total	1,74%	R\$ 88.000,00

* Comissão base de 1,0% ("Comissão base") sobre o número total de cotas da oferta pública efetivamente subscritas e integralizadas.

Nenhuma remuneração será devida quando as cotas forem subscritas pela Administradora, Gestora, Custodiante ou Consultora do **FUNDO**, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias dessas prestadoras de serviços, ou por seus sócios, representantes legais ou mandatários.

Nenhuma remuneração é devida pela colocação das cotas subordinadas.

Todos os custos com a implantação (estruturação) do Fundo e também a Comissão de Colocação prevista acima não afetarão o valor das cotas seniores porque serão suportados pelos recursos obtidos com a colocação das cotas subordinadas, cujo valor colocado privadamente deve suportar quaisquer despesas iniciais que o Fundo tiver e ainda manter o grau de subordinação.

Custo unitário da distribuição pública (2ª série de cotas seniores).

Nº cotas	Preço por cota	Porcentagem em relação ao total de cotas emitidas	Custo da distribuição	Montante líquido
5.000	R\$ 1.000,00	1,74%	R\$ 88.000,00	R\$ 4.912.000,00
Preço por cota	Porcentagem em relação ao preço unitário por cota	Custo por cota	Montante líquido por cota	
R\$ 1.000,00	1,74%	R\$ 17,40	R\$ 982,60	

Demais despesas com a criação e o funcionamento do FUNDO*

Despesa	Implantação (R\$)	Por ano (R\$)
Estruturação	25.000,00	-
Registro/Fiscalização CVM	32.000,00	7.200,00
Auditoria	-	17.000,00
Classificação de risco	62.500,00	60.000,00
Custódia	8.500,00	144.000,00
CETIP/SELIC	-	9.000,00
Publicação de balanço e valor diário das cotas	-	5.000,00
Total	128.000,00	242.200,00

* As despesas acima não incluem a Taxa de Administração, cuja fórmula engloba a taxa de administração propriamente dita (remuneração da Administradora), mais a taxa de controladoria e a remuneração devida à Consultora para Análise e Seleção de Recebíveis). As despesas acima poderão sofrer variações em razão de reajustes ou mudança dos prestadores de serviços. Além disso, o FUNDO poderá ter outras despesas conforme o item Despesas do FUNDO deste Prospecto.

** valor estimado para um PL de R\$ 19.000.000,00: valor almejado pelo FUNDO.

4 - Apresentação da administradora, da gestora e dos prestadores de serviços; funções e obrigações de cada um e vedações

Administradora, escrituradora e distribuidora das cotas

PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

CNPJ: 03.317.692/0001-94

Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel,








80250-080 - Curitiba – Paraná

Telefone/fax: (41) 3074-0909.

Representante: Edilberto Pereira

edilberto@personaltrader.com.br

Referências

	Autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (Ofício DESPA/REORF-99/1088) Linha Direta: 0800-992345 Site: www.bcb.gov.br e-mail: secre@bcb.gov.br
	Registro como instituição integrante do sistema de distribuição Autorização para administração de carteiras, clubes e fundos de investimento Programa de Orientação e Defesa do Investidor: 0800-241616
	Corretora membro número 035 Centro de Informações Bovespa - CIB: (11) 3233-2178 Site: www.bovespa.com.br e-mail: bovespa@bovespa.com.br
	Corretora membro número 007 Informações: (41) 222-5191 Site: www.bvpr.com.br e-mail: bvpr@bvpr.com.br
	Sócio Efetivo Patrimonial número 5447 Informações: (11) 3119-2000 Site: www.bmf.com.br e-mail: webmaster@bmf.com.br
	Agente de Custódia número 035 Informações: (11) 3233-2333 Site: www.cbcl.com.br e-mail: cbcl@cbcl.com.br
	Participante titular de cota patrimonial Informações: (11) 3111-1400 Site: www.cetip.com.br e-mail: cetip@cetip.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A PETRA é a maior sociedade corretora de valores do Estado do Paraná. Possui mais de 11.000 clientes, sendo mais de 10.000 pessoas físicas e mais de 1.000 empresas não financeiras.

A PETRA foi a primeira e é, atualmente, a única sociedade corretora não pertencente a conglomerado bancário a obter autorização da Comissão de Valores Mobiliários para escrituração de cotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM nr. 89/88.

OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES

A Administradora, observadas as limitações legais e do Regulamento do **FUNDO**, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO** e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integram a carteira.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;

- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do Auditor Independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas deste, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

É vedado à Administradora:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

É vedado à Administradora, em nome do **FUNDO**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados derivativos;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento ou nas instruções da CVM;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir cotas do próprio **FUNDO**;

V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM nº 356;

VI - vender cotas do **FUNDO** a prestação;

VII - vender cotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios para este **FUNDO**, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;

VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no

desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X - delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Declaração de que agiu com cautela e diligência

O **FUNDO** e a **ADMINISTRADORA** declaram que este prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, dos valores mobiliários ofertados, do emissor, suas atividades, situação econômico financeira, riscos inerentes e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Gestora

PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria S/A

CNPJ: 06.350.042/0001-39

Avenida Paulista, 2001, 14º andar, conjuntos 1403/1408, Bela Vista,
01311-300 – São Paulo – SP

Telefone/fax: (11) 3526-9001.

Representante: Edilberto Pereira

edilberto@personaltrader.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

Constituída em 2004, a PETRA Administração e Consultoria é autorizada pela CVM para prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários, gestão profissional de recursos ou valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nr. 306. A PETRA Administração e Consultoria presta serviços de gestão a pessoas físicas, jurídicas não financeiras e a investidores coletivos, tais como clubes e fundos de investimento em renda fixa e variável, e responde pela gestão de mais de 170 diferentes portfólios.

FUNÇÃO

A PETRA Administração e Consultoria responde pelos serviços de gestão da carteira do **FUNDO** previstos no inciso II do artigo 39 da Instrução CVM nr. 356.

Custodiante

Banco Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

CNPJ: 62.331.228/0001-11

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º, 15º Andares
04538-132 – São Paulo – SP

Tel (11) 2113-5433

Responsável: Ricardo Nascimento

Ricardo.Nascimento@db.com

PERFIL E HISTÓRICO

O grupo Deutsche Bank atua no Brasil desde agosto de 1911. Na ocasião o “Deutsche Überseeische Bank” ou Banco Alemão Transatlântico, como era conhecido, operava como banco comercial, estabelecendo sua sede no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois foram abertas novas filiais em São Paulo e Santos.

Após o fechamento temporário, durante a Primeira Guerra Mundial, essas filiais foram reabertas e o Banco continuou sua expansão, inaugurando uma nova agência em Curitiba.

Com a fusão do Deutsche Bank com a “Disconto-Gesellschaft AG” foram incorporadas ao banco, através da assunção do “Brasilianische Bank für Deutschland” em 1930 duas outras filiais, em Porto Alegre e Salvador. No decorrer da Segunda Guerra Mundial, as seis filiais do Banco Alemão Transatlântico foram novamente fechadas.

A reabertura ocorreu a partir da recuperação de uma carta-patente em 1968, na praça de São Paulo. Após a incorporação completa do “Deutsche Überseeische Bank” em 1978, o Deutsche Bank passou a atuar no Brasil sob seu próprio nome.

Desde 18 de março de 1994 o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. No início de outubro de 1994 o Deutsche Bank S.A. recebeu a licença para atuar como banco múltiplo.

Nos últimos anos, o Deutsche Bank implementou uma estrutura bancária de atacado focalizada nos clientes para fornecer e organizar financiamento, aconselhar na administração de riscos e executar estratégias financeiras, além de prover serviços de gerenciamento de investimentos internacionais.

De acordo com o foco no negócio orientado por taxas e produtos internacionais, seus clientes alvo são basicamente companhias multinacionais, grandes empresas com responsabilidades financeiras que necessitem de soluções internacionais, estatais com necessidades de banco de investimento e operações internacionais e instituições financeiras.

OBRIGAÇÕES

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações comerciais e de serviços;

II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito do mesmo;

VII – observar para que somente as ordens emitidas ao Custodiante pela Administradora e/ou pela Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

Nos termos do contrato celebrado entre o Custodiante e a Consultora, com a interveniência da Administradora, a Consultora será responsável por:

a) receber a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

- b) efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, cabendo à Consultora a responsabilidade pelo depósito dessa documentação, na qualidade de depositária fiel dos documentos relacionados aos direitos creditórios; e
- c) manter atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO** e com livre acesso para o Custodiante, a auditoria independente, a agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores.

A subcontratação da Consultora para a realização dos serviços descritos acima não afasta a responsabilidade do Custodiante perante o FUNDO, a CVM e os investidores, pelas atividades subcontratadas.

Em razão do **FUNDO** possuir significativa quantidade de créditos cedidos e expressiva diversificação de devedores e de cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Custodiante está autorizado a efetuar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem.

O Custodiante realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos direitos creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo III ao Regulamento do **FUNDO**. Os relatórios de rating deverão analisar a adequação dos procedimentos estabelecidos nesse anexo e seu impacto na classificação concedida.

Eventuais vícios verificados nos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios serão comunicados à Administradora, ao auditor e à agência classificadora de risco do **FUNDO**.

Agência classificadora de risco

Standard & Poor's Rating Services
CNPJ : 02.295.585/0001-40
Rua Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar
01451-000 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3039-9729 / fax: (11) 3039-9701
Representante: Jean-Pierre Cote Gil
Jp_gil@standardandpoors.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A Standard & Poor's é uma das mais importantes provedoras globais de dados, avaliações, análises e opiniões independentes sobre investimentos. Nasceu em 1941, da fusão entre a Standard Statistics e a Poor's Publishing Company, e em 1966 foi adquirida pela McGraw-Hill Companies, Inc.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Business Week, McGraw-Hill Education e a própria Standard & Poor's. A corporação tem mais de 290 escritórios em 37 países.

Em 1998, a Standard & Poor's inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo. Em julho desse ano, também lançou sua Escala Nacional Brasil.

No ano de 1999, como resultado da necessidade de informação e de transparência, e da crescente sofisticação do mercado brasileiro, a Standard & Poor's foi contratada para analisar a indústria de fundos brasileira, utilizando o processo Select Fund da Standard & Poor's, desenvolvido para atender não apenas o investidor institucional ou sofisticado, mas também o pequeno investidor.

Em 2001, a Standard & Poor's lançou sua classificação das práticas de empresas brasileiras administradoras de recursos de terceiros (AMP - Asset Management Practices).

Desde então, a Standard & Poor's vem ampliando sua cobertura de ratings tanto na escala global como na Escala Nacional Brasil e também consolidando sua marca, além de suas análises, opiniões e avaliações, as quais vêm sendo utilizadas como benchmarks para a comunidade financeira.

FUNÇÃO

Avaliar e classificar o risco que envolve cada classe ou série de cotas que é destinada à colocação pública.

Empresa de auditoria independente

KPMG Auditores Independentes
CNPJ 57.755.217/0001-29
Rua Dr.Renato Paes de Barros, 33
04530-090 - São Paulo- SP
Telefone: (11) 2183-3141 / fax: (11) 2183-3010
Responsável: Ricardo Anhesini Souza
rsouza@kpmg.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. Nos últimos três séculos, o histórico da organização foi marcado pelos nomes de seus principais membros-fundadores, cujas iniciais formam o nome "KPMG".

- K representa Klynveld. Piet Klynveld fundou a firma de contabilidade Klynveld Kraayenhof & Co. em Amsterdã, em 1917.
- P representa Peat. William Barclay Peat fundou a firma de contabilidade William Barclay Peat & Co. em Londres, em 1870.
- M representa Marwick. James Marwick fundou a firma de contabilidade Marwick, Mitchell & Co. com Roger Mitchell na Cidade de Nova York, em 1897.
- G representa Goerdeler. O Dr. Reinhard Goerdeler foi, por muitos anos, Presidente do Deutsche Treuhand-Gesellschaft e, posteriormente, da KPMG. Ele foi um dos grandes incentivadores da fusão com a KMG.

Em 1911, houve a fusão da William Barclay Peat & Co. e da Marwick Mitchell & Co., para formar o que seria posteriormente conhecido como Peat Marwick International (PMI), uma rede mundial de firmas de contabilidade e consultoria.

Em 1979, a Klynveld fundiu-se a Deutsche Treuhand-Gesellschaft e a McLintock Main Lafrentz, uma firma internacional de serviços profissionais, para formar a Klynveld Main Goerdeler (KMG).

Em 1987, houve uma fusão entre a PMI, a KMG e suas firmas-membro. Atualmente, todas as firmas-membro no mundo adotaram o nome KPMG exclusivamente ou o incluem em suas razões sociais.

A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax, e Advisory, com aproximadamente 123.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 145 países.

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG está presente em 12 cidades do Brasil, e conta com aproximadamente 2.100 funcionários nos escritórios brasileiros.

FUNÇÃO

Realizar auditoria independente nas operações e demonstrações financeiras do **FUNDO** para, dentre outras finalidades, verificar se as operações praticadas pelo **FUNDO** estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como se as negociações foram realizadas a taxas de mercado; se as demonstrações refletem a realidade financeira do **FUNDO** e se os direitos creditórios estão lastreados em autênticos documentos e operações de acordo com a política de investimento estabelecida.

Consultoria especializada para análise e seleção dos recebíveis

LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA.
CNPJ: 05.129.237/0001-90
Rua Emílio de Menezes 76, 9º andar, Higienópolis
01231-020 - São Paulo, SP
Telefone: (11) 3665-5010
Representante: Ricardo Gurman
e-mail: ricardo@legofac.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA. obteve o Certificado de Qualidade de Gestão, que a qualifica para prestar os serviços de análise e seleção de recebíveis para o **FUNDO**. O Certificado de Qualidade de Gestão (também denominado “Selo de Qualidade ANFAC”) é um certificado elaborado para as sociedades de fomento mercantil filiadas à Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – Factoring (ANFAC) que apresentem elevados padrões de qualidade em seus procedimentos operacionais e de controle.

O relatório completo que fundamenta a concessão do referido conceito à LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA., e contém o perfil e histórico detalhado da Consultora, é parte integrante deste prospecto (Anexo III).

FUNÇÃO

A LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA. foi contratada para exercer a função de consultora especializada para a análise e seleção dos recebíveis que serão adquiridos pelo **FUNDO**.

O **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios cuja seleção tenha sido realizada pela LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA. e que estejam de acordo com a sua política de investimento e critérios de seleção de recebíveis previstos no Regulamento. Adicionalmente, a Consultora será responsável pela guarda da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios, ficando como fiel depositária dessa documentação.

Sobre a possibilidade da Consultora ceder direitos creditórios ao fundo

Conforme parágrafo primeiro do artigo 56 do Regulamento, a Consultora também poderá ceder direitos creditórios ao FUNDO desde que tais direitos tenham origem nos segmentos de atuação do FUNDO. A Consultora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade em razão do FUNDO poder adquirir direitos creditórios de sua titularidade.

Assessoria legal

João Baptista Peixoto Neto
OAB SP: 104.907 / OAB MG: 1144 A
Rua Teodoro Sampaio 1765, 4º andar, Pinheiros
05405-150 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3063.9040 / fax: (11) 3064.9056
joaopeixotoneto@uol.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

Responsável pelo escritório Peixoto Neto Sociedade de Advogados, o Dr. João Baptista Peixoto Neto é formado pela Universidade de São Paulo, onde cursou pós-graduação, em nível de mestrado, na área de direito internacional. Tem mais de 10 anos de experiência na área de direito comercial, especialmente em questões societárias e de mercado de capitais.

FUNÇÃO

Assessorar juridicamente os estruturadores do **FUNDO**, redigindo ou auxiliando na redação de todos os documentos e contratos. O objetivo dessa assessoria foi garantir que o Regulamento, o Prospecto e demais documentos estão, na forma e em seu conteúdo, de acordo com as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários e que atendem à legislação vigente, além de estarem adequados juridicamente para os objetivos aos quais se destinam.

Supervisão

ANFAC – Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil - Factor

CNPJ: 27.642.602/0001-07

Rua Teixeira da Silva 217, 9º andar, Paraíso

04002-905 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3549.4855

Fax: (11) 3549.4866

Representante: Luiz Lemos Leite

PERFIL E HISTÓRICO

A ANFAC é uma entidade sem fins lucrativos, fundada há 24 anos, cujo objetivo precípua é definir, caracterizar e tipificar o fomento mercantil – factoring, estimular e organizar a atividade no Brasil. A ANFAC funciona, para as suas associadas e para o setor, como órgão auto-regulador da atividade de fomento mercantil no país.

FUNÇÃO

A atividade de supervisão desempenhada pela ANFAC não é remunerada pelo FUNDO e consiste em:

- 1) Fixar os princípios e a metodologia para a concessão de Certificado de Qualidade de Gestão (Selo de Qualidade ANFAC) às filiadas que pretendam prestar os serviços de análise e seleção de recebíveis para o FUNDO;
- 2) Fornecer assistência técnica para garantir a aderência do FUNDO às melhores práticas e às normas relativas à negociação de direitos creditórios;
- 3) Identificar as necessidades e sugerir melhorias em busca da consecução dos objetivos Fundo, a partir do seu amplo conhecimento sobre cessão de créditos por pequenas e médias empresas;
- 4) Disseminar conhecimentos acerca da securitização e do funcionamento do Fundo para suas filiadas, buscando difundir a sua utilização nas operações envolvendo direitos creditórios do segmento das pequenas e médias empresas;
- 5) Participar das discussões sobre as condições comerciais praticadas pelos prestadores de serviços do FUNDO (administradora, custodiante, agência de rating e auditoria), buscando a melhor relação custo/qualidade.

5 - Política de investimento do FUNDO

Segmento de atuação

O **FUNDO** irá adquirir recebíveis de empresas que atuam nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas.

Critérios de elegibilidade dos recebíveis

O **FUNDO** irá adquirir direitos creditórios de empresas com sede no Brasil, indicadas e aprovadas pela Consultora, denominadas Cedentes, resultantes de suas vendas mercantis já entregues ou de serviços já prestados.

O **FUNDO** poderá adquirir direitos creditórios diretamente da Consultora desde que tais direitos tenham origem nos segmentos de atuação do **FUNDO**.

O **FUNDO** não poderá adquirir direitos creditórios da Administradora e/ou de sua obrigação/coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Respeitada a política de investimentos do FUNDO estabelecida neste Regulamento; cabe à Consultora a decisão de adquirir quaisquer direitos creditórios de qualquer cedente.

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo **FUNDO** deverá atender ainda, cumulativamente, na data da respectiva cessão, às seguintes (I) condições de cessão e aos (II) a (VI) critérios de elegibilidade:

I – o **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios que tenham sido submetidos à prévia análise e seleção pela Consultora, que deverá realizar ou acompanhar os procedimentos seguintes até a liquidação da cessão:

- 1 - Seleção de cedentes por setor, atividade, porte e localização geográfica;
- 2 - Verificação de eventuais restrições cadastrais;
- 3 - Visita à futura cedente;
- 4 - Cadastramento da empresa cedente e dos sócios;
- 5 - Levantamento da carteira de clientes da empresa (sacados);
- 6 - Aprovação em comitê de limite operacional;
- 7 - Certificação digital dos representantes legais da empresa e dos responsáveis solidários;
- 8 - Formalização do contrato que regulará as cessões;
- 9 - Recebimento de borderôs;
- 10 – Verificação de eventuais restrições cadastrais dos sacados;
- 11 - Confirmação de títulos junto aos sacados;
- 12 - Aprovação da operação segundo os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do **FUNDO**;
- 13 - Encaminhamento de arquivo eletrônico com a relação de títulos à Administradora e ao Custodiante;
- 14 - Teste de elegibilidade (com base nos critérios estabelecidos neste Regulamento) por parte da Administradora e do Custodiante;
- 15 - Envio do contrato digital, pela Administradora, para assinatura dos representantes legais das cedentes;
- 16 - Pagamento da cessão, pelo Custodiante, em conta corrente da cedente.

II - o **FUNDO** somente poderá adquirir direitos de crédito cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento do **FUNDO**; e somente

poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão.

III - os direitos de crédito terão origem na venda mercantil e/ou na prestação de serviços pelas Cedentes aos seus Clientes, representados por duplicatas sacadas contra os Clientes e cheques emitidos pelos Clientes;

IV - Cada cessão de direitos de crédito será precedida de análise verificando a concentração de títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ) na carteira do **FUNDO**, respeitando-se os limites de concentração previstos no Regulamento;

V – Os direitos de crédito devem ser de devedores/sacados que, na data da cessão para o **FUNDO**, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 dias corridos.

VI – O FUNDO deverá observar, em cada aquisição de direitos creditórios, uma taxa mínima de cessão, calculada conforme a fórmula expressa abaixo, cujo objetivo é possibilitar ao FUNDO o pagamento de todas as suas despesas e da remuneração esperada para as cotas seniores.

As operações de aquisição dos direitos de crédito pelo **FUNDO** deverão ser realizadas necessariamente com base nas cláusulas e condições estabelecidas no *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme ANEXO IV do Regulamento do **FUNDO**) a ser celebrado pelo **FUNDO** com as Cedentes, previamente à realização de qualquer operação entre o **FUNDO** e a Cedente. A Cedente responderá solidariamente com seus Clientes pelo pagamento dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**.

A Consultora deverá selecionar apenas direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade elencados acima, conforme estabelecido no *Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios* (ANEXO V do Regulamento do **FUNDO**) celebrado entre o **FUNDO** e a Consultora.

Constatada a qualquer tempo pela Administradora a não adequação, na data da cessão, de um ou mais direitos de crédito cedidos ao **FUNDO** a qualquer dos critérios de elegibilidade, a Consultora será obrigada a adquirir tais direitos de crédito pelo valor registrado na carteira do **FUNDO**.

Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição ou critério de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a Administradora, Gestora, Consultora ou Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

As informações descritivas sobre os direitos creditórios da carteira semelhante àquela que o FUNDO irá adquirir encontram-se nas páginas 27 e 28 deste prospecto, contendo as características relevantes dos direitos creditórios, tais como número de direitos creditórios, valores, prazo de vencimento médio da carteira, atrasos, volume diário entre outras características. Os direitos creditórios da carteira são originários de vendas de mercadorias ou de prestação de serviços e não contam com nenhuma espécie de garantia, a não ser a coobrigação das empresas cedentes (garantia fidejussória).

Taxa mínima para aquisição dos direitos creditórios

O FUNDO deverá observar, em cada aquisição de direitos creditórios, uma taxa mínima de cessão equivalente a 170% do CDI, cujo objetivo é possibilitar ao FUNDO o pagamento de todas as suas despesas e da remuneração esperada para as cotas seniores.

A taxa mínima na data deste prospecto corresponde a 1,7659% a.m.

$$Tmc = b + cp$$

Onde:

Tmc = Taxa mínima de cessão (%^{aa})

b = Benchmark das cotas seniores (CDI %^{aa})

cp = Custos anuais (%^{aa}) em relação ao patrimônio, englobando:

- ✓ Administração, gestão, escrituração, e custódia
- ✓ Taxa de fiscalização pela CVM
- ✓ Auditoria
- ✓ Classificação de risco (*Rating*)
- ✓ Cetip / Selic
- ✓ Publicações
- ✓ Quaisquer despesas regulares

Valor da TMC por ocasião desta distribuição de cotas

A taxa mínima para aquisição (TAXA MÍNIMA DE CESSÃO), adotada na data de elaboração deste prospecto, em que se considera no cálculo do patrimônio o volume total da emissão inicial de cotas do tipo sênior, somado ao volume mínimo obrigatório de subordinadas, é de 1,9783% a.m.

Pré-pagamento, remoção ou substituição de direitos creditórios

O pré-pagamento de direitos creditórios, caso ocorra, não gerará nenhum efeito sobre a rentabilidade das cotas ofertadas porque não haverá desconto para o pagamento antecipado. E, mesmo que houvesse desconto, ele seria *pro rata die*. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o **FUNDO** caso o sacado decida antecipar o pagamento.

O pré-pagamento, além disso, é evento raro de ocorrer no segmento de atuação do **FUNDO**: pequenas e médias empresas, cujos direitos creditórios cedidos não são de valores elevados e também porque o prazo médio dos títulos é reduzido.

O **FUNDO** não permite a substituição de direitos creditórios, tampouco acréscimo e, em caso de remoção, por qualquer motivo, a empresa Cedente é responsável pelo pagamento. O **FUNDO** tem direito de regresso contra a Cedente, nos termos do contrato que regula as cessões, em caso de inadimplência do sacado ou no caso de existirem quaisquer vícios que possam ser opostos ao pagamento do direito creditório e, ainda, em qualquer outra hipótese de não pagamento por culpa ou dolo da cedente ou do sacado.

PDD e reconhecimento de perda

Para a provisão dos valores referentes aos direitos creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

I – Até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, o valor contabilizado do título em atraso no ativo corresponderá ao valor de face do respectivo título, não sendo realizada qualquer provisão;

II – Para cada dia decorrido a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III – Ao final do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Isso significa que, após 45 dias de atraso, o crédito é considerado como perda do **FUNDO**.

Composição, diversificação da carteira e limites de concentração

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) títulos e valores mobiliários privados previamente aprovados pela Assembléia Geral de cotistas.

A carteira do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será composta de ativos financeiros: títulos da dívida pública e títulos privados emitidos por instituições financeiras, e, desde que previamente aprovados pela Assembléia Geral de cotistas, outros títulos e valores mobiliários privados, com prazo médio (da carteira) superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Relativamente aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**:

O **FUNDO** adota como limites máximos de concentração, por cedentes e sacados, para os direitos creditórios:

- a) até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** poderão ser aplicados em direitos de crédito originados por uma mesma Cedente;
- b) o limite máximo de concentração por Sacado, ou seja, por devedor dos direitos de crédito, será de 6% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

O limite de concentração previsto acima não se aplica à aquisição de títulos públicos federais.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

RESUMO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E PERCENTUAL MÁXIMO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (*):

Ativos	Mínimo	Máximo
a) Direitos creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos de emissão do Tesouro Nacional	0%	50%
d) Títulos de emissão do Banco Central do Brasil	0%	50%
e) Títulos privados previamente aprovados pela Assembléia Geral de Cotistas	0%	50%
f) Cotas de fundos de renda fixa e fundos de investimento em cotas classificados como "renda fixa" cujas carteiras tenham prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.	0%	50%
g) Total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum	0%	10%
h) Total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum	0%	20%
i) Total de direitos creditórios de responsabilidade de um mesmo devedor/sacado.	0%	6%
j) Operações compromissadas	0%	50%

(*) - Após 90 (noventa) dias do início das atividades do **FUNDO**.

Contraparte

A Gestora, respeitando o disposto no Regulamento, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Gestora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o FUNDO. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados.

Custódia dos ativos

Os direitos creditórios serão custodiados no Banco Custodiante e os demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do **FUNDO**, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Pagamento pela cessão dos recebíveis

O **FUNDO** pagará pela cessão dos direitos creditórios, por intermédio do Banco Custodiante, através de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente à Cedente.

Não serão admitidas remessas para contas de pessoas que não sejam as próprias cedentes dos direitos creditórios.

A Consultora será responsável pela comunicação aos devedores, sacados das duplicatas, da cessão dos direitos creditórios para o **FUNDO** até 3 (três) dias após a realização da cessão.

Conforme previsto no contrato que regula as cessões, exclusivamente em caso de vícios dos direitos creditórios ou de não pagamento pelo devedor na data de seu vencimento, a cedente obriga-se a recomprá-los.

Cobrança regular dos direitos creditórios

A liquidação dos direitos creditórios será realizada:

- I – por meio de cheques emitidos pelos clientes das Cedentes, endossados pelas Cedentes ao **FUNDO** por chancela mecânica ou eletronicamente, e entregues ao Banco Cobrador para guarda e cobrança em nome do **FUNDO**;
- II – através de boletos bancários, tendo o **FUNDO** por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Consultora e enviados aos sacados.

O recebimento dos direitos creditórios resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas pelo **FUNDO** será efetuado diretamente em conta corrente do **FUNDO** junto ao Banco Cobrador, que se utilizará do sistema de compensação bancária. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos direitos creditórios será recebido por qualquer uma das Cedentes ou pela Consultora.

Cobrança dos inadimplentes

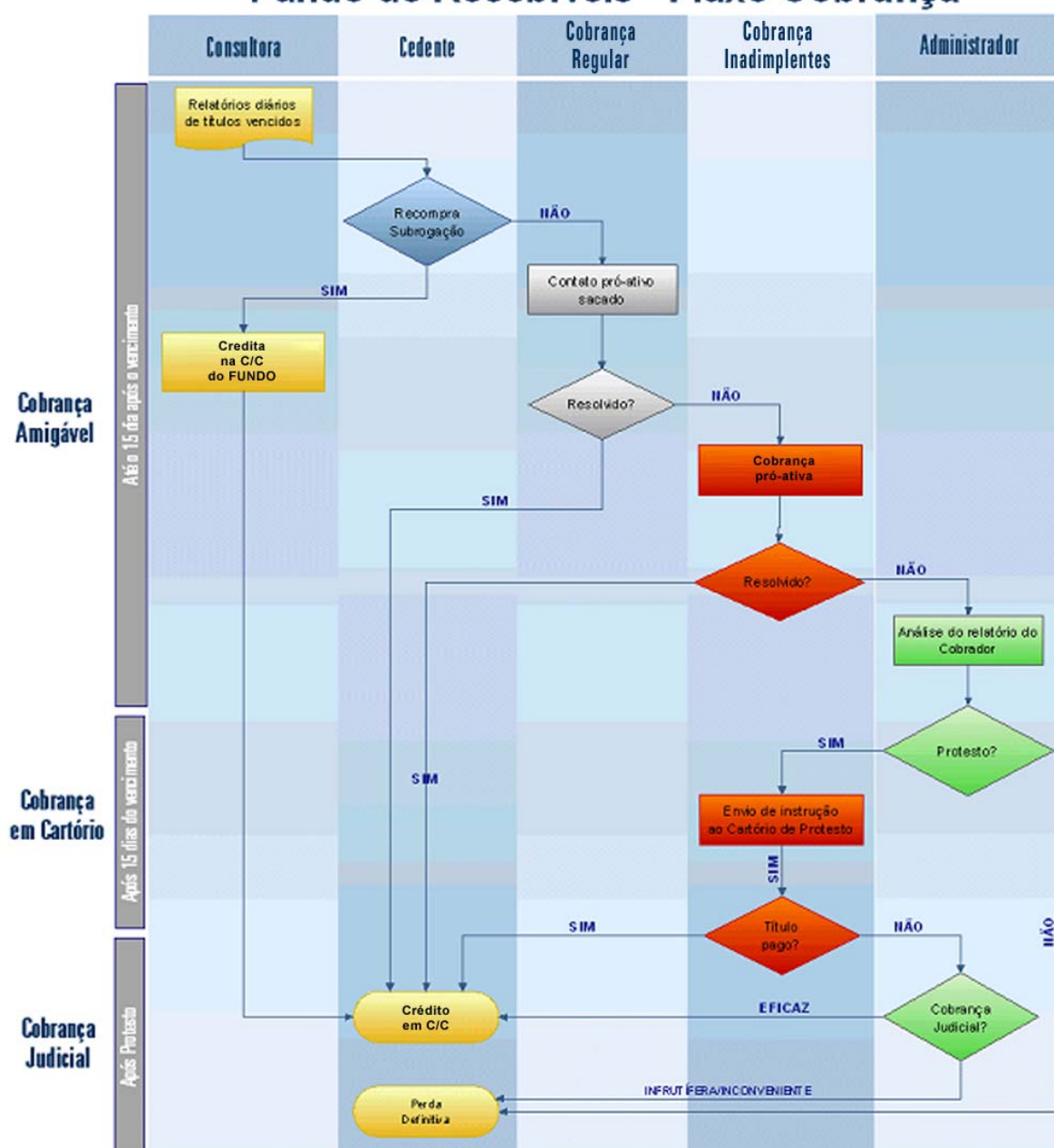
A cobrança dos direitos de crédito vencidos e não pagos será realizada pela Consultora, admitindo-se a contratação de tais serviços com empresa especializada em serviços de cobrança indicada pela Consultora.

Os direitos de crédito poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo **FUNDO**.

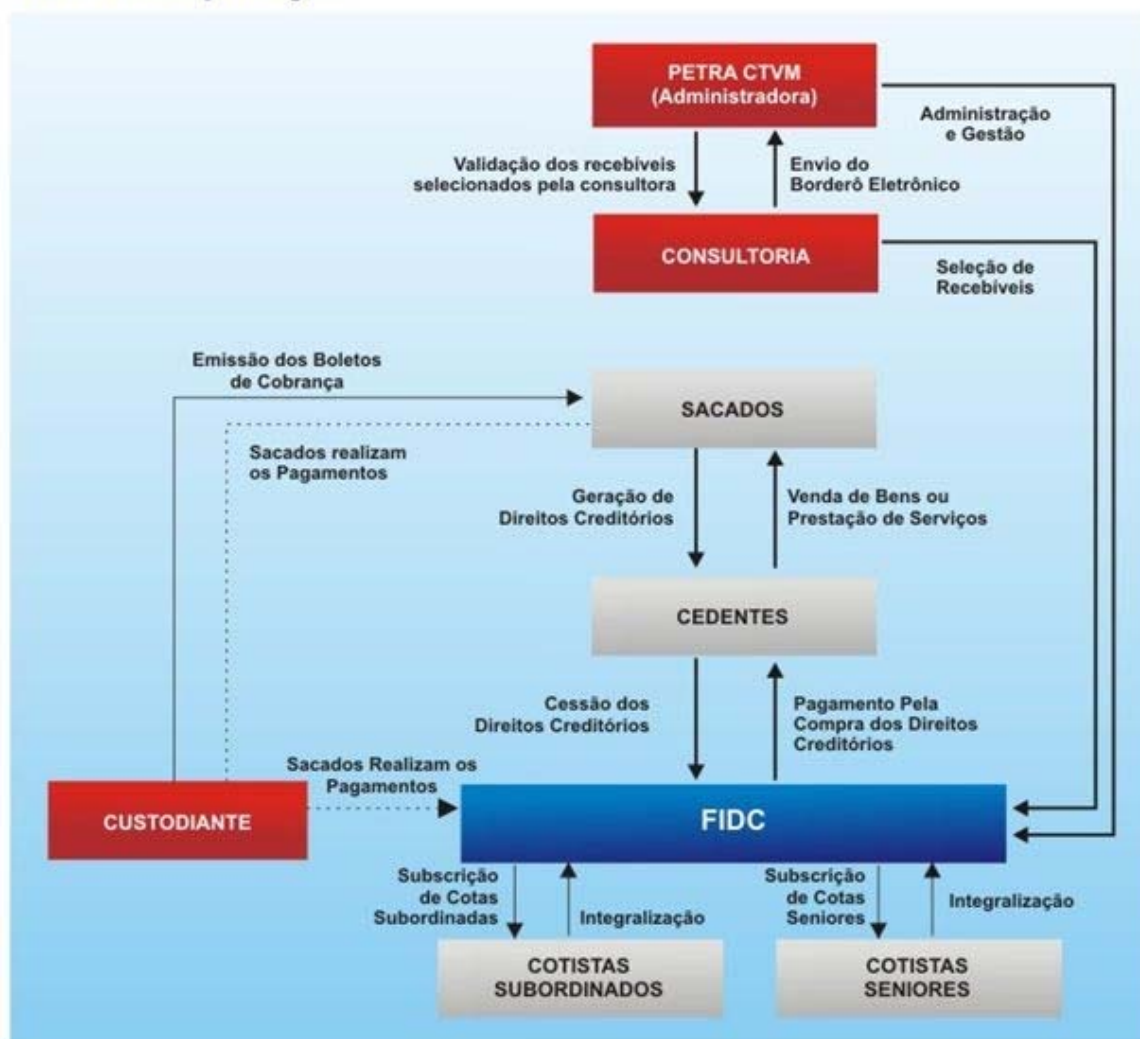
As instruções de cobrança dos direitos de crédito deverão respeitar o seguinte:

- I – As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora;
- II – As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;
- III – Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do **FUNDO** o respectivo mandato *ad-judicia*.

Fundo de Recebíveis - Fluxo Cobrança



Fluxo da Operação



Análises da Carteira de Direitos Creditórios semelhante para aquisição pelo FIDC.

A carteira de direitos creditórios semelhante à que o FIDC fará aquisição, compreende as operações realizadas pela consultora nos anos de 2006, 2007 e meados de 2008, a partir de informações por ela disponibilizadas.

O comportamento abaixo descrito, foi obtido analisando o conjunto total de operações realizadas no referido período.

- Validaram-se os dados, quanto à existência de duplicidade de informações.
- Elaboraram-se as posições com data base de 31 de dezembro de 2006 e 2007 e junho de 2008, refletindo:
 - A quantidade de títulos e o valor total pelo prazo de recebimento considerando as faixas de 0-15 dias; 16-30 dias; 31-45 dias; 46-60 dias e acima de 60 dias (atrasos).
 - A quantidade de títulos e o valor total por tipo de documento.
 - A quantidade de títulos e o valor total por faixa de valor considerando até R\$5.000,00; de R\$ 5.000,01 a R\$ 20.000,00; de R\$ 20.000,01 a R\$ 50.000,00 e acima de R\$ 50.000,01.
- Elaboraram-se tabelas com a distribuição mensal de liquidações para cada ano, por valor total mensal e quantidade de títulos, observando a data efetiva do pagamento.
- A partir da tabela de mensal de liquidações, foram obtidos os valores médios diários de recebimentos e a quantidade média diária de títulos liquidados, inferindo-se a média mensal para cada um dos itens, para os anos de 2006, 2007 e meados de 2008.
- Foram calculados para cada ano o valor médio dos títulos e o prazo médio da carteira.

Observação: Para obtenção de um histórico de 3 (três) anos completos, a partir de julho de 2008 foram utilizados os dados retirados diretamente das operações realizadas entre as cedentes e o próprio fundo.

Sobre taxas de juros e política de créditos das cedentes

As características relevantes dos direitos creditórios, como número de títulos, valor total, prazos de vencimento, valor médio da carteira, prazo médio da carteira, entre outras, além daqueles características já informadas em outras seções deste prospecto, encontram-se nas tabelas a seguir. Nelas existem informações estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos da mesma natureza dos direitos creditórios que comporão o patrimônio do FUNDO compreendendo um período de três anos.

A finalidade dos créditos, como já explicado em outras seções deste prospecto, é o financiamento de compras de produtos e serviços, já entregues ou realizados, pelas próprias cedentes, que, em sua quase totalidade, são empresas de pequeno e médio portes. A coobrigação da cedente é a única garantia exigida pelo FUNDO.

Ainda que haja um histórico de performance, e seja possível informar todas as características e estatísticas dos direitos creditórios, as taxas de juros praticadas pelas cedentes na originação dos recebíveis não é do conhecimento da Administradora, embora esta tenha realizado todos os esforços para obter essa informação. Isso se deve ao fato de o FUNDO atuar no segmento de pequenas e médias empresas, e da incapacidade desses pequenos e médios empresários fornecerem dados confiáveis a respeito das taxas que praticam em suas vendas a prazo.

A dificuldade é reforçada pela existência de grande número de cedentes/originadores de recebíveis: estima-se em mais de 150 (cento e cinquenta) originadores; e um número

ainda maior de devedores dos créditos: mais de 20.000 (vinte mil) devedores. As pequenas empresas, principalmente, não costumam ter uma política de vendas a prazo definida no tocante às taxas de juros. Em geral, limitam-se à análise de risco do devedor, que se resume a consultas a bancos de dados de crédito (SERASA, ACSP, Equifax etc.), recusando o crédito a clientes que possuam cheques devolvidos, títulos protestados ou outras informações desabonadoras. Entretanto, em relação às taxas de juros das vendas a prazo, uma empresa cedente pode realizar essas vendas, para pagamento em uma, duas ou mais parcelas, com ou sem cobrança de juros, para os seus clientes, sem que haja qualquer definição de critérios.

As taxas variam conforme a negociação estabelecida com cada cliente, ou seja, caso-a-caso. Da mesma forma que, nas compras à vista, cada cedente pode conceder descontos que se originam da negociação caso-a-caso com o cliente. As próprias cedentes não estabelecem nenhuma regra fixa no tocante às taxas.

Ademais, o prazo médio de vencimento dos direitos creditórios, em geral, é muito baixo (menos de 2 meses) e os direitos creditórios originam-se de vendas a prazo sem cobrança de juros, uma vez que a prática da cobrança de juros acaba não se justificando nesse tipo de cenário.

Quadro Estatístico

Distribuição do volume financeiro e quantidade													
Por faixa de valor		Dezembro 2006				Dezembro 2007				Junho 2008			
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%
De	até												
	5.000,00	9.768	93%	17.257.292	62%	13.737	93%	24.807.181	63%	14.770	92%	31.115.736	64%
5.000,01	20.000,00	508	5%	3.429.260	12%	736	5%	4.490.350	11%	963	6%	6.320.383	13%
20.000,01	50.000,00	111	1%	2.275.079	8%	174	1%	3.190.526	8%	220	1%	3.889.467	8%
acima de 50.000,01		91	1%	4.783.211	17%	83	1%	6.901.152	18%	102	1%	7.292.750	15%
		10.478	100%	27.744.842	100%	14.730	100%	39.389.209	100%	16.055	100%	48.618.336	100%

Distribuição dos volumes de liquidações						
	2006		2007		2008	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Janeiro	7.584.924	6%	11.429.948	9%	11.436.820	17%
Fevereiro	6.366.170	5%	10.823.178	9%	9.513.141	14%
Março	10.840.132	9%	10.173.360	8%	10.575.298	15%
Abril	7.900.121	7%	11.843.561	9%	12.204.305	18%
Maio	10.104.322	9%	13.232.444	10%	12.271.984	18%
Junho	9.770.635	8%	10.888.444	9%	12.230.643	18%
Julho	9.913.898	8%	10.402.237	8%		0%
Agosto	10.389.708	9%	9.934.259	8%		0%
Setembro	9.812.305	8%	9.342.808	7%		0%
Outubro	11.111.428	9%	10.076.497	8%		0%
Novembro	11.345.107	10%	9.809.252	8%		0%
Dezembro	12.343.069	11%	8.236.710	7%		0%
	117.481.819	100%	126.192.697	100%	68.232.191	100%

Atrasos da da carteira de recebíveis	Dezembro 2006				Dezembro 2007				Junho 2008						
	Qte	tít	%	Valor R\$	%	Qte	tít	%	Valor R\$	%	Qte	tít	%	Valor R\$	%
à vencer	9.805	94%	25.746.046	93%	13.819	94%	37.555.399	95%	13.819	94%	48.354.015	95%			
vencidos de 1 a 15 dias	317	3%	974.413	4%	402	3%	919.655	2%	402	3%	1.123.921	2%			
vencidos de 16 a 30 dias	189	2%	524.684	2%	276	2%	486.693	1%	276	2%	609.291	1%			
vencidos de 31 a 45 dias	117	1%	349.789	1%	176	1%	294.521	1%	176	1%	350.221	1%			
vencidos de 46 a 60 dias	50	0%	149.910	1%	57	0%	132.941	0%	57	0%	180.890	0%			
vencidos acima de 60 dias		0%		0%		0%		0%		0%		0%			
	10.478	100%	27.744.842	100%	14.730	100%	39.389.209	100%	14.730	100%	48.618.338	100%			

Volume diário de recebimento	2006		2007		2008	
	Média diária Recebimentos		Média diária Recebimentos		Média diária Recebimentos	
	Valor R\$		Valor R\$		Valor R\$	
Janeiro	244.675		368.708		368.930	
Fevereiro	227.363		386.542		339.755	
Março	349.682		328.173		341.139	
Abril	263.337		394.785		406.810	
Maio	325.946		426.853		395.870	
Junho	325.688		362.948		407.688	
Julho	319.803		335.556		-	
Agosto	335.152		320.460		-	
Setembro	327.077		311.427		-	
Outubro	358.433		325.048		-	
Novembro	378.170		326.975		-	
Dezembro	398.164		265.700		-	
Média	321.124		346.098		188.349	

Distribuição do volume financeiro e quantidade													
Por tipo de documento		Dezembro 2006				Dezembro 2007				Junho 2008			
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%
Duplicata		8.085	77,2%	19.465.398	70,2%	11.300	76,7%	25.650.785	65,1%	12.539	78,1%	33.692.508	69,3%
Cheque		2.350	22,4%	3.986.889	14,4%	3.375	22,9%	8.436.637	21,4%	3.482	21,7%	11.425.309	23,5%
Outros		43	0,4%	4.292.555	15,5%	55	0,4%	5.301.787	13,5%	34	0,2%	3.500.521	7,2%
		10.478	100%	27.744.842	100%	14.730	100%	39.389.209	100%	16.055	100%	48.618.338	100%

Informações estatísticas sobre os direitos creditórios (a partir do início das operações do FUNDO)

Os números a seguir se referem à recente carteira de direitos creditórios que o FIDC adquiriu desde o início de suas operações. O comportamento descrito foi obtido analisando o conjunto total de operações realizadas no período compreendido entre julho e dezembro de 2008.

Fundo : FIDC LEGO LP

Período : 01/07/2008 a 31/07/2008

Distribuição do volume financeiro e quantidade

De	Até	Qtde títulos	%	Valor R\$	%
0	5.000,00	207	95,39	218.507	71,64
5.000,01	20.000,00	10	4,61	86.511	28,36
20.000,01	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Acima de 50.000,00		0	0,00	0	0,00
		217		305.019	

Distribuição dos volumes de liquidações

Mês	Qtde Títulos	%	Valor R\$	%
Julho	1	100,00	379,82	100,00
	1		379,82	

Volume diário de recebimento

Mês	Qtde Títulos	Valor R\$
Julho	0	13
	0	1

Aging list da carteira de recebíveis

	Qtde títulos	%	Valor R\$	%
A vencer	217	100,00	305.019	100,00
Vencidos de 1 a 30 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 31 a 60 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 61 a 90 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 91 a 120 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos acima de 120 dias	0	0,00	0	0,00
	217		305.019	

Prazo médio da carteira

Valor Médio R\$	PMC
1.275	46

Fundo : FIDC LEGO LP

Período : 01/08/2008 a 31/08/2008

Distribuição do volume financeiro e quantidade

<u>De</u>	<u>Até</u>	<u>Qtde títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
0	5.000,00	717	84,55	1.021.922	33,25
5.000,01	20.000,00	102	12,03	895.643	29,14
20.000,01	50.000,00	27	3,18	1.043.712	33,96
Acima de 50.000,00		2	0,24	112.250	3,65
		848		3.073.526	

Distribuição dos volumes de liquidações

<u>Mês</u>	<u>Qtde Títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
Agosto	108	100,00	219.430,02	100,00
	108		219.430,02	

Volume diário de recebimento

<u>Mês</u>	<u>Qtde Títulos</u>	<u>Valor R\$</u>
Agosto	4	7.314
	0	610

Aging list da carteira de recebíveis

	<u>Qtde títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
A vencer	842	99,29	3.069.211	99,86
Vencidos de 1 a 30 dias	6	0,71	4.315	0,14
Vencidos de 31 a 60 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 61 a 90 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 91 a 120 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos acima de 120 dias	0	0,00	0	0,00
	848		3.073.526	

Prazo médio da carteira

<u>Valor Médio R\$</u>	<u>PMC</u>
4.043	49

Fundo : FIDC LEGO LP

Período : 01/09/2008 a 30/09/2008

Distribuição do volume financeiro e quantidade

<u>De</u>	<u>Até</u>	<u>Qtde títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
0	5.000,00	1.013	75,32	1.699.472	23,57
5.000,01	20.000,00	261	19,41	2.437.254	33,80
20.000,01	50.000,00	61	4,54	2.072.299	28,74
Acima de 50.000,00		10	0,74	1.002.236	13,90
		1.345		7.211.261	

Distribuição dos volumes de liquidações

<u>Mês</u>	<u>Qtde Títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
Setembro	423	100,00	2.283.974,54	100,00
	423		2.283.974,54	

Volume diário de recebimento

<u>Mês</u>	<u>Qtde Títulos</u>	<u>Valor R\$</u>
Setembro	14	76.132
	1	6.344

Aging list da carteira de recebíveis

	<u>Qtde títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
A vencer	1.308	97,25	7.004.318	97,13
Vencidos de 1 a 30 dias	37	2,75	206.943	2,87
Vencidos de 31 a 60 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 61 a 90 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 91 a 120 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos acima de 120 dias	0	0,00	0	0,00
	1.345		7.211.261	

Prazo médio da carteira

<u>Valor Médio R\$</u>	<u>PMC</u>
6.986	47

Fundo : FIDC LEGO LP

Período : 01/10/2008 a 31/10/2008

Distribuição do volume financeiro e quantidade

<u>De</u>	<u>Até</u>	<u>Qtde títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
0	5.000,00	2.663	85,00	3.021.530	30,54
5.000,01	20.000,00	387	12,35	3.587.558	36,27
20.000,01	50.000,00	58	1,85	1.873.329	18,94
Acima de 50.000,00		25	0,80	1.410.057	14,25
		3.133		9.892.474	

Distribuição dos volumes de liquidações

<u>Mês</u>	<u>Qtde Títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
Outubro	946	100,00	3.780.266,60	100,00
	946		3.780.266,60	

Volume diário de recebimento

<u>Mês</u>	<u>Qtde Títulos</u>	<u>Valor R\$</u>
Outubro	32	126.009
	3	10.501

Aging list da carteira de recebíveis

	<u>Qtde títulos</u>	<u>%</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>%</u>
A vencer	3.021	96,43	9.150.074	92,50
Vencidos de 1 a 30 dias	105	3,35	669.216	6,76
Vencidos de 31 a 60 dias	7	0,22	73.184	0,74
Vencidos de 61 a 90 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos de 91 a 120 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos acima de 120 dias	0	0,00	0	0,00
	3.133		9.892.474	

Prazo médio da carteira

<u>Valor Médio R\$</u>	<u>PMC</u>
2.363	48

Fundo : FIDC LEGO LP

Período : 01/11/2008 a 30/11/2008

Distribuição do volume financeiro e quantidade

De	Até	Qtde títulos	%	Valor R\$	%
0	5.000,00	2.787	85,52	3.510.399	35,16
5.000,01	20.000,00	394	12,09	3.606.138	36,12
20.000,01	50.000,00	58	1,78	1.735.267	17,38
Acima de 50.000,00		20	0,61	1.133.200	11,35
		3.259		9.985.004	

Distribuição dos volumes de liquidações

Mês	Qtde Títulos	%	Valor R\$	%
Novembro	1.550	100,00	4.362.125,81	100,00
	1.550		4.362.125,81	

Volume diário de recebimento

Mês	Qtde Títulos	Valor R\$
Novembro	52	145.404
	4	12.117

Aging list da carteira de recebíveis

	Qtde títulos	%	Valor R\$	%
A vencer	3.034	93,10	8.818.157	88,31
Vencidos de 1 a 30 dias	183	5,62	878.357	8,80
Vencidos de 31 a 60 dias	36	1,10	217.885	2,18
Vencidos de 61 a 90 dias	6	0,18	70.604	0,71
Vencidos de 91 a 120 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos acima de 120 dias	0	0,00	0	0,00
	3.259		9.985.004	

Prazo médio da carteira

Valor Médio R\$	PMC
2.658	44

Fundo : FIDC LEGO LP

Período : 01/12/2008 a 31/12/2008

Distribuição do volume financeiro e quantidade

De	Até	Qtde títulos	%	Valor R\$	%
0	5.000,00	2.617	86,14	3.297.815	32,08
5.000,01	20.000,00	322	10,60	3.011.798	29,28
20.000,01	50.000,00	77	2,53	2.347.937	22,83
Acima de 50.000,00		22	0,72	1.627.804	15,83
		3.038		10.285.353	

Distribuição dos volumes de liquidações

Mês	Qtde Títulos	%	Valor R\$	%
Dezembro	2.060	100,00	5.540.320,28	100,00
	2.060		5.540.320,28	

Volume diário de recebimento

Mês	Qtde Títulos	Valor R\$
Dezembro	69	184.677
	6	15.390

Aging list da carteira de recebíveis

	Qtde títulos	%	Valor R\$	%
A vencer	2.732	89,93	8.927.776	86,80
Vencidos de 1 a 30 dias	270	8,89	1.160.540	11,28
Vencidos de 31 a 60 dias	31	1,02	151.243	1,47
Vencidos de 61 a 90 dias	5	0,16	45.794	0,45
Vencidos de 91 a 120 dias	0	0,00	0	0,00
Vencidos acima de 120 dias	0	0,00	0	0,00
	3.038		10.285.353	

Prazo médio da carteira

Valor Médio R\$	PMC
3.176	56

6 – Sobre as cotas, a distribuição de resultados e os direitos dos cotistas

Características das cotas

As cotas do **FUNDO** são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares, e são de classe sênior ou classe subordinada.

As cotas seniores terão uma única classe (não se admitindo subclasses). As cotas subordinadas poderão ter subclasses para efeito de amortização e resgate.

As cotas seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do **FUNDO** a qualquer classe ou série de cotas.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do **FUNDO** podem ser efetuados em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em se tratando de cotas subordinadas, a integralização, a amortização e o resgate podem ser efetuados em direitos creditórios. Para as cotas seniores, não é admissível a integralização ou amortização em direitos creditórios, mas o resgate pode ser feito em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**.

Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro dia útil subsequente com base no valor da cota deste dia para aplicação e no valor da cota no dia útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro dia útil subsequente.

Emissão, colocação pública das cotas e cancelamento da distribuição

Na emissão de cotas do **FUNDO**, deve ser utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora.

A integralização das cotas deverá ocorrer à vista, concomitantemente à sua subscrição. Os pedidos de subscrição de cotas serão aceitos mediante crédito em conta corrente da Administradora do **FUNDO**, ao qual ficam condicionados. Os pedidos de subscrição serão atendidos cronologicamente, até o limite máximo da emissão, podendo o último pedido ser atendido parcialmente, observado o limite mínimo de R\$ 25.000,00 por investidor. Nessa hipótese a Administradora devolverá ao último investidor atendido o valor depositado em excesso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o crédito dos recursos, sem adição de juros ou correção monetária e deduzidos os tributos e encargos devidos.

Não haverá prioridade de alocação das cotas entre os investidores, prevalecendo a cronologia evidenciada pela numeração sequencial dos boletins de subscrição.

Até 1 (um) dia útil após a data da apresentação do boletim de subscrição pelo investidor e concomitante integralização das cotas, a Administradora do **FUNDO** confirmará a subscrição e entregará, a cada investidor que tiver subscrito e integralizado cotas

seniores, o número de cotas correspondente à divisão entre o valor depositado e o valor da cota no dia da integralização.

A critério da Administradora, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas do Regulamento do **FUNDO**.

As cotas deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos relativos ao registro de distribuição. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo mencionado acima. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar esse prazo por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Na hipótese de não haver a conclusão da Distribuição Pública, por qualquer motivo, os pedidos de subscrição serão automaticamente cancelados e os valores depositados serão devolvidos aos investidores, sem juros ou correção monetária e deduzidos os tributos e encargos devidos, até 3 (três) dias úteis contados da data do cancelamento da distribuição.

O **FUNDO** poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no anúncio de início de distribuição de cotas e no prospecto do **FUNDO**.

O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Na colocação pública de cotas do **FUNDO**, a distribuição será precedida de registro específico na CVM e de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

A Administradora, única instituição responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO**, elaborará plano de distribuição de cotas para cada oferta pública de cotas do **FUNDO**, que observará, para todas as séries de cotas que venham a ser emitidas, as regras de que tratam o Regulamento, em especial as seguintes regras:

I – para os fins do disposto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, sem prejuízo do disposto no Regulamento do **FUNDO**, o cronograma das etapas da oferta de cotas do **FUNDO** observará as seguintes regras:

a) as datas de início e de encerramento de distribuição de cada oferta pública de cotas do **FUNDO** serão as seguintes:

i) Início da Distribuição: Na data da publicação do anúncio de início de distribuição de cotas.

ii) Encerramento da Distribuição: 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cotas.

b) haverá possibilidade de prorrogação da oferta de cotas do **FUNDO**, mediante solicitação à CVM na forma do disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 93 do Regulamento do **FUNDO**;

c) haverá possibilidade, a critério da Administradora e atingido o patamar mínimo de 500 (quinhentas) cotas seniores, de se dar por encerrado o período de distribuição de cotas da Segunda Série do **FUNDO**;

d) os anúncios de início, de encerramento, ou de prorrogação de distribuição de cotas do **FUNDO** serão publicados no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

II – para os fins do disposto no item 3.2.5 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, não haverá destinação da oferta pública ou partes da oferta pública a investidores específicos.

III – para os fins do disposto no item 3.2.7 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora considerará adequado o investimento a todos os investidores qualificados, assim definidos pela legislação CVM e desde que tais investidores qualificados não encontrem vedação na própria legislação CVM para adquirirem cotas do **FUNDO**, que busquem rendimentos vinculados ao CDI, no médio e longo prazos, para seus investimentos, aceitando correr riscos, tais como os previstos para o **FUNDO**, na aplicação desses investimentos. Desta forma, os investidores que não se enquadrem na definição de investidores qualificados não poderão adquirir cotas do **FUNDO**.

IV – para os fins do disposto no item 3.2.9 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, as ofertas de cotas do **FUNDO** aos investidores observarão as seguintes regras quanto às alterações das circunstâncias, revogação e modificação de sua emissão, observadas as disposições do Regulamento do **FUNDO**:

a) a Administradora poderá requerer que a CVM a autorize a modificar ou revogar as ofertas de cotas do **FUNDO**, caso ocorram alterações materiais e inesperadas, posteriores ao protocolo do pedido de registro de distribuição das cotas na CVM, nas circunstâncias inerentes às ofertas, das quais resulte aumento relevante nos riscos assumidos com a emissão de novas cotas do **FUNDO**;

b) a Administradora poderá modificar, a qualquer tempo, as ofertas das séries de cotas do **FUNDO**, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do Artigo 25 da Instrução CVM 400/03, ocasião em que, caso o requerimento de modificação nas condições da oferta das cotas do **FUNDO** seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da respectiva oferta das cotas do **FUNDO** poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de alteração;

c) se a oferta das séries de cotas do **FUNDO** for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes;

d) a revogação ou qualquer modificação na oferta de cotas do **FUNDO** será imediatamente divulgada mediante anúncio no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo (o “Anúncio de Revogação”, no caso de revogação, ou “Anúncio de Retificação”, no caso de modificação da oferta de cotas), veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme disposto no Artigo 27 da Instrução CVM 400/03;

e) no caso de modificação da oferta de cotas do **FUNDO**, após a publicação do Anúncio de Retificação, a Administradora somente aceitará como investidores do **FUNDO** aqueles que se declararem cientes dos termos do referido Anúncio de Retificação, observado o disposto nas alíneas “f” e “g”, abaixo;

f) os investidores que tenham subscrito cotas do **FUNDO** serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação se, decorridos 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não manifestarem, expressamente, perante a Administradora, sua intenção de não mais permanecerem como cotistas do **FUNDO**, hipótese em que a Administradora poderá presumir, para todos os fins de direito: i) que os investidores pretendem manter-se

como cotistas do **FUNDO**, e; ii) que os investidores declararam sua aceitação quanto aos termos do “Anúncio de Retificação”;

g) em qualquer hipótese, a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** tornará ineficaz a própria oferta e seus respectivos atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo a Administradora restituir integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às cotas do **FUNDO**, observado que, para os fins do disposto no Artigo 26 da Instrução CVM nº 400/03, a restituição desses valores aos investidores se dará sem qualquer acréscimo, e;

h) para os fins do Artigo 28 da Instrução CVM 400/03 e observado o disposto na parte final do referido Artigo, não será, em nenhuma hipótese, admitida a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** por parte dos investidores.

V – para os fins do disposto no parágrafo 3º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora é responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO** assegura aos investidores que:

a) o tratamento aos investidores será justo e equitativo, e;

b) os investidores serão informados pela Administradora: a) da adequação do investimento em cotas do **FUNDO** ao perfil dos investidores, na forma do inciso III, anterior, e b) dos fatores de risco a que o **FUNDO** está exposto, nos termos do Artigo 70 do Regulamento do **FUNDO**.

Após a distribuição inicial de cotas do **FUNDO**, as novas distribuições a serem realizadas deverão ser integralmente subscritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos relativos ao registro de cada distribuição.

A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto acima por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Caso não seja efetivada a colocação de todas as cotas no prazo de distribuição, sem que se proceda ao cancelamento do saldo não colocado, a distribuição deverá ser cancelada.

Cada classe ou série de cotas do **FUNDO** destinada à colocação pública deve ser avaliada por empresa classificadora de risco em funcionamento no país.

Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de cotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico;

II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

Amortização e resgate

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios. As cotas seniores não poderão ser amortizadas em direitos creditórios. É possível o resgate de cotas seniores em direitos creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**.

As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate, de todas as cotas seniores, exceto se o montante total de cotas subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do **FUNDO** conforme **ANEXO II** do Regulamento, que é de 40% (quarenta por cento) em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO**. Nesse caso, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas sem que haja amortização das cotas seniores, observados os seguintes critérios: (a) a partir da data da primeira integralização de cotas do **FUNDO**, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não

desta hipótese de amortização; e (b) as cotas serão amortizadas visando exclusivamente o re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições do Regulamento.

A amortização deverá respeitar a relação entre cotas seniores e patrimônio líquido do **FUNDO** definida no Regulamento.

O pagamento das amortizações será feito no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente na praça em que a Administradora está sediada. A amortização das cotas do **FUNDO** poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses: I - impossibilidade de o **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento; II - o patrimônio líquido do **FUNDO** se tornar igual à soma do valor de todas as cotas seniores; e/ou III - em se tratando de cotas subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 103 do Regulamento do **FUNDO**.

A antecipação do início da amortização de cotas do **FUNDO** será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

O resgate de cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do **FUNDO** ou de cada série ou classe de cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

No resgate ou na amortização, será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

As cotas seniores do **FUNDO** somente poderão ser transferidas ou alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado em caso de negociação privada, desde que os eventuais compradores atestem à Administradora do **FUNDO**, e escrituradora de suas cotas, sua condição de investidores qualificados; ou então nas hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial. Na transferência de titularidade das cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

Patrimônio líquido do FUNDO

O patrimônio líquido do **FUNDO** corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no boletim de subscrição, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

O **FUNDO** deverá ter, no mínimo, o percentual de seu patrimônio correspondente a 40% (quarenta por cento) representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente através do site da Administradora.

Metodologia de avaliação dos ativos

Para efeito da determinação do valor da carteira, serão observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor e no Regulamento do **FUNDO**.

As cotas do **FUNDO** terão seu valor calculado todo dia útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se, para tanto, as regras estabelecidas no Regulamento do **FUNDO**.

As cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série.

Política de distribuição de resultados

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de cotas conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este item, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às cotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* de rentabilidade definido para cada série de cotas seniores, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Política relativa ao exercício de direito de voto: a assembléia de cotistas

Será de competência privativa da Assembléia Geral de cotistas:

I – tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;

II – alterar o regulamento do **FUNDO** (inclusive anexos);

III – deliberar sobre a substituição da Administradora;

IV – deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V – deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

A Assembléia Geral de cotistas reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para receber a prestação de contas. A convocação da Assembléia Geral de cotistas do **FUNDO** far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no periódico indicado no Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de cotistas possuidores de cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações serão tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto a seguir.

As deliberações relativas às matérias previstas no art. 27, incisos III a V, do Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Administradora e seus empregados.

O prazo de duração do **FUNDO** pode ser prorrogado por deliberação dos cotistas de classe subordinada, desde que sejam mantidos os prazos pactuados para amortização e resgate das cotas de classe sênior.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. A divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de Representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: I – ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas; II – não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; III – não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

Liquidação do FUNDO

O **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações:

I – se o patamar mínimo de distribuição de cotas do **FUNDO** descrito no Anexo II do Regulamento do **FUNDO** não for atingido ao término do prazo de colocação das cotas;

II – se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do início da distribuição, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado antes do referido prazo;

III – por deliberação de Assembléia Geral de cotistas, nas hipóteses descritas nos Artigos 16, 27, 34 e 109 do Regulamento do **FUNDO**;

IV – se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;

IV – em caso de impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento;

V – se o patrimônio líquido do **FUNDO** se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as cotas seniores.

Na hipótese do inciso III supra, se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem.

Na ocorrência de liquidação antecipada do **FUNDO**, as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto no Regulamento do **FUNDO**.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

O auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações

financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do **FUNDO**, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Após a partilha do ativo, a Administradora do fundo deverá promover o cancelamento do registro do **FUNDO**, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação

- I – o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos cotistas, ou a ata da Assembléia Geral que tenha deliberado a liquidação do fundo, quando for o caso;
- II – a demonstração de movimentação de patrimônio do fundo, acompanhada do parecer do auditor independente; e
- III – o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ.

7 – Fatores de risco

Garantias e política de administração de risco (rebaixamento de rating e outros eventos)

Tendo em vista as características da política de investimento, o **FUNDO** não apresentará, em nenhuma hipótese, patrimônio líquido negativo.

As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e seus cotistas. Existe a possibilidade de perda parcial ou total da aplicação realizada.

Fica esclarecido que não existe, por parte do **FUNDO**, da Administradora ou da Gestora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO** ou relativas à rentabilidade de suas cotas.

É um elemento de garantia das aplicações em cotas da classe sênior do **FUNDO** a existência de cotas subordinadas no percentual estipulado no Regulamento porque as cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou resgate das cotas seniores, exceto na hipótese de antecipação da amortização de cotas subordinadas para reestabelecer o percentual de subordinação.

Como política de administração de risco, com base no Regulamento do **FUNDO**, a Administradora adotará os seguintes procedimentos no caso da ocorrência dos eventos abaixo que possam influenciar a decisão do investidor de permanecer no **FUNDO** ou possam antecipar a amortização das cotas ou a liquidação do **FUNDO**.

<i>Eventos</i>	<i>Procedimentos que serão adotados</i>
a) Rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de cotas do FUNDO .	I – comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico; II – envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.
b) Se o percentual de cotas subordinadas, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, ficar inferior ao mínimo de 40% (quarenta por cento) durante 5 dias consecutivos.	I – No prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desbalanceamento entre o valor das cotas seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO , a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de cotistas para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do FUNDO , ficando assegurado a qualquer cotista detentor de cotas subordinadas o direito de evitar a liquidação do FUNDO , caso subscreva tantas cotas subordinadas quantas forem necessárias para recompor a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor total das cotas seniores indicada no Anexo I do Regulamento, que é de 166,66% (quatrocentos por cento).
c) Impossibilidade do FUNDO adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento.	I – A amortização de cotas será antecipada; ou II – O FUNDO será liquidado antecipadamente.
d) O patrimônio líquido do FUNDO tornar-se igual à soma de todas as cotas seniores.	I – A amortização de cotas será antecipada; ou II – O FUNDO será liquidado antecipadamente.

Os principais riscos relacionados ao investimento em cotas deste **FUNDO** estão discriminados a seguir. Em nenhuma hipótese, a Administradora, Gestora ou os prestadores de serviços poderão ser responsabilizados caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo que possa ocasionar uma diminuição da rentabilidade esperada ou prejuízo aos cotistas.

I – **Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas.

II – **Risco de liquidez dos ativos:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortização aos cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

III – **Risco de mercado:** consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas: monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas (ler *Risco de Descasamento* – item 5).

IV – **Risco de concentração:** A Administradora buscará diversificar a carteira do **FUNDO** e deverá observar os limites de concentração do **FUNDO** de que trata o inciso III do caput do Artigo 62 do Regulamento do **FUNDO**. No entanto, a política de investimentos do **FUNDO** admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de direitos de crédito de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações.

V – **Risco de descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as cotas seniores tem determinado *benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

VI - **Risco da liquidez da cota no mercado secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas seniores, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

VII - **Risco de descontinuidade:** A existência do **FUNDO** no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de direitos de crédito nos termos do *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme **ANEXO II** do Regulamento do **FUNDO**). Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma

remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou pelas Cedentes dos direitos de crédito qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

VIII - Risco de resgate das cotas do FUNDO em direitos creditórios: Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do **FUNDO**, há previsão no Regulamento deste de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos de crédito. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

IX - Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o **FUNDO** a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

X – Risco de guarda da documentação relativa aos direitos creditórios: Em conformidade com o contrato celebrado com o Custodiante, a Consultora será responsável pela guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios, na qualidade de fiel depositária. A guarda da documentação relativa aos direitos creditórios pela Consultora pode representar uma limitação ao **FUNDO**, em termos de verificação da originação e formalização dos direitos creditórios. Nos termos do parágrafo segundo do artigo 20 do Regulamento do **FUNDO**, o Custodiante realizará, diretamente ou através da auditoria independente, verificação periódica, trimestralmente, na documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos direitos creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter direitos creditórios cujos documentos apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

XI – Riscos relacionados à Consultora: Embora a Consultora declare que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade, uma vez que o **FUNDO** poderá adquirir direitos de crédito de sua titularidade, existe o risco de haver tal conflito.

XII – Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de direitos creditórios ao Fundo: Devido ao seu elevado custo, os termos de cessão de direitos creditórios não serão registrados em cartório de registro de títulos e documentos. Por isso, na eventualidade da cedente ter alienado a terceiros os mesmos créditos cedidos ao Fundo, a propriedade dos títulos cedidos em duplicidade e a eficácia de sua transmissão poderão ser objeto de disputa.

XIII- Risco referente à verificação do lastro por amostragem: Como o Custodiante foi autorizado a realizar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem, trata-se do risco relativo à ocorrência de erros na metodologia e parâmetros empregados pelo Custodiante ou falhas na coleta de amostras ou, ainda, erros nos lotes que não participaram da amostra; o que poderia acarretar perdas para o **FUNDO**.

XIV - Risco de Conflito de Interesses: Tal risco existe tendo em vista que, conforme previsto no Regulamento do **FUNDO**, a Gestora, respeitando o disposto no Regulamento, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do **FUNDO**, onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Gestora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o **FUNDO**, ainda que todas as informações relativas a essas operações sejam objeto de registros analíticos segregados.

XV – **Demais riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

8 – Regras de tributação para o investidor

O **FUNDO** é classificado como de longo prazo.

O único tributo que incide sobre as aplicações no **FUNDO** é o Imposto de Renda, que será recolhido na fonte, com base nas alíquotas abaixo, conforme disposto na Lei 11.033 de 21/12/2004:

<i>Prazo de permanência da aplicação</i>	<i>Alíquota do IR (retido na fonte)</i>
Aplicações de até 6 meses	22,5%
Aplicações de 6 a 12 meses	20%
Aplicações de 12 a 24 meses	17,5%
Aplicações acima de 24 meses	15%

A alíquota incide sobre o ganho líquido da aplicação nas amortizações ou resgates.

No caso de alienação das cotas no mercado secundário, os ganhos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), no caso de operação *day trade*, e de 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses. Nestes casos, o recolhimento do imposto é responsabilidade do cotista. A alienação das cotas no mercado secundário se sujeita à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor da alienação, dispensada a retenção do imposto cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

9 – Política de divulgação de informações e sobre o atendimento ao cotista

Obtenção do regulamento, prospecto, demonstrações financeiras e demais documentos elaborados por força das disposições regulamentares

Todos os documentos relativos ao **FUNDO** podem ser obtidos com a Administradora. Para o caso de aquisição de cotas no mercado secundário, o Regulamento e o Prospecto estarão disponíveis na rede mundial de computadores Internet ou serão fornecidos pela Administradora sempre que houver solicitação.

Demonstrações financeiras

O **FUNDO** tem escrituração contábil própria. O exercício social do **FUNDO** tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

O diretor ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo **FUNDO**, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- I - que as operações praticadas pelo **FUNDO** estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- II - que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
- III – os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo custodiante, sempre que permitido pela legislação aplicável, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período;
- IV – os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Os demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do **FUNDO**, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente. Para tanto, deve ser considerado o calendário do ano civil.

Periódico destinado às publicações do FUNDO

Jornal *Diário do Comércio* da Associação Comercial de São Paulo.

Divulgação de informações

A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tais como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação dessas informações deve ser feita por meio de publicação no periódico *Diário do Comércio* da Associação Comercial de São Paulo e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do **FUNDO**. A Administradora deve fazer as publicações aqui previstas sempre no mesmo periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

A Administradora deverá divulgar, tão logo estejam disponíveis, nas demonstrações financeiras trimestrais as seguintes informações:

1) os riscos decorrentes dos negócios e da situação patrimonial e financeira dos **devedores ou coobrigados** responsáveis pelo pagamento ou pela liquidação de mais de 10% (dez por cento) dos ativos que compõem o patrimônio do FUNDO, informando:

- a) Nome;
- b) Tipo societário e características gerais de seu negócio;
- c) Natureza da concentração dos créditos cedidos;
- d) Disposições contratuais relevantes a eles relativas;
- e) Análise da situação patrimonial e financeira do devedor ou coobrigado.

2) identificação dos **originadores/cedentes** que representem ou possam vir a representar mais de 10% (dez por cento) dos créditos cedidos ao FUNDO, e informações o seu tipo societário e características gerais de seu negócio, e, se for o caso, a descrição de sua experiência prévia em outras operações de securitização tendo como objeto os mesmos tipos de ativos cedidos ao FUNDO.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao **FUNDO**, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- I – a alteração da classificação de risco das classes ou séries de cotas, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- II – a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do **FUNDO**;
- III – a ocorrência de eventos subseqüentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do **FUNDO**, bem como o comportamento da carteira de direitos creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- IV – a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do **FUNDO**.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao **FUNDO**: I – alteração de regulamento; II – substituição da instituição Administradora; III – incorporação; IV – fusão; V – cisão; VI – liquidação; VII – a data da primeira integralização de cotas; VIII – a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao **FUNDO**: I – saldo das aplicações; II – valor do patrimônio líquido; III – rentabilidade apurada no período; IV - valor das cotas e quantidades em circulação; V –comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado; VI – posições mantidas em mercados derivativos; VII – número de cotistas.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; II – a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; III – o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do **FUNDO** não estarão em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto do **FUNDO** protocolado na CVM.

Resumo da política de divulgação de informações *

<i>Periodicidade</i>	<i>Divulgação de informações ou documentos</i>	<i>Prazo</i>
Diariamente	- Ao mercado: informar os valores das cotas	17:00 hs. do dia útil imediatamente seguinte
Mensalmente	- Disponibilizar aos cotistas: I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; II – a rentabilidade do FUNDO , com base nos dados relativos ao último dia do mês; III – o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do FUNDO , abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.	Até 10 dias após o encerramento do mês
	- Informar à CVM: I – saldo das aplicações; II – valor do patrimônio líquido; III – rentabilidade apurada no período; IV - valor das cotas e quantidades em circulação; V - comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; VI – posições mantidas em mercados derivativos.	Até o 3º dia útil do mês subsequente
	- A qualquer interessado e à CVM: Demonstrações financeiras mensais	Até 20 dias após o encerramento do mês
Trimestralmente	- Enviar à CVM e disponibilizar aos cotistas: Demonstrativo do diretor responsável evidenciando a observância da política de investimento prevista no Regulamento	Até 20 dias após o encerramento do trimestre
Anualmente	- A qualquer interessado e à CVM: Demonstrações financeiras do exercício social	Até 60 dias após o encerramento de cada exercício
	- Enviar aos cotistas: documentos necessários para declaração do IR	I - no caso de cotista pessoa física, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente II - no caso de cotista pessoa jurídica, até o último dia útil do segundo decêndio subsequente a cada trimestre do ano-calendário
Após ocorrência	a - A todo o mercado: Atos ou fatos relevantes	Imediatamente
	- Protocolar na CVM os documentos relativos aos seguintes atos: I – alteração de regulamento; II – substituição da instituição Administradora; III – incorporação; IV – fusão; V – cisão; VI – liquidação.	Até 10 dias a partir do ato
	- Informar aos cotistas: Decisões da Assembléia de cotistas	Até 30 dias a partir da Assembléia

* Todas as informações e documentos públicos estarão disponíveis a qualquer interessado.

]

Atendimento ao cotista

A Administradora coloca à disposição do cotista um serviço de atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas, recebimento de sugestões e reclamações através dos telefones: (0xx41)3074-0935 ou pelo e-mail: fundos@personaltrader.com.br

10 - Glossário / Definições

Para uma perfeita compreensão e interpretação dos termos e informações contidas neste Prospecto serão adotadas as seguintes definições:

<i>Administradora</i>	PETRA Personal Trader CTVM S/A / Instituição financeira com sede na Rua Pasteur 463, 11º andar, Curitiba, PR, CEP: 80250-080, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM - a administrar fundos de investimento
<i>Agência de classificação de risco</i>	Standard & Poor's Rating Services / Empresa responsável pela classificação do risco das cotas do FUNDO colocadas publicamente.
<i>ANFAC</i>	Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil - Factoring.
<i>Custodiante ou Banco Custodiante</i>	DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO / Instituição bancária contratada para realizar a liquidação financeira das cessões de crédito, realizar a custódia dos recebíveis e demais serviços, elencados no Regulamento do FUNDO ou nas normas da CVM, atribuídos ao Custodiante.
<i>Banco Cobrador</i>	Banco Bradesco S/A. Instituição bancária responsável pela cobrança regular dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO .
<i>Cedente</i>	Empresa que origina direitos creditórios em suas atividades mercantis, industriais ou de prestação de serviços, e que tenha cedido os recebíveis para o FUNDO .
<i>Cessão de Direitos Creditórios</i>	Transferência, pela Cedente, credora originária, de seus direitos creditórios para o FUNDO , mantendo-se inalterados os restantes elementos da relação obrigacional.
<i>Consultora ou Consultoria especializada para análise e seleção de recebíveis</i>	LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA. / Empresa de fomento mercantil filiada à ANFAC, denominada Consultora ou Consultoria Especializada, contratada para realizar a análise e seleção dos direitos creditórios, assim como se responsabilizar pela documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios oriundos de operações comerciais, industriais e de serviços.
<i>Créditos performados</i>	Créditos resultantes de contratos em que a Cedente já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados, ou mercadorias já entregues, e, em qualquer caso, aceitos), restando apenas a obrigação do Devedor de efetuar o pagamento.
<i>Devedor ou sacado</i>	Pessoa física ou jurídica, cliente da Cedente, emissor de cheque ou sacado de duplicata mercantil, ou endossante, responsável pelo pagamento do crédito ao FUNDO .
<i>Direitos creditórios</i>	Direitos de crédito (ou os títulos que os representem) originários de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços; sinônimo de recebíveis.
FUNDO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, ou Fundo de Recebíveis, disciplinado pela Resolução CMN 2.907, e pelas Instruções CVM 356 e 393, e pelas demais disposições regulamentares vigentes aplicáveis.
<i>Investidor qualificado</i>	São aqueles investidores definidos como tal pela

Instrução CVM 409. São os seguintes: I – instituições financeiras; II – companhias seguradoras e sociedades de capitalização; III – entidades abertas e fechadas de previdência complementar; IV – pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; V – fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados e VI – administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325), definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e clubes de investimento cujas políticas de investimento admitam a aplicação em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos do item “a” do parágrafo 2º do artigo 33 do “Regulamento Anexo à Resolução N° 303/2005-CA da BOVESPA”.

<i>Recompra</i>	Ato pelo qual o Cedente recompra, por qualquer motivo, o(s) título(s) que cedeu para o FUNDO .
<i>Selo de Qualidade ANFAC ou Certificado de Qualidade de Gestão</i>	O “Selo de Qualidade ANFAC” é atribuído pela ANFAC às sociedades de fomento mercantil filiadas àquela associação que apresentem elevados padrões de qualidade em seus procedimentos operacionais e de controle (qualidade de gestão).
<i>Sistema de Fundos Fechados</i>	É o ambiente de negociação das cotas do DUNDO no mercado secundário, operacionalizado pelo CETIP.
<i>Termo de cessão</i>	É o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos (cheques ou duplicatas) cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização da cessão, mas não desobriga a Cedente de entregar ao FUNDO , por intermédio da Consultora, os cheques e duplicatas endossados e os demais documentos.
<i>Vício do direito creditório ou do documento que o representa</i>	Qualquer defeito do direito creditório, ou do título representativo do crédito, que justifique a recusa do Devedor em pagá-lo, no todo ou em parte.

11 - Sumário dos principais contratos

Contrato que regula as cessões de crédito

Através do Contrato que Regula as Cessões de crédito, os cedentes formalmente comprometem-se a ceder ao FIDC, direitos creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos cedentes, em razão da sua titularidade.

Por outro lado, o Fidc se compromete a adquirir direitos creditórios dos cedentes durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados os termos e condições estabelecidos, o objetivo e a política de investimento do fundo bem como a elegibilidade dos recebíveis ofertados.

Para maiores informações, sugerimos a leitura do modelo do Contrato de Cessão que se encontra no final do regulamento disponível neste prospecto.

Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios

Através do Contrato de Consultoria Especializada para Análise e Seleção de Direitos Creditórios, a Consultora prestará serviço de análise e seleção dos recebíveis a serem adquiridos pelo FIDC.

Para maiores informações, sugerimos a leitura do modelo do Contrato de Consultoria que se encontra no final do regulamento disponível neste prospecto.

Contrato de prestação de serviços de classificação de risco das cotas seniores

Através deste contrato, a Agência de Classificação de Risco foi contratada pelo FIDC para realizar a classificação de risco das cotas seniores através da emissão de relatórios atualizados trimestralmente.

Contrato de prestação de serviços de auditoria independente

Através deste contrato, o Auditor Independente foi contratado para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do FIDC.

Contrato de prestação de serviços de custódia

Através deste contrato, o Custodiante foi contratado para prestar os serviços de Custódia dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do FIDC, incluindo os serviços constantes do artigo 38 da Instrução CVM 356.

Contrato de prestação de serviços de recepção, guarda e manutenção de direitos creditórios

Através deste contrato, a Consultora, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante foi contratada para atuar como fiel depositária da guarda física da documentação comprobatória dos direitos creditórios de titularidade do FIDC.

Contrato de prestação de serviços de agente de recebimento

Através deste contrato, a Administradora, em nome do FIDC, contrata o agente de recebimento para prestar serviços de conciliação e recebimento/transferência de valores recebidos/depositados pelos sacados (devedores).

Contrato de prestação de serviço de cobrança

Através deste contrato, a Consultora prestará serviços de cobrança judicial e extrajudicial dos recebíveis que se encontram na carteira do FIDC e que não foram liquidados nos dias dos respectivos vencimentos.

TERMO DE DELIBERAÇÃO DA SEGUNDA EMISSÃO DE COTAS

Por deliberação da administradora:

15 DEZ 2008

- 1) **SEGUNDA EMISSÃO DE COTAS:** Serão distribuídas publicamente 5.000 (cinco mil) cotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

a) A segunda série de cotas seniores acima terão prazo de duração de 30 (trinta) meses, contado a partir da data da primeira integralização das cotas seniores desta segunda emissão.

b) A partir do 25º (vigésimo quinto) mês, contado data da primeira integralização das cotas seniores desta segunda emissão, as cotas seniores terão seus valores amortizados mensalmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

25º	26º	27º	28º	29º	30º
mês	mês	mês	mês	mês	mês
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1

- c) A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 500 (quinhentas) cotas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de cotas do FUNDO. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 88.

- 2) **BENCHMARK DE RENTABILIDADE DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES:** Desde que os resultados da carteira do FUNDO permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do FUNDO para as cotas seniores será correspondente ao acréscimo por dia útil de 120% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; incidentes sobre o valor das cotas seniores ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas e incorporados ao valor das cotas seniores ao final de cada Período de Capitalização de acordo com as regras abaixo:

a) **PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO:** O primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do FUNDO e termina no prazo definido pela taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como novo período em vigor o prazo desta taxa. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data.

b) **FÓRMULA DE CÁLCULO:** O cálculo do valor a ser distribuído para as cotas seniores, desde que os resultados da carteira do FUNDO permitam, obedecerá a seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times \text{FatorDI})$$

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada cota sênior ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VCse = valor da cota sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

FatorDI = 120% da taxa DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

$$\text{FatorDI} = 120\% * \{ [(\text{TDI}/100) + 1] ^ { (\text{PC}/252) } \}$$

onde:

TDI = Taxa DI Over % ao ano, divulgada pela CETIP.

PC = Período de capitalização em dias úteis.

c) No caso de indisponibilidade temporária da taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FUNDO quanto pelos titulares das cotas seniores, quando da divulgação posterior da taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

d) Na ausência de apuração e/ou divulgação da taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, substituirá a taxa DI pela taxa média diária do SELIC, divulgada pelo BACEN. No caso de não ser possível a substituição da taxa DI pela taxa SELIC, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de cotistas.

Curitiba, 10 de dezembro de 2008.

Petra Personal-Trader CVM S/A

RUA ÉBANO PEREIRA, 60 - 21º ANDAR
TEL. - 233-3267

SUBSTITUTOS

CLÁUDIA M. S. N. ASSUMPÇÃO
MARCOS ANTONIO PERESUTI
ROZILDA BRAGA RODRIGO

INTE ELIANA SOFISTER NIZ TITULAR
15/12/08 320081 30 OFICIO REG. TITULOS DOCUMENTOS

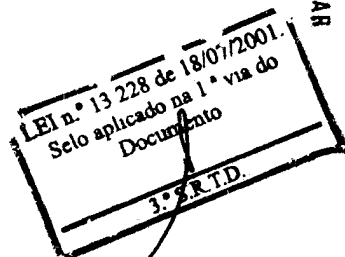
7º. TABELIAO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R. Mal Deodoro, 230, centro F: 3322-6157
CURITIBA - PARANA

Reconheço e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) Supra-assinada(s) de:
[LL2TAT07]-EDILBERTO PEREIRA.....
[LL2Sp190]-MARCOS JOSE PAULA BARROS DE
CARVALHO.....

Em testemunho da verdade
Curitiba, 12 de dezembro de 2008

OBI-ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO
ESCREVENTE

ERDS



SUMÁRIO

TÍTULO 1 - DA ORGANIZAÇÃO

15 DEZ 2008

Capítulo I - Do Fundo

- Seção 1 - Denominação e principais características do Fundo
- Seção 2 - Objetivo do Fundo e público alvo

Capítulo II - Da administração

- Seção 1 - Instituição Administradora
- Seção 2 - Poderes e obrigações da Administradora
- Seção 3 - Vedações à Administradora
- Seção 4 - Substituição da Administradora
- Seção 5 - Remuneração da Administradora

Capítulo III - Da custódia e da Controladoria

- Seção 1 - Instituição Custodiante
- Seção 2 - Obrigações do Custodiante

Capítulo IV - Dos outros profissionais contratados

- Seção 1 - Contratação de serviços
- Seção 2 - Consultora para análise e seleção dos direitos creditórios
- Seção 3 - Gestão da carteira

Capítulo V - Da Assembléia de Cotistas

- Seção 1 - Competência
- Seção 2 - Convocação
- Seção 3 - Processo e deliberação
- Seção 4 - Eleição de Representante dos cotistas
- Seção 5 - Da alteração do regulamento

Capítulo VI - Da prestação de informações

- Seção 1 - Prestação de informações à CVM
- Seção 2 - Publicidade e remessa de documentos
- Seção 3 - Demonstrações financeiras

TÍTULO 2 - DOS ATIVOS

Capítulo I - Da política de investimentos

- Seção 1 - Características gerais e segmento de atuação do Fundo
- Seção 2 - Natureza, origem e instrumentos jurídicos dos direitos creditórios
- Seção 3 - Condições de Cessão e Critérios de elegibilidade
- Seção 4 - Composição e diversificação da carteira
- Seção 5 - Garantias
- Seção 6 - Riscos de crédito, de mercado e outros

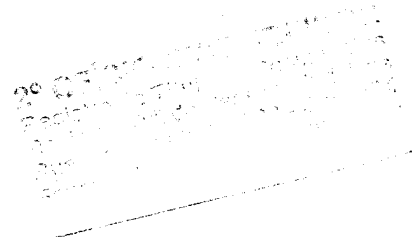
Capítulo II - Da aquisição e da cobrança dos direitos creditórios

- Seção 1 - Procedimentos de formalização e pagamento pela cessão dos direitos creditórios
- Seção 2 - Cobrança regular
- Seção 3 - Cobrança dos inadimplentes e instruções de cobrança

TÍTULO 3 - DO PASSIVO E DOS ENCARGOS

Capítulo I - Das cotas

- Seção 1 - Características gerais
- Seção 2 - Emissão
- Seção 3 - Sobre a colocação pública das cotas
- Seção 4 - Amortização e resgate
- Seção 5 - Negociação das cotas em mercado secundário



1

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

Capítulo II - Do patrimônio

Seção 1 - Patrimônio líquido

Seção 2 - Distribuição dos resultados entre as classes de cotas: diferença de riscos

Seção 3 - Metodologia de avaliação dos ativos

Capítulo III - Dos encargos do Fundo

TÍTULO 4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo I - Dos eventos de avaliação

Capítulo II - Da liquidação

Seção 1 - Liquidação normal

Seção 2 - Liquidação antecipada

Capítulo II - Cláusula Compromissória

ANEXO I - GLOSSÁRIO/DEFINIÇÕES

ANEXO II - Dados variáveis do FUNDO.

ANEXO III - Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem.

ANEXO IV - Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios.

ANEXO V - Contrato de Consultoria

TERMO DE DELIBERAÇÃO DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COTAS

TERMO DE DELIBERAÇÃO DA SEGUNDA EMISSÃO DE COTAS

Seção 1 - Denominação e principais características do fundo

Artigo 1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP, doravante denominado **FUNDO**, é um fundo de investimento em direitos creditórios regido por este Regulamento, que será registrado em Cartório de Títulos e Documentos, e pelas normas em vigor que lhe são aplicáveis.

Artigo 2. O **FUNDO** tem como principais características:

- I - é constituído na forma de condomínio fechado;
- II - tem o prazo de duração discriminado no **ANEXO I**, contado a partir da subscrição inicial de suas cotas; podendo este prazo ser alterado por decisão da Assembléia Geral;
- III - não possui taxa de ingresso, nem taxa de saída, e não possui taxa de desempenho ou de performance;
- IV - possui cotas de classe sênior e de classe subordinada;
- V - poderá emitir séries de cotas da classe sênior com prazos e valores para amortização, resgate e remuneração distintos;
- VI - somente poderá receber aplicações, bem como ter cotas negociadas no mercado secundário, quando o subscritor ou o adquirente das cotas for investidor qualificado e desde que, a emissão das mesmas, seja previamente submetida, a registro de negociação ou deferida a sua dispensa pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em conformidade com o disposto no § 2º, do artigo 2º, da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (Instrução CVM nº 400/03);
- VII - o valor mínimo para aquisição inicial de cotas é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); ou seja, na distribuição primária; não havendo valor mínimo no caso de negociação no mercado secundário;
- VIII - poderá fazer colocação com ou sem registro da mesma na CVM, em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 400/03;
- IX - as cotas da classe subordinada dividem-se em subclasses, A e B, e subordinam-se às cotas da classe senior para efeito de amortização e resgate; e
- X - as cotas subordinadas da classe B subordinam-se às cotas subordinadas da classe A para efeito de amortização e resgate.

Artigo 3. Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do mesmo.

Artigo 4. No caso de registro de cotas na CVM, em conformidade ao disposto na Instrução CVM nº 400/03 e demais normas pertinentes, serão observadas as seguintes regras:

- I - cada classe ou série de cotas que for destinada à colocação pública será classificada por Agência de Classificação de Risco (*Rating*) estabelecida no país;
- II - o **FUNDO** deverá divulgar suas principais características junto ao público através de um prospecto; e
- III - serão observadas todas as normas da CVM para a distribuição de cotas de fundos fechados.

Seção 2 - Objetivo do fundo e público alvo

Artigo 5. O objetivo do **FUNDO** é a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis, de prestação de serviços ou do segmento financeiro, conforme política de investimento estabelecida neste Regulamento.

Artigo 6. O **FUNDO** estabelecerá um *benchmark* de rentabilidade para cada série de cotas da classe sênior ou cotas da classe subordinada que forem colocadas publicamente, sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações.

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua do Ouvidor, 100 - 1º andar
Rio de Janeiro, RJ - 20040-000

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

Artigo 7. O público-alvo do **FUNDO** são investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de cotas do **FUNDO**.

Artigo 8. É indispensável, por ocasião da subscrição de cotas do **FUNDO**, a adesão do cotista aos termos deste Regulamento, com a assinatura do respectivo termo de adesão onde ele atesta que tomou conhecimento dos riscos envolvidos e da política de investimento do **FUNDO**; recebendo uma cópia do presente Regulamento e do Prospecto caso aplicável.

Artigo 9. O cotista receberá também informações referentes à classificação de risco das cotas.

Artigo 10. Para o caso de aquisição de cotas no mercado secundário, além do estabelecido no inciso VI, do artigo 2º acima, o Regulamento e demais documentos necessários do **FUNDO** serão disponibilizados na rede mundial de computadores Internet ou serão fornecidos sempre que houver solicitação.

**CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 1. Seção 1 - Instituição Administradora

Artigo 11. As atividades de administração, controladoria, escrituração e colocação das cotas do **FUNDO** serão exercidas pela **PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A**, instituição com endereço na Pasteur, 463, 11º andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, doravante designada Administradora.

Seção 2 - Poderes e obrigações da Administradora

Artigo 12. A Administradora, observadas as limitações legais e deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO** e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integram a carteira.

Artigo 13. Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**, caso aplicável;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do Auditor Independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas deste, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

IX - Informar a agência classificadora de risco sobre qualquer alteração nos prestadores de serviços do FUNDO; se for atingido percentual inferior à relação mínima entre as cotas subordinadas e o patrimônio líquido do FUNDO discriminada no ANEXO I e se ocorrer a celebração de aditamento a qualquer contrato relativo ao FUNDO.

X - fornecer, quinzenalmente, à agência classificadora de riscos, as seguintes informações:

- a - planilha com evolução das cotas seniores e subordinadas com respectivas amortizações;
- b - posição dos direitos creditórios incluindo abertura dos créditos por originador e sacado;
- c - em caso de recompra, fornecer o desempenho dos direitos creditórios recomprados;
- d - outras informações que se façam necessárias para a manutenção dos ratings.

15 DEZ 2008

Seção 3 - Vedações à Administradora

Artigo 14. É vedado à Administradora:

- I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e
- III - efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

Parágrafo único. As vedações de que tratam os incisos I a III deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Artigo 15. É vedado à Administradora, em nome do FUNDO:

- I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados derivativos;
- II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou nas instruções da CVM;
- III - aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV - adquirir cotas do próprio FUNDO;
- V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM nº 356;
- VI - vender cotas do FUNDO a prestação;
- VII - vender cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios para este FUNDO, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;
- VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X - delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- XI - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- XII - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Seção 4 - Substituição da Administradora

Artigo 16. A Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista,

de 07/01/2009
Poderes de Truque
Poderes de Recuperação
Poderes de Resgate

5

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal da Administradora, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de renúncia da Administradora, esta deverá permanecer na administração do **FUNDO** até que a Assembléia Geral de cotistas eleja um novo administrador ou decida sua liquidação. Se, no prazo máximo de 60 dias, contado a partir da renúncia, a Assembléia Geral não indicar um substituto, a Administradora poderá promover a liquidação do **FUNDO**.

Seção 5 - Remuneração da Administradora

Artigo 17. A Administradora receberá uma Taxa de Administração (TA) incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**. Essa Taxa de Administração remunerará os serviços de administração do **FUNDO**, gestão da carteira, controladoria do **FUNDO**, escrituração das cotas do **FUNDO**, e análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do **FUNDO**.

Artigo 18. A Taxa de Administração acima será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (((1 + Tx)^{1/252}) - 1) \times PL_{(d-1)} + TC$$

TA = Taxa de Administração, calculada todo dia útil;

Tx = 1% (um por cento) ao ano;

PL_(d-1) = Patrimônio Líquido do **FUNDO** no dia útil anterior;

TC = Remuneração da empresa responsável pela análise e seleção de direitos creditórios, calculada de acordo com o **ANEXO I**.

Parágrafo Primeiro. A Taxa de Administração (TA) será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Segundo. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil: segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

Parágrafo Terceiro. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total informado no caput.

CAPÍTULO III DA CUSTÓDIA E DA CONTROLADORIA

Seção 1 - Instituição Custodiante

Artigo 19. A atividade de custódia dos ativos do **FUNDO** previstas na Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, será realizada pelo **DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13º, 14º e 15º andares, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, doravante designado Custodiante.

Seção 2 - Obrigações do Custodiante

Artigo 20. O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

- I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações comerciais e de serviços, observado o disposto no parágrafo primeiro deste Artigo;
- II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, observado o disposto no parágrafo primeiro deste Artigo;
- V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO e órgãos reguladores, observado o disposto no parágrafo primeiro deste Artigo;
- VI - cobrar e receber, por conta e ordem do FUNDO, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito do mesmo;
- VII - observar para que somente as ordens emitidas ao Custodiante pela Administradora e/ou pela Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. Nos termos do contrato celebrado entre a Administradora e a Consultora, com a anuência do Custodiante, a Consultora será responsável por:

- a) receber a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao FUNDO;
- b) efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, cabendo à Consultora a responsabilidade pelo depósito dessa documentação, na qualidade de depositária fiel dos documentos relacionados aos direitos creditórios; e
- c) manter atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO, e com livre acesso para o Custodiante, a auditoria independente, a agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO e os órgãos reguladores.

Parágrafo Segundo. Em razão do FUNDO possuir significativa quantidade de créditos cedidos e expressiva diversificação de devedores e de cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Custodiante, sempre que permitido pela legislação aplicável, está autorizado a efetuar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem.

Parágrafo Terceiro. Independentemente do disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o Custodiante realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos direitos creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no ANEXO III deste Regulamento, sempre que permitido pela legislação aplicável.

Parágrafo Quarto. Eventuais vícios verificados nos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios serão comunicados à Administradora.



Parágrafo Quinto. O Custodiante poderá sub-contratar instituição financeira com carteira comercial para responder pelas atividades de liquidação e cobrança discriminadas nos itens III, IV e VI deste Artigo (o Banco Cobrador).

CAPÍTULO IV

DOS OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

Seção 1 - Contratação de serviços

Artigo 21. A Administradora, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio gerente designado, pode contratar serviços de:

 7


**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

- I - consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do **FUNDO**;
- II - gestão da carteira;
- III - custódia;
- IV - cobrança dos direitos creditórios.

Artigo 22. A Administradora poderá contratar empresas especializadas na prestação dos demais serviços permitidos pela Instrução CVM 356/01 e previstos neste Regulamento.

Seção 2 - Consultora para análise e seleção dos direitos creditórios

Artigo 23. O **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios cuja análise e seleção tenha sido realizada por empresa de fomento mercantil que possua Certificado de Qualidade de Gestão atribuído pela ANFAC - Associação Nacional das Empresas de Fomento Mercantil - Factoring ("Selo de Qualidade ANFAC").

Parágrafo único. O "Selo de Qualidade ANFAC" é atribuído pela ANFAC às sociedades de fomento mercantil filiadas àquela associação que apresentem adequados padrões de qualidade em seus procedimentos operacionais e de controle (qualidade de gestão). A avaliação dos procedimentos e das políticas empregadas pelas associadas é realizada por empresa independente especializada.

Artigo 24. A empresa de fomento mercantil filiada à ANFAC identificada no **ANEXO I**, denominada neste Regulamento simplesmente Consultora, foi contratada para realizar a análise e seleção dos direitos creditórios.

Artigo 25. Adicionalmente, a Consultora será responsável pela guarda da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações comerciais e de serviços, ficando como fiel depositária dessa documentação.

Seção 3 - Gestão da carteira

Artigo 26. A atividade de gestão da carteira do **FUNDO** será exercida pela **PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria Ltda.**, com endereço na Avenida Paulista, 2001, 14º andar, conjuntos 1403/1408, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-300, inscrita no CNPJ do MF sob o nº: 06.350.042/0001-39, doravante designada Gestora.

**CAPÍTULO V
DA ASSEMBLÉIA DE COTISTAS**

Seção 1 - Competência

Artigo 27. Será de competência privativa da Assembléia Geral de cotistas:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II - alterar o regulamento do **FUNDO**
- III - deliberar sobre a substituição da Administradora;
- IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e
- V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

Seção 2 - Convocação

Artigo 28. A Assembléia Geral de cotistas reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para receber a prestação de contas.

15 DEZ 2008

Seção 4 - Eleição de representante dos cotistas

Artigo 37. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Artigo 38. Somente pode exercer as funções de Representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- II - não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- III - não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Seção 5 - Da alteração do regulamento

Artigo 39. O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 40. As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I - lista de cotistas presentes na Assembléia Geral;
- II - cópia da ata da Assembléia Geral;
- III - exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV - modificações procedidas no Prospecto, caso aplicável.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Seção 1 - Prestação de informações à CVM

Artigo 41. A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência as seguintes informações:

- I - a data da primeira integralização de cotas do fundo; e
- II - a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

Artigo 42. A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, até o 3º (terceiro) dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao FUNDO:

- I - saldo das aplicações;
- II - valor do patrimônio líquido;
- III - valor da cota de cada classe e quantidades em circulação;
- IV - valores totais das captações e dos resgates no mês, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- V - o comportamento da carteira de direitos creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- VI - posições mantidas em mercados derivativos.

Parágrafo Primeiro. As informações previstas nos incisos III e IV devem ser prestadas em relação a cada classe e série de cotas.

Parágrafo Segundo. Eventuais retificações nas informações previstas neste Artigo devem ser comunicadas à CVM até o primeiro dia útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Seção 2 - Publicidade e remessa de documentos

15 DEZ 2008

Artigo 43. A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, tais como a eventual alteração da classificação de risco das cotas seniores do FUNDO e, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Primeiro. A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico **Diário do Comércio** da Associação Comercial de São Paulo e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do FUNDO.

Parágrafo Segundo. A Administradora deve fazer as publicações aqui previstas sempre no mesmo periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao FUNDO, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- I - a alteração da classificação de risco das classes ou séries de cotas, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- II - a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do FUNDO;
- III - a ocorrência de eventos subseqüentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do FUNDO, bem como o comportamento da carteira de direitos creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- IV - a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do FUNDO.

Artigo 44. A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês;
- III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 45. No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao FUNDO:

- I - alteração de regulamento;
- II - substituição da instituição Administradora;
- III - incorporação;
- IV - fusão;
- V - cisão;
- VI - liquidação.

Artigo 46. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do FUNDO não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto, caso aplicável, do FUNDO protocolados na CVM.

Parágrafo único. Caso o texto publicitário apresente incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, a CVM pode exigir que as retificações e os esclarecimentos sejam veiculados, com igual destaque, através do veículo usado para divulgar o texto publicitário original, devendo constar, de forma expressa, que a informação está sendo republicada por determinação da CVM.

Artigo 47. Toda informação, divulgada por qualquer meio, na qual seja incluída referência à rentabilidade do FUNDO, deve obrigatoriamente:

- I - mencionar a data de início de seu funcionamento;
- II - referir-se, no mínimo, ao período de 1 (um) mês-calendário, sendo vedada a divulgação de rentabilidade apurada em períodos inferiores;

COPIA DESTACADA
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial LBO 82 00 8 2
Data de Emissão: 15/12/2008
Assinatura: [assinatura]

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

- III - abranger, no mínimo, os últimos três anos ou período desde a sua constituição, se mais recente;
- IV - ser acompanhada do valor da média aritmética do seu patrimônio líquido apurado no último dia útil de cada mês, nos últimos três anos ou desde a sua constituição, se mais recente.
- V - deverá apresentar, em todo material de divulgação, o grau conferido pela empresa de classificação de risco ao **FUNDO**, bem como a indicação de como obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 48. No caso de divulgação de informações sobre o **FUNDO** comparativamente a outros fundos, devem ser informados na mesma matéria as datas, os períodos, a fonte das informações utilizadas, os critérios adotados e tudo o mais que seja relevante para a adequada avaliação.

Artigo 49. Sempre que o material de divulgação apresentar informações referentes à rentabilidade ocorrida em períodos anteriores deve ser incluída advertência, com destaque, que:

- I - a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros; e
- II - os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora ou pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Seção 3 - Demonstrações financeiras

Artigo 50. O **FUNDO** tem escrituração contábil própria.

Artigo 51. O exercício social do **FUNDO** tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 52. As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** estão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo único. Enquanto a CVM não editar as normas referidas no caput, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 53. A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais;
- II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 54. O diretor ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo **FUNDO**, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- I - que as operações praticadas pelo **FUNDO** estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis,
- II - que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
- III - os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período;
- IV - os resultados da verificação do lastro, por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Parágrafo Primeiro. Os demonstrativos referidos neste Artigo devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do **FUNDO**, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

Parágrafo Segundo. Para efeito do disposto neste Artigo, deve ser considerado o calendário do ano civil.

TÍTULO 2

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

15 DEZ 2008

Seção 1 - Características gerais e segmentos de atuação do fundo

Artigo 55. O FUNDO irá adquirir direitos creditórios decorrentes dos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas, podendo também adquirir direitos creditórios do segmento financeiro.

Seção 2 - Natureza, origem e instrumentos jurídicos dos direitos creditórios

Artigo 56. O FUNDO irá adquirir direitos creditórios de empresas com sede no Brasil, indicadas e aprovadas pela Consultora, denominadas Cedentes, originados da seguinte forma:

- a) Resultantes de vendas de mercadorias já entregues ou de serviços já prestados, liquidados a prazo, representados por duplicatas ou liquidados por meio de cheques pré-datados.
- b) Resultantes de operações de crédito de qualquer modalidade, representados por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), que estejam obrigatoriamente registradas na CETIP - Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia, cedidas por qualquer instituição financeira, com ou sem coobrigação da instituição financeira cedente. Além disso, só poderão ser adquiridas Cédulas de Crédito Bancário emitidas por pessoas jurídicas que sejam cedentes de recebíveis para o FUNDO, ou seja, que tenham assinado o *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios*.

Parágrafo Primeiro. O FUNDO poderá ainda adquirir direitos creditórios diretamente da Consultora, desde que tais direitos tenham origem nos segmentos discriminados na Seção 1 deste Capítulo. A Consultora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade em razão do FUNDO poder adquirir direitos creditórios de sua titularidade.

Parágrafo Segundo. O FUNDO não poderá adquirir Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua obrigação/coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo Terceiro. Na aquisição dos direitos creditórios, serão observados os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 57. O FUNDO poderá alienar a terceiros direitos creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Seção 3 - Condições de Cessão e Critérios de elegibilidade dos direitos creditórios

Artigo 58. Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO devem atender cumulativamente às seguintes condições de cessão, que serão validadas pela Administradora:

I - O FUNDO somente poderá adquirir direitos creditórios que tenham sido submetidos à prévia análise e seleção pela Consultora, que deverá realizar ou acompanhar os procedimentos seguintes até a liquidação da cessão:

- 1 - Seleção de cedentes por setor, atividade, porte e localização geográfica;
- 2 - Verificação de eventuais restrições cadastrais;
- 3 - Visita à futura cedente;
- 4 - Cadastramento da empresa cedente e dos sócios;
- 5 - Levantamento da carteira de clientes da empresa (sacados);
- 6 - Aprovação em comitê de limite operacional;
- 7 - Certificação digital dos representantes legais da empresa e dos responsáveis solidários;
- 8 - Formalização do contrato que regulará as cessões;

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

- 9 - Recebimento de borderôs;
- 10 - Verificação de eventuais restrições cadastrais dos sacados;
- 11 - Confirmação de títulos junto aos sacados;
- 12 - Aprovação da operação segundo os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do FUNDO;
- 13 - Encaminhamento de arquivo eletrônico com a relação de títulos à Administradora e ao Custodiante;
- 14 - Teste de elegibilidade (com base nos critérios estabelecidos neste Regulamento) por parte da Administradora e do Custodiante;
- 15 - Envio do contrato digital, pela Administradora, para assinatura dos representantes legais das cedentes;
- 16 - Pagamento da cessão, pelo Custodiante, em conta corrente da cedente;
- 17 - No caso de CCBs, o prazo máximo de vencimento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para CCBs garantidas por alienação fiduciária de recebíveis e de 60 (sessenta) dias para CCBs garantidas com aval ou outra forma de garantia.

II - O FUNDO não poderá adquirir direitos creditórios de cedente que tenha recomprado mais de 20% (vinte por cento) dos créditos cedidos nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores;

III - As cédulas de crédito bancário (CCBs) deverão contar com pelo menos uma das garantias abaixo:

- a) Alienação fiduciária de recebíveis que cubra no mínimo 70% do saldo devedor atualizado.
- b) Aval ou alguma outra garantia real que responda por 100% do saldo devedor atualizado.

Artigo 59. Todo e qualquer Direito de Crédito a ser adquirido pelo FUNDO deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

I - o FUNDO somente poderá adquirir direitos de crédito cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento do FUNDO; e somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão.

II - Cada cessão de direitos de crédito será precedida de análise verificando a concentração de títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ) na carteira do FUNDO, respeitando-se os limites de concentração estipulados neste Regulamento (artigo 63 IV b).

III - Os direitos de crédito devem ser de devedores/sacados que, na data da cessão para o FUNDO, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 dias corridos.

IV- O Fundo só poderá adquirir direitos creditórios com prazo de vencimento entre 5 e 180 dias da data de aquisição.

Parágrafo Primeiro. As operações de aquisição dos direitos de crédito pelo FUNDO deverão ser realizadas necessariamente com base nas cláusulas e condições estabelecidas em *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme ANEXO IV deste Regulamento) a ser celebrado pelo FUNDO com as Cedentes, previamente à realização de qualquer operação entre o FUNDO e a Cedente. A Cedente responderá solidariamente com seus Clientes pelo pagamento dos direitos de crédito cedidos ao FUNDO.

Parágrafo Segundo. A Consultora deverá selecionar apenas direitos creditórios que atendam os critérios de elegibilidade elencados neste Artigo, conforme estabelecido no *Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios* (ANEXO IV deste Regulamento) celebrado entre o FUNDO e a Consultora.

Parágrafo Terceiro. Constatada a qualquer tempo pela Administradora a não adequação, na data da cessão, de um ou mais direitos de crédito cedidos ao FUNDO a qualquer dos critérios de

elegibilidade, a Consultora será obrigada a adquirir tais direitos de crédito pelo valor registrado na carteira do FUNDO.

Parágrafo Quarto. Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição ou critério de elegibilidade após sua aquisição pelo FUNDO, não haverá direito de regresso contra a Administradora, Gestora, Consultora ou Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo Quinto. Na aquisição de quaisquer direitos creditórios, o FUNDO deverá respeitar a taxa mínima de cessão calculada pela Administradora conforme a fórmula abaixo:

$$Tmc = 170\% \text{ CDI}^*$$

15 DEZ 2008

*170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP na data da respectiva cessão.

Seção 4 - Composição e diversificação da carteira

Artigo 60. Após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o FUNDO deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por direitos creditórios, podendo a Administradora requerer a prorrogação desse prazo à CVM, por igual período, desde que haja motivos que justifiquem o pedido.

Artigo 61. A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em direitos creditórios será aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) títulos e valores mobiliários privados previamente aprovados pela Assembléia Geral de cotistas.

Parágrafo Primeiro. A carteira do FUNDO que não estiver alocada em direitos creditórios será composta de ativos financeiros: títulos da dívida pública e títulos privados emitidos por instituições financeiras, com prazo médio (da carteira) superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, e, desde que previamente aprovados pela Assembléia Geral de cotistas, outros títulos e valores mobiliários privados.

Parágrafo Segundo. O FUNDO somente poderá adquirir títulos privados e valores mobiliários de emissão de instituições que possuam classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior à classificação de risco das cotas seniores do FUNDO, consideradas apenas as classificações de risco concedidas pela Standard & Poor's.

Parágrafo Terceiro. Todos os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo FUNDO deverão ter elevada liquidez, isto é, liquidez diária.

Artigo 62. Os direitos creditórios serão custodiados pelo Custodiante, conforme indicado neste Regulamento, e os demais ativos integrantes da carteira do FUNDO serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do FUNDO, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Parágrafo único. Conforme estabelecido em *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme ANEXO IV deste Regulamento), os boletos de cobrança dos valores devidos pelos Clientes com relação a cada um dos direitos de crédito representados por duplicatas serão emitidos pela Consultora ou pelo Banco Cobrador, e os valores decorrentes dos pagamentos serão diretamente depositados em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador, seja diretamente pelos Clientes, ou por meio do sistema de compensação bancária. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos direitos de crédito será considerado quitado se recebido por qualquer das Cedentes ou pela Consultora, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Custodiante.

Artigo 63. Relativamente aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO:

Registro do Título de Crédito
Registro do Título de Crédito
Registro do Título de Crédito
Registro do Título de Crédito

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

I - O total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de sua controlada, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, cabendo à Consultora manter dados cadastrais sobre as cedentes que pertençam ao mesmo Grupo Econômico para controlar o limite estabelecido neste e nos demais incisos; e

II - O total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo alcançar a totalidade do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**.

III - As CCBs (cédulas de crédito bancário) não poderão representar mais de 40% (quarenta por cento) do PL do **FUNDO**.

IV- O **FUNDO** adota como limites máximos de concentração, por cedentes e sacados, para os direitos creditórios:

a) Até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** poderão ser aplicados em direitos de crédito originados por Cedentes de um mesmo Grupo Econômico;

b) O limite máximo de concentração por devedor/sacado, ou seja, por devedor dos direitos de crédito e CCBs, será de 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**

V - Ainda em relação aos direitos creditórios, caso, considerada pro-forma a aquisição dos direitos creditórios ofertados, a carteira do **FUNDO** apresente 3% (três por cento) de concentração em direitos creditórios e CCBs de um mesmo devedor/sacado (mesmo CPF ou CNPJ), a Administradora deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo devedor/sacado (empresas sob controle comum, controladas ou controladoras e, também, coligadas), assegurando que sejam respeitados os seguintes limites:

a) 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** do respectivo Grupo Econômico como devedores/sacados;

b) 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo do respectivo Grupo Econômico como cedentes e devedores/sacados conjuntamente.

Parágrafo Primeiro. O limite de concentração previsto no caput não se aplica à aquisição de títulos públicos federais e cotas de fundos de renda fixa e fundos de investimento em cotas classificados como "renda fixa".

Parágrafo Segundo. Enquanto não decorrido o período de 90 (noventa) dias, não são aplicáveis ao **FUNDO** os limites de concentração previstos acima, devendo a Administradora respeitar os seguintes limites de concentração por cedente: até 100% (cem por cento) dos direitos creditórios nos primeiros 30 dias; 50% (cinquenta por cento) entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias) e 25% (vinte e cinco por cento) entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias.

Artigo 64. O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Artigo 65. Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de cotas conforme as regras estabelecidas neste Regulamento.

Seção 5 - Garantias

Artigo 66. Fica esclarecido que não existe, por parte do FUNDO, da Administradora ou da Gestora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO ou relativas à rentabilidade de suas cotas.

Artigo 67. As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 68. É um elemento de garantia das aplicações em cotas da classe sênior do FUNDO, para fins de amortização e resgate privilegiados, a existência de cotas subordinadas no percentual estabelecido no ANEXO I deste Regulamento.

Seção 6 - Riscos de crédito, de mercado e outros

Artigo 69. Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e seus cotistas.

Parágrafo único. Tendo em vista as características da política de investimento, o FUNDO não apresentará, em nenhuma hipótese, patrimônio líquido negativo.

Artigo 70. Os ativos que compõem a carteira do FUNDO estão sujeitos aos seguintes fatores de risco:

I - **Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas.

II - **Risco de liquidez dos ativos:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortização aos cotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

III - **Risco de mercado:** consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas: monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

IV - **Risco de concentração:** A Administradora buscará diversificar a carteira do FUNDO e deverá observar os limites de concentração do FUNDO de que trata o Artigo 63 deste Regulamento. No entanto, a política de investimentos do FUNDO admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do FUNDO de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do FUNDO de direitos de crédito em concentrações superiores aos limites nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do FUNDO. O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações.

V - **Risco de descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do FUNDO são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo FUNDO para as cotas seniores tem determinado *benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

VI - **Risco da liquidez da cota no mercado secundário:** O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas seniores, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, desde que obedecido o disposto no inciso VI, do artigo 2º acima. O mercado secundário no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

VII - Risco de descontinuidade: A existência do FUNDO no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de direitos de crédito nos termos de *Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme ANEXO IV deste Regulamento). Conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no FUNDO com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida, entretanto, pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora, pela Consultora, pelo Custodiante ou pelas Cedentes dos direitos de crédito qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

VIII - Risco de resgate das cotas do FUNDO em direitos creditórios: Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do FUNDO, há previsão neste Regulamento de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos de crédito. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do FUNDO ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

IX - Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o FUNDO a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

X - Risco de guarda da documentação relativa aos direitos creditórios: Em conformidade com o contrato celebrado com a Administradora, com a anuência do Custodiante, a Consultora será responsável pela guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios, na qualidade de fiel depositária. A guarda da documentação relativa aos direitos creditórios pela Consultora pode representar uma limitação ao FUNDO, em termos de verificação da originação e formalização dos direitos creditórios. Nos termos do parágrafo segundo do artigo 20 deste Regulamento, o Custodiante realizará, diretamente, ou através da auditoria independente, verificação periódica, trimestralmente da documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos direitos creditórios ao FUNDO, a carteira do FUNDO poderá conter direitos creditórios cujos documentos apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

XI - Riscos relacionados à Consultora: Embora a Consultora declare que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade, uma vez que o FUNDO poderá adquirir direitos de crédito de sua titularidade, existe o risco de haver tal conflito.

XII - Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de direitos creditórios ao Fundo: Devido ao seu elevado custo, os termos de cessão de direitos creditórios não serão registrados em cartório de registro de títulos e documentos. Por isso, na eventualidade da cedente ter alienado a terceiros os mesmos créditos cedidos ao Fundo, a propriedade dos títulos cedidos em duplicidade e a eficácia de sua transmissão poderão ser objeto de disputa.

XIII - Risco referente à verificação do lastro por amostragem. Como o Custodiante foi autorizado a realizar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem, trata-se do risco relativo à ocorrência de erros na metodologia e parâmetros empregados pelo Custodiante ou falhas na coleta de amostras ou, ainda, erros nos lotes que não participaram da amostra; o que poderia acarretar perdas para o FUNDO.

XII - Risco de Conflito de Interesses: Tal risco existe tendo em vista que, conforme previsto no Regulamento do FUNDO, a Gestora, respeitando o disposto no Regulamento, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO, onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou

fundos de investimento administrados pela Gestora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o FUNDO, ainda que todas as informações relativas a essas operações sejam objeto de registros analíticos segregados.

XV - Demais riscos: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CAPÍTULO II

15 DEZ 2008

DA AQUISIÇÃO E DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Seção 1 - Procedimentos de formalização e pagamento pela cessão dos direitos creditórios (liquidação financeira)

Artigo 71. Os procedimentos para cessão de direitos creditórios ao FUNDO podem ser descritos da seguinte forma:

- a) as Cedentes submetem à Consultora as informações acerca dos direitos de crédito que pretendam ceder para o FUNDO;
- b) a Consultora encaminha ao Custodiante arquivo eletrônico que relacionará, identificará e descreverá apenas os direitos creditórios aprovados de acordo com o *Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios* (ANEXO V deste Regulamento) celebrado entre o FUNDO e a Consultora;
- c) Após o recebimento do arquivo gerado pela Consultora, o Custodiante deverá verificar a elegibilidade dos direitos creditórios indicados pela Consultora e comunicar a Administradora;
- d) A Administradora comandará a emissão do **TERMO DE CESSÃO** conforme estabelecido no *Contrato que regular as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios* (modelo conforme ANEXO IV deste Regulamento) - a ser preferencialmente firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - relacionando os direitos creditórios indicados pela Consultora e validados pelo Custodiante;
- e) As Cedentes e o FUNDO, representado pela Administradora, firmam o **TERMO DE CESSÃO**, usando preferencialmente o formato eletrônico discriminado no item "d";
- f) o FUNDO paga pela cessão dos direitos creditórios na data da cessão, por intermédio do Custodiante, através de TED, DOC ou crédito em conta corrente diretamente às Cedentes;
- g) as Cedentes encaminham à Consultora a documentação relativa aos direitos creditórios, bem como eventuais títulos de crédito a esses direitos creditórios vinculados, sejam esses títulos cheques ou duplicatas, para que sejam mantidos sob sua guarda, a partir da data de cessão, na qualidade de fiel depositária.

Parágrafo único. Não são admitidas remessas para contas de pessoas que não sejam as próprias cedentes dos direitos creditórios (de terceiros, estranhos aos negócios realizados de venda e compra dos recebíveis).

Artigo 72. A Consultora, em nome do FUNDO, será responsável pela comunicação aos devedores, sacados das duplicatas, da cessão dos direitos creditórios para o FUNDO até 3 (três) dias após a realização da cessão.

Parágrafo único. A comunicação poderá ser realizada pelos Correios, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), ou através de e-mail que utilize o sistema Comprova de certificação digital de envio, recebimento, conteúdo e leitura (www.comprova.com).

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

Seção 2 - Cobrança regular

Artigo 73. A forma de liquidação dos direitos creditórios será:

- I - por meio de cheques emitidos pelos Clientes das Cedentes e endossados pelas Cedentes ao FUNDO por chancela mecânica ou eletronicamente e entregues ao Banco Cobrador para guarda e cobrança em nome do FUNDO;
- II - através de boletos bancários, tendo o FUNDO por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Consultora e enviados aos sacados das duplicatas.

Artigo 74. O recebimento dos direitos creditórios resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas pelo FUNDO será efetuado diretamente em conta corrente do FUNDO junto ao Banco Cobrador.

Seção 3 - Cobrança dos inadimplentes e instruções de cobrança

Artigo 75. A cobrança dos direitos de crédito vencidos e não pagos será realizada pela Consultora, admitindo-se a contratação de tais serviços com empresa especializada em serviços de cobrança indicada pela Consultora.

Artigo 76. Os direitos de crédito poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo FUNDO.

Artigo 77. As instruções de cobrança dos Direitos de Crédito deverão respeitar o seguinte:

- I - As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora ou por empresa especializada em serviços de cobrança por ela indicada;
- II - As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;
- III - Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato *ad-judicia*.

**TÍTULO 3
DO PASSIVO E DOS ENCARGOS**

**CAPÍTULO I
DAS COTAS**

Seção 1 - Características gerais

Artigo 78. As cotas do FUNDO são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares, e são de classe sênior ou classe subordinada.

Artigo 79. As cotas seniores poderão ser transferidas a qualquer tempo para a custódia fiduciária da CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia mediante solicitação do cotista à Administradora, que responde pela escrituração das mesmas.

Parágrafo Primeiro. Para os cotistas que estejam com as cotas custodiadas na CBLC, os pagamentos a que fazem jus as cotas serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC.

Artigo 80. As cotas seniores terão uma única classe (não se admitindo subclasses). As cotas subordinadas poderão ter subclasses para efeito de amortização e resgate.

Artigo 81. As cotas seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

Parágrafo único. Cada série de cotas terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações.

Artigo 82. É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do FUNDO a qualquer classe ou série de cotas.

Artigo 83. A integralização, a amortização e o resgate de cotas do FUNDO podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente ou transferência eletrônica de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Parágrafo Primeiro. Em se tratando de cotas subordinadas, a integralização, a amortização e o resgate podem ser efetuados em direitos creditórios.

Parágrafo Segundo. Para as cotas seniores, não é admissível a integralização ou amortização em direitos creditórios, mas o resgate pode ser feito em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 84. Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora ou do Custodiante, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro dia útil subsequente com base no valor da cota deste dia para aplicação e no valor da cota no dia útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro dia útil subsequente.

Seção 2 - Emissão

Artigo 85. Na emissão de cotas do FUNDO, deve ser utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 86. No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de cotas subscritas;
- III - preço e condições para sua integralização.

Artigo 87. A critério da Administradora, novas cotas do FUNDO, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas deste Regulamento. Em toda e qualquer emissão de cotas, será obrigatória a reclassificação de risco das cotas já emitidas e das novas cotas ofertadas publicamente.

Parágrafo único. Não haverá direito de preferência dos cotistas do FUNDO na aquisição e subscrição das eventuais novas cotas mencionadas no caput.

Artigo 88. As cotas deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

Parágrafo único. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo mencionado neste Artigo.

Artigo 89. O FUNDO poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no anúncio de início de distribuição de cotas e no prospecto do FUNDO, caso aplicável.

Artigo 90. O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 91. Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Seção 3 - Sobre a colocação pública das cotas

Artigo 92. Na colocação pública de cotas do FUNDO, a distribuição será precedida de registro específico na CVM e de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

3º SRTD 32 00 8 2

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

Parágrafo único. A Administradora, única instituição responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO**, elaborará plano de distribuição de cotas para cada oferta pública de cotas do **FUNDO**, que observará, para todas as séries de cotas que venham a ser emitidas, as regras de que tratam esta Seção 3 e também as seguintes regras:

I - para os fins do disposto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, sem prejuízo do disposto nesta Seção 3, o cronograma das etapas da oferta de cotas do **FUNDO** observará as seguintes regras:

a) as datas de início e de encerramento de distribuição de cada oferta pública de cotas do **FUNDO** serão as seguintes:

i) Início da Distribuição: Na data da publicação do anúncio de início de distribuição na forma da legislação em vigor.

ii) Encerramento da Distribuição: 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

b) haverá possibilidade de prorrogação da oferta de cotas do **FUNDO**, mediante solicitação à CVM na forma do disposto no Parágrafo único do Artigo 93 deste Regulamento;

c) haverá possibilidade, a critério da Administradora, se atingido o patamar mínimo de cotas seniores previsto no **ANEXO II** deste Regulamento, de se dar por encerrado o período de distribuição de cotas da Primeira Série do **FUNDO**.

d) os anúncios de início, de encerramento, ou de prorrogação de distribuição de cotas do **FUNDO**, nos termos da alínea "c", anterior, serão publicados no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

II - para os fins do disposto no item 3.2.5 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, não haverá destinação da oferta pública ou partes da oferta pública a investidores específicos.

III - para os fins do disposto no item 3.2.7 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora considerará adequado o investimento a todos os investidores qualificados, assim definidos pela legislação CVM e desde que tais investidores qualificados não encontrem vedação na própria legislação CVM para adquirirem cotas do **FUNDO**, que busquem rendimentos vinculados ao CDI, no médio e longo prazos, para seus investimentos, aceitando correr riscos, tais como os previstos para o **FUNDO**, na aplicação desses investimentos. Desta forma, os investidores que não se enquadrem na definição de investidores qualificados não poderão adquirir cotas do **FUNDO**.

IV - para os fins do disposto no item 3.2.9 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, as ofertas de cotas do **FUNDO** aos investidores observarão as seguintes regras quanto às alterações das circunstâncias, revogação e modificação de sua emissão, observadas as disposições do **ANEXO II** deste Regulamento:

a) a Administradora poderá requerer que a CVM a autorize a modificar ou revogar as ofertas de cotas do **FUNDO**, caso ocorram alterações materiais e inesperadas, posteriores ao protocolo do pedido de registro de distribuição das cotas na CVM, nas circunstâncias inerentes às ofertas, das quais resulte aumento relevante nos riscos assumidos com a emissão de novas cotas do **FUNDO**;

b) a Administradora poderá modificar, a qualquer tempo, as ofertas das séries de cotas do **FUNDO**, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do Artigo 25 da Instrução CVM 400/03, ocasião em que, caso o requerimento de modificação nas condições da oferta das cotas do **FUNDO** seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da respectiva oferta das cotas do **FUNDO** poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de alteração;

c) se a oferta das séries de cotas do **FUNDO** for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes;

d) a revogação ou qualquer modificação na oferta de cotas do **FUNDO** será imediatamente divulgada mediante anúncio no jornal Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo (o "Anúncio de Revogação", no caso de revogação, ou "Anúncio de Retificação", no caso de modificação da oferta de cotas), veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme disposto no Artigo 27 da Instrução CVM 400/03; 15 DEZ 2008

e) no caso de modificação da oferta de cotas do **FUNDO**, após a publicação do Anúncio de Retificação, a Administradora somente aceitará como investidores do **FUNDO** aqueles que se declararem cientes dos termos do referido Anúncio de Retificação, observado o disposto nas alíneas "f" e "g", abaixo;

f) os investidores que tenham subscrito cotas do **FUNDO** serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação se, decorridos 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não manifestarem, expressamente, perante a Administradora, sua intenção de não mais permanecerem como cotistas do **FUNDO**, hipótese em que a Administradora poderá presumir, para todos os fins de direito: i) que os investidores pretendem manter-se como cotistas do **FUNDO**, e; ii) que os investidores declararam sua aceitação quanto aos termos do "Anúncio de Retificação";

g) em qualquer hipótese, a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** tornará ineficaz a própria oferta e seus respectivos atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo a Administradora restituir integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às cotas do **FUNDO**, observado que, para os fins do disposto no Artigo 26 da Instrução CVM nº 400/03, a restituição desses valores aos investidores se dará sem qualquer acréscimo, e;

h) para os fins do Artigo 28 da Instrução CVM 400/03 e observado o disposto na parte final do referido Artigo, não será, em nenhuma hipótese, admitida a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** por parte dos investidores.

V - para os fins do disposto no parágrafo 3º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora e responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO** assegura aos investidores que:

a) o tratamento aos investidores será justo e equitativo, e;

b) os investidores serão informados pela Administradora: a) da adequação do investimento em cotas do **FUNDO** ao perfil dos investidores, na forma do inciso III, anterior, e b) dos fatores de risco a que o **FUNDO** está exposto, nos termos do Artigo 70 deste Regulamento.

Artigo 93. Após a distribuição inicial de cotas do **FUNDO**, as novas distribuições a serem realizadas deverão ser integralmente subscritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do anúncio de início de cada distribuição.

Parágrafo único. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto no parágrafo anterior por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Artigo 94. Caso não seja efetivada a colocação de todas as cotas no prazo de distribuição, sem que se proceda ao cancelamento do saldo não colocado, a distribuição deverá ser cancelada.

Artigo 95. Cada classe ou série de cotas do **FUNDO** destinada à colocação pública deve ser avaliada por empresa classificadora de risco em funcionamento no país.

Artigo 96. Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de cotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

- I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico;
- II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

Seção 4 - Amortização e resgate

Artigo 97. As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios.

Artigo 98. As cotas seniores não poderão ser amortizadas em direitos creditórios.

Artigo 99. É possível o resgate de cotas seniores em direitos creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do fundo.

Artigo 100. As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as cotas seniores.

Parágrafo Primeiro. Excetua-se do disposto no caput deste Artigo a hipótese de amortização de cotas subordinadas prevista no Artigo 102 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. O cronograma de amortizações deverá respeitar os Anexos deste Regulamento, conforme cada emissão de série de cotas seniores.

Parágrafo Terceiro. A amortização deverá respeitar a relação entre cotas seniores e patrimônio líquido do **FUNDO** definida no ANEXO I deste Regulamento.

Parágrafo Quarto. O pagamento das amortizações será feito no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que a Administradora está sediada.

Artigo 101. A Administradora deverá constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor dos direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 15 (quinze) dias úteis antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e
- (b) até 7 (sete) dias úteis antes de cada data de amortização, ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.
- (c) até 30 (trinta) dias antes do vencimento da penúltima parcela de amortização o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.
- (d) até 30 (trinta) dias antes do vencimento da última parcela de amortização o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral do resgate final atualizado até a data da constituição da reserva.

Artigo 102. A amortização das cotas do **FUNDO** poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

- I - impossibilidade de o **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento;
- II - o patrimônio líquido do **FUNDO** se tornar igual à soma do valor de todas as cotas seniores; e/ou
- III - em se tratando de cotas subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 103 deste Regulamento.

Parágrafo único. A antecipação do início da amortização de cotas do **FUNDO** será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de

informações do FUNDO ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 103. Independente das amortizações previstas neste Regulamento, na hipótese do montante total de cotas subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do FUNDO conforme ANEXO I, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios: (a) a partir da data da primeira integralização de cotas do FUNDO, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização; e (b) as cotas serão amortizadas visando exclusivamente o re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Regulamento.

15 DEZ 2008

Artigo 104. O resgate de cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do FUNDO ou de cada série ou classe de cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

Parágrafo único. O resgate será feito no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente na praça em que a Administradora está sediada, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 18 e no Artigo 84 deste Regulamento.

Artigo 105. No resgate será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

Seção 5 - Negociação das cotas em mercado secundário

Artigo 106. As cotas seniores do FUNDO serão registradas para negociação em Bolsa de Valores ou Sistema de Balcão Organizado, a critério da Administradora, desde que obedecido o disposto no inciso VI, artigo 2º acima, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

Artigo 107. No caso de as cotas serem registradas negociação em Bolsa de Valores ou Sistema de Balcão Organizado, conforme o inciso VI, do artigo 2º e do artigo 106 acima, as cotas seniores do FUNDO somente poderão ser transferidas ou alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado nas hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO

Seção 1 - Patrimônio líquido

Artigo 108. O patrimônio líquido do FUNDO corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo único. Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no boletim de subscrição, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 109. O FUNDO deverá ter, no mínimo, o percentual de seu patrimônio identificado no ANEXO I representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente através do site da Administradora.

Parágrafo único. Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput* por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, será adotado o seguinte procedimento: No prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desbalanceamento entre o valor das cotas seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral de cotistas para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do FUNDO; ficando assegurado a qualquer cotista detentor de cotas subordinadas o direito de evitar a liquidação do FUNDO, caso subscreva tantas cotas subordinadas quantas forem necessárias para recompor a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor total das cotas seniores indicada no ANEXO I.

Seção 2 - Distribuição dos resultados entre as classes de cotas: diferença de riscos

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

Artigo 110. O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às cotas seniores.

Artigo 111. Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* de rentabilidade definido para cada série de cotas seniores, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Seção 3 - Da metodologia de avaliação dos ativos

Artigo 112. Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos abaixo e na legislação em vigor.

Artigo 113. As cotas do fundo terão seu valor calculado todo dia útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

II os ativos classificados como "títulos para negociação" serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pela Administradora ou Gestora em suas mesas de operação;

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados da seguinte forma:

a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;

b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerados os dias úteis entre a data da aquisição do direito creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento;

c) o rendimento do direito crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do direito creditório apurado na data de seu vencimento.

Parágrafo Primeiro. Todos os direitos creditórios adquiridos pelo **FUNDO** serão classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item III deste artigo.

Parágrafo Segundo. Todos os demais ativos adquiridos pelo **FUNDO**, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em direitos creditórios, serão classificados na categoria "títulos para negociação", e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item II deste artigo.

Artigo 114. Para a provisão dos valores referentes aos direitos creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

I - Até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, o valor contabilizado do título em atraso no ativo corresponderá ao valor de face do respectivo título, não sendo realizada qualquer provisão;

II - Para cada dia decorrido a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III - Ao final do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Parágrafo Primeiro. A provisão para devedores duvidosos não atingirá os demais créditos do mesmo devedor, ou seja, não ocorrerá o chamado "efeito vagão".

Parágrafo Segundo. Os títulos a vencer de devedores em atraso serão informados à agência de classificação de risco.

Artigo 115. As cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

CAPÍTULO III DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 116. Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III - despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembléia Geral de cotistas;
- VIII - taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas cotas admitidas à negociação;
- X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;
- XII - despesas com a cobrança e realização dos direitos de crédito, incluindo, sem limitação, os honorários e as despesas com a contratação de terceiro especializado em serviços de cobrança e todas as despesas bancárias.

Parágrafo único. Quaisquer despesas não previstas neste Artigo como encargos do FUNDO devem correr por conta da instituição Administradora.

TÍTULO 4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3228-2008 - Curitiba - PR

DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 117. São considerados eventos de avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

I - Não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação.

II - Resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante.

III - Inobservância, pela Administradora ou pela Gestora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelo Custodiante ou pelos cotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação>

IV - Na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento.

V - Na ocorrência de rebaixamento do rating das cotas seniores para classificação inferior a brA-f, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco.

VI - Caso, no 1º dia útil de cada mês, a Administradora verifique que:

(i) a média móvel ponderada de 3 (três) meses, desprezado o mês imediatamente anterior, do "Índice de Inadimplência 30 dias", definido como a razão entre: (a) volume de direitos creditórios vencidos no mês que se encontram em atraso de 30 a 60 dias ou que tenham sido pagos com atraso de 30 a 60 dias e (b) volume total de direitos creditórios com data de vencimento no mesmo mês; seja superior a 7% (sete por cento); ou

(ii) a média móvel ponderada de 3 (três) meses, desprezados os 2 (dois) meses imediatamente anteriores, do "Índice de Inadimplência 60 dias", definido como a razão entre: (a) volume de direitos creditórios vencidos no mês que se encontram em atraso há mais de 60 dias ou que tenham sido pagos com atraso superior a 60 dias e (b) volume total de direitos creditórios com data de vencimento no mesmo mês; seja superior a 5% (cinco por cento).

VII - Caso a taxa do CDI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da taxa do CDI do dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo único - Na ocorrência de quaisquer dos eventos de avaliação, a **ADMINISTRADORA** convocará, no prazo de 5 (cinco) dias, Assembleia Geral de cotistas, informando nesta convocação o evento de avaliação ocorrido, ficando a cargo da Assembleia Geral de cotistas decidir sobre as medidas a serem tomadas, observado o quorum de deliberação.

**CAPÍTULO II
DA LIQUIDAÇÃO**

Seção 1 - Liquidação normal

Artigo 118. O FUNDO será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Seção 2 - Liquidação antecipada

Artigo 119. Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações:

I - se o patamar mínimo de distribuição de cotas do FUNDO descrito no **TERMO DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DE COTAS** não for atingido ao término do prazo de colocação das cotas;

II - se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do início da distribuição de cotas, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado antes do referido prazo;

III - por deliberação de Assembléia Geral de cotistas, nas hipóteses descritas nos Artigos 16, 27, 34 e 109 e 116;

IV - se o FUNDO mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;

IV - em caso de impossibilidade do FUNDO adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento;

V - se o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as cotas seniores.

VI - Caso o índice de inadimplência da carteira, calculado com base no total de direitos creditórios em atraso superior a 60 (sessenta) dias após os seus respectivos vencimentos, em relação ao total de direitos creditórios que compoñham a carteira do FUNDO, supere o percentual de 12% (doze por cento).

15 DEZ 2008

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III supra, se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquidação do FUNDO, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem.

Artigo 120. Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto neste Regulamento.

Artigo 121. Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

Artigo 122. Nas hipóteses de liquidação, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Artigo 123. Após a partilha do ativo, a Administradora do fundo deverá promover o cancelamento do registro do FUNDO, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação

I - o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos cotistas, ou a ata da Assembléia Geral que tenha deliberado a liquidação do fundo, quando for o caso;

II - a demonstração de movimentação de patrimônio do fundo, acompanhada do parecer do auditor independente; e

III - o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ."

CAPÍTULO III

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Artigo 124. Quaisquer litígios que possam surgir relativamente a este regulamento, prospecto caso aplicável e demais documentos referentes ao FUNDO, às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29.11.2001, e Instruções CVM números 356, de 17.12.2001, 393, de 22.07.2002, alterações posteriores, e demais disposições legais serão resolvidos por meio de arbitragem conduzida em conformidade com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo.

Parágrafo único. Se, por qualquer motivo, a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) não puder receber, recusar-se ou não puder decidir as controvérsias respeitantes à aplicação deste Regulamento e da legislação vigente, fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para a propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao FUNDO.

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

Artigo 125. A Administradora declara que não se encontra em situação de conflito de interesses no exercício de sua função de Administradora do FUNDO, bem como que manifesta independência no desempenho das atividades que lhe são atribuídas e descritas tanto neste Regulamento quanto no Contrato que regula as cessões de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios (ANEXO IV deste Regulamento).

Curitiba, 10 de dezembro de 2008.

[Assinatura]
PETRA - PERSONAL TRADER C.T.V.M. S/A.
Administradora

[Assinatura]

70. TABELAÇÃO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R. Mal. Deodoro, 230, Centro F: 33322-6157
CURITIBA - PARANÁ

Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
[assinatura] - MARCOS JOSÉ PAULA BARROS DE...
CARVALHO

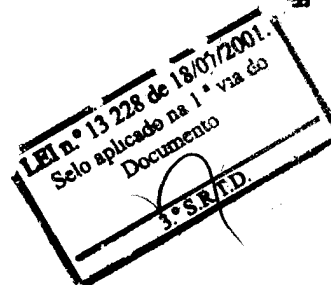
[assinatura] - EDILBERTO PEREIRA

Em testemunho da verdade
Curitiba, 11 de dezembro de 2008

081-ANEXO 11-188
TABELAÇÃO - TABELAÇÃO
CP 26365

RUA ÉBANO PEREIRA, 60 - 21º ANDAR
TEI - 233-3267

CLAUDIA M. S. N. ASSUMPTIO
SUSCINOTOS
MARCOS AURELIO PEREIRA
ROZILDA BRAGA HIEIRO



15/12/08 320082 3o OFICIO REG. TITULOS DOCUMENTOS

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

ANEXO 1 - Glossário / Definições

Para uma perfeita compreensão e interpretação dos termos e informações contidas neste Regulamento serão adotadas as seguintes definições:

15 DEZ 2008

Administradora	PETRA Personal Trader CTVM S/A / Instituição financeira com sede na Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM - a administrar fundos de investimento
Agência de classificação de risco	Standard & Poor's Rating Services/ Empresa responsável pela classificação do risco das cotas do FUNDO colocadas publicamente.
ANFAC	Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil - Factoring.
Custodiante ou Banco Custodiante	DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO / Instituição bancária contratada para realizar a liquidação financeira das cessões de crédito, realizar a custódia dos recebíveis e demais serviços, elencados no Regulamento do FUNDO ou nas normas da CVM, atribuídos ao Custodiante.
Banco Cobrador	Instituição bancária responsável pela cobrança regular dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO.
Cedente	Empresa que origina direitos creditórios em suas atividades mercantis, industriais ou de prestação de serviços, e que tenha cedido os recebíveis para o FUNDO.
Cessão de Direitos Creditórios	Transferência, pela Cedente, credora originária, de seus direitos creditórios para o FUNDO, mantendo-se inalterados os restantes elementos da relação obrigacional.
Consultora ou Consultoria especializada para análise e seleção de recebíveis	LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA. / Empresa de fomento mercantil filiada à ANFAC, denominada Consultora ou Consultoria Especializada, contratada para realizar a análise e seleção dos direitos creditórios, assim como se responsabilizar pela documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios oriundos de operações comerciais, industriais e de serviços.
Créditos performados	Créditos resultantes de contratos em que a Cedente já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados, ou mercadorias já entregues, e, em qualquer caso, aceitos), restando apenas a obrigação do Devedor de efetuar o pagamento.
Devedor ou sacado	Pessoa física ou jurídica, cliente da Cedente, emissor de

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

Direitos creditórios	cheque ou sacado de duplicata mercantil, ou endossante, responsável pelo pagamento do crédito ao FUNDO .
FUNDO	Direitos de crédito (ou os títulos que os representem) originários de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços; sinônimo de recebíveis. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, ou Fundo de Recebíveis, disciplinado pela Resolução CMN 2.907 e pela Instrução CVM 356.
Investidor qualificado	São aqueles investidores definidos como tal pela Instrução CVM 409. São os seguintes: I - instituições financeiras; II - companhias seguradoras e sociedades de capitalização; III - entidades abertas e fechadas de previdência complementar; IV - pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; V - fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados e VI - administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325), definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e clubes de investimento cujas políticas de investimento admitam a aplicação em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos do item "a" do parágrafo 2º do artigo 33 do "Regulamento Anexo à Resolução Nº 303/2005-CA da BOVESPA".
Recompra	Ato pelo qual o Cedente recompra, por qualquer motivo, o(s) título(s) que cedeu para o FUNDO .
Selo de Qualidade ANFAC ou Certificado de Qualidade de Gestão	O "Selo de Qualidade ANFAC" é atribuído pela ANFAC às sociedades de fomento mercantil filiadas àquela associação que apresentem elevados padrões de qualidade em seus procedimentos operacionais e de controle (qualidade de gestão)..
Termo de cessão	É o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos (cheques ou duplicatas) cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização

da cessão, mas não desobriga a Cedente de entregar ao FUNDO, por intermédio da Consultora, os cheques e duplicatas endossados e os demais documentos.

Vício do direito creditório ou do documento que o representa Qualquer defeito do direito creditório, ou do título representativo do crédito, que justifique a recusa do Devedor em pagá-lo, no todo ou em parte.

15 DEZ 2008

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL LEGO LP

15 DEZ 08 320093

320082/263

Dez 2008
Rozilda Braga Ribeiro
Marcos Aurélio Peressuti
Claudia M. S. N. Assumpção

Substitutos
Rua Ébano Pereira, 60 - 21º Andar
Tel: 233.3267



2º OFÍCIO DISTRIBUIÇÃO
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel. Godoy, 370 - Sala 304
Bairro (11) 0113-3885 - Caixa Postal 100

[Handwritten signature]
33

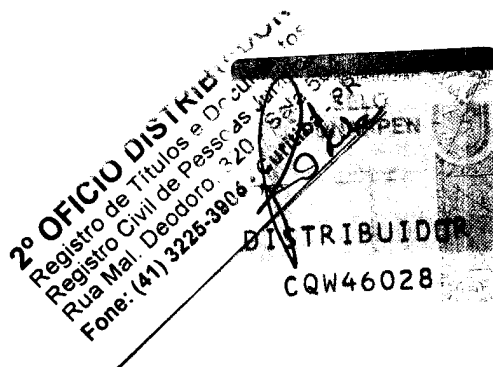
**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

ANEXO II
DADOS VARIÁVEIS DO FUNDO

- 1) **PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO:** O FUNDO será liquidado no último dia útil do 120º (centésimo vigésimo) mês, contado a partir da subscrição inicial de suas cotas, podendo este prazo ser alterado por decisão da Assembléia Geral.
- 2) **CONSULTORA:** Para realizar a análise e seleção dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, foi contratada a **LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA.**, com sede à Rua Emílio de Menezes 76, 9º andar, Higienópolis, São Paulo, SP, CEP 01231-020, inscrita no CNPJ/MF sob o número 05.129.237/0001-90, empresa de fomento mercantil registrada na ANFAC sob o número 2384.
- 3) **REMUNERAÇÃO DA CONSULTORA:** A título de remuneração pelos serviços prestados ao FUNDO, conforme *Contrato de consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios* (ANEXO V deste Regulamento) celebrado entre a Consultora e o FUNDO, a Consultora fará jus a uma comissão ad-valorem correspondente a 0,50% (cinco décimos por cento) sobre o valor de face dos títulos adquiridos pelo FUNDO, paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. A comissão a ser paga à Consultora é parte integrante da remuneração da Administradora do FUNDO.
- 4) **PROPORÇÃO MÍNIMA DE COTAS SUBORDINADAS:** A relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das cotas seniores será de 166,66 (cento e sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter, no mínimo, 40% (quarenta por cento) de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente através do site da Administradora.
- 5) **COTAS SUBORDINADAS DE CLASSES A E B:** As cotas subordinadas da classe B subordinam-se às cotas subordinadas da classe A para efeito de amortização e resgate e representarão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO. Esta relação será apurada diariamente e divulgada mensalmente através do site da Administradora.

15 DEZ 2008



2º. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos
Distribuição: 51-5553
ao 3º Ofício

Ctba/Pr, 12/12/2008

CUSTAS
Lei Estadual nº 11.960/97, Tabela XVI - Distrib. IIa, III, IV e nota 2;
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício 234/07 do FUNARPEN
VRCs 0,105
☐ Distribuição (70 VRCs) (0,73) R\$ 8,00
☒ Averbação (26 VRCs) (0,27) R\$ 3,00
☒ Selo R\$ 1,00
2º Ofício Distribuidor - Curitiba - PR
R. Marechal Deodoro, 320 - Sala 504 - Fone: (41) 3225-3904

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2005-01-01 - CURITIBA - PR
PROTEÇÃO E REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

15 DEZ 08 320084

32008 2/2

AVISO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

DE 15 DEZEMBRO DE 2008

de 22/08/08
Marcelo Braga Ribetto
Marcos Aurélio Peressuti
Claudia M. S. N. Assumpção

Substitutos
Rua Emanoel Pereira, 60 - 21º Andar
CEP: 233 3287



Anexo III - Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem

Parâmetros para determinar a amostra dos recebíveis:

15 DEZ 2008

1. O Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados;

2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes;

Abaixo escopo detalhado:

- 2.1 - Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- 2.2 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
- 2.3 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
- 2.4 - Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- 2.5 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- 2.6 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- 2.7 - Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

3. para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3608 - Curitiba - PR

Substitutos
Rosa Emano Pereira, 60 - 21º Andar
Rosilene Brugu Ribeiro
Marcos Aurelio Peresutti
Claudia M. S. N. Assumpção

De acordo (Ass) 21/12

15 DEZ 2008 320005
32 00 8 2/3
37

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

TERMO DE DELIBERAÇÃO DA PRIMEIRA EMISSÃO DE COTAS

Por deliberação da administradora:

15 DEZ 2008

- 1) **PATRIMÔNIO INICIAL E A PRIMEIRA EMISSÃO DE COTAS:** O FUNDO será constituído inicialmente por 18.000 (dezoito mil) cotas seniores, e por 6.000 (seis mil) cotas subordinadas da classe A, distribuídas publicamente, em lote único e indivisível, e por, no mínimo, 6.000 (seis mil) cotas subordinadas da classe B que não serão objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 400/03.

a) Cada cota tem o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) em cotas seniores, e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões reais) em cotas subordinadas da classe A, perfazendo R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) o valor desta primeira emissão de cotas, que está sendo ofertada em lote único e indivisível.

b) A primeira série de cotas seniores e as cotas subordinadas da classe A acima terão prazo de duração de 42 (quarenta e dois) meses, contado a partir da data de início das atividades do FUNDO.

c) A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, contado da data de início das atividades do FUNDO, as cotas seniores referentes à primeira série e as cotas subordinadas da classe A terão seus valores amortizados mensalmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

31º	32º	33º	34º	35º	36º	37º	38º	39º	40º	41º	42º
mês	mês	mês	mês	mês	mês	mês	mês	mês	mês	mês	mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7	1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1

d) A amortização das cotas subordinadas da classe A prevista na alínea anterior somente ocorrerá após a amortização das cotas seniores e desde que seja mantida a proporção mínima de cotas subordinadas correspondente a 40% do PL do Fundo até o pagamento de todas as seniores.

e) A primeira série de cotas seniores e as cotas subordinadas da classe A deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

- 2) **BENCHMARK DE RENTABILIDADE DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES:** Desde que os resultados da carteira do FUNDO permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do FUNDO para as cotas seniores será correspondente ao acréscimo por dia útil de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; incidentes sobre o valor das cotas seniores ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas e incorporados ao valor das cotas seniores ao final de cada Período de Capitalização de acordo com as regras abaixo:

a) **PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO:** O primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do FUNDO e termina no prazo definido pela taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como novo período em vigor o prazo desta taxa. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data.

b) **FÓRMULA DE CÁLCULO:** O cálculo do valor a ser distribuído para as cotas seniores, desde que os resultados da carteira do FUNDO permitam, obedecerá a seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times \text{Fator DI})$$

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada cota sênior ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VCse = valor da cota sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = 125% da taxa DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

$$\text{FatorDI} = 125\% * \{ [(\text{TDI}/100) + 1] ^ { (\text{PC}/252) } \}$$

onde:

TDI = Taxa DI Over % ao ano, divulgada pela CETIP.

PC = Período de capitalização em dias úteis.

c) No caso de indisponibilidade temporária da taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do **FUNDO** quanto pelos titulares das cotas seniores, quando da divulgação posterior da taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

d) Na ausência de apuração e/ou divulgação da taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, substituirá a taxa DI pela taxa média diária do SELIC, divulgada pelo BACEN. No caso de não ser possível a substituição da taxa DI pela taxa SELIC, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de cotistas.

- 3) **BENCHMARK DE RENTABILIDADE DA COTA SUBORDINADA DA CLASSE A:** Desde que os resultados da carteira do **FUNDO** permitam, e após garantida a distribuição dos rendimentos da carteira do **FUNDO** para as cotas seniores, será atribuída à cota subordinada de subclasse A uma rentabilidade correspondente ao acréscimo por dia útil de 145% (cento e quarenta e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; incidentes sobre o valor das cotas subordinadas da classe A ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas e incorporados ao valor das cotas subordinadas da classe A ao final de cada Período de Capitalização de acordo com as regras abaixo:

a) **PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO:** O primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do **FUNDO** e termina no prazo definido pela taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como novo período em vigor o prazo desta taxa. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**

b) FÓRMULA DE CÁLCULO: O cálculo do valor a ser distribuído para as cotas subordinadas da subclasse A, desde que os resultados da carteira do FUNDO permitam, obedecerá a seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI)$$

15 DEZ 2008

onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada cota subordinada da classe A ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VCse = valor da cota subordinada da classe A, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = 145% da taxa DI Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorDI = 145\% * \{ [(TDI/100) + 1] ^ {PC/252} \}$$

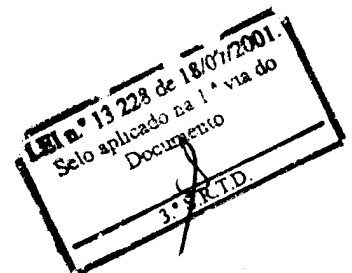
onde:

TDI = Taxa DI Over % ao ano, divulgada pela CETIP.

PC = Período de capitalização em dias úteis.

c) No caso de indisponibilidade temporária da taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FUNDO quanto pelos titulares das cotas subordinadas da classe A, quando da divulgação posterior da taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

d) Na ausência de apuração e/ou divulgação da taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, substituirá a taxa DI pela taxa média diária do SELIC, divulgada pelo BACEN. No caso de não ser possível a substituição da taxa DI pela taxa SELIC, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral de cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral de cotistas



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 15 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

41

CONTRATO QUE REGULA AS CESSÕES DE CRÉDITO
PARA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

20 MAI 2008

Por este instrumento particular, _____, com sede na
_____, cidade de _____, Estado de _____, inscrita no
CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designada **CEDENTE**, e

[INSERIR DENOMINAÇÃO DO FUNDO], inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____,
doravante denominado **CESSIONÁRIO** ou **FUNDO**, administrado e neste ato representado pela **PETRA -
PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, com
endereço na Rua Pasteur 463, 11º andar, Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80250-080, inscrita no CNPJ/MF
sob o número 03.317.692/0001-94, doravante designada **ADMINISTRADORA**, todos devidamente
representados neste ato por seus representantes legais que assinam este instrumento na presença de duas
testemunhas,

CONSIDERANDO QUE:

- a) o FUNDO tem por objetivo adquirir direitos creditórios, nos termos da política de investimentos estabelecida em seu Regulamento;
- b) a CEDENTE tem interesse em ceder os direitos creditórios originários de operações realizadas pela CEDENTE nos segmentos comercial, industrial, financeiro, ou de prestação de serviços;
- c) a ADMINISTRADORA contratou o CUSTODIANTE, abaixo definido, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos do FUNDO, incluindo a análise e a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO, a liquidação física e financeira dos ativos do FUNDO e ainda a análise dos critérios de elegibilidade de referidos direitos creditórios, nos termos do Contrato de Custódia e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios firmado entre as partes;
- d) a ADMINISTRADORA contratou a CONSULTORA, abaixo definida, para a prestação dos serviços de consultoria especializada, objetivando a análise e a seleção dos direitos creditórios e demais ativos do FUNDO;
- e) o CUSTODIANTE, conforme indicado e solicitado pela ADMINISTRADORA, contratou a CONSULTORA para a prestação dos serviços de recepção, guarda e manutenção da documentação relativa aos direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO atualizada e em perfeita ordem;
- f) a CONSULTORA, em razão da prestação dos serviços de recepção, guarda e manutenção da documentação relativa aos DIREITOS CREDITÓRIOS, deverá receber os direitos creditórios diretamente da CEDENTE.

RESOLVEM as partes assinar o presente Contrato cuja as cláusulas são as seguintes:

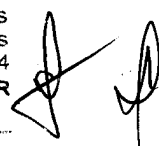
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES.

1.1. - As partes convencionam e adotam as seguintes definições para a finalidade de interpretação das cláusulas deste contrato:

CEDENTE – é a empresa que origina DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos do presente Contrato.

CONSULTORA – empresa responsável pela análise e seleção dos DIREITOS CREDITÓRIOS, bem como pela recepção, guarda e manutenção dos documentos relativos à cessão dos DIREITOS CREDITÓRIOS ao FUNDO, incluindo os DIREITOS CREDITÓRIOS e todos os demais documentos comprobatórios da operação mercantil ou de serviços.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Regist.º de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



ANEXO IV
(modelo)

CUSTODIANTE – é a instituição responsável pela guarda dos DIREITOS CREDITÓRIOS e liquidação física e financeira dos ativos do FUNDO e pelos demais serviços estipulados no Contrato de Custódia e Controladoria firmado entre o CUSTODIANTE e a ADMINISTRADORA (“Contrato de Custódia”).

DIREITOS CREDITÓRIOS – direitos de crédito originários de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, financeiro e de prestação de serviços pela CEDENTE.

CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS – a transferência pela CEDENTE, credora originária, de seus DIREITOS CREDITÓRIOS para o FUNDO, mantendo-se inalterados os demais elementos da relação obrigacional representada pelos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.

BANCO COBRADOR – é a instituição bancária responsável pela cobrança regular dos direitos creditórios cedidos ao FUNDO.

CRÉDITOS PERFORMADOS – são aqueles créditos resultantes de contratos em que a CEDENTE já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados ou mercadorias já entregues, e aceitos) ou operações de crédito já consumadas, restando apenas a obrigação do DEVEDOR de efetuar o pagamento.

DEVEDOR – é a pessoa física ou jurídica cliente da CEDENTE, responsável pelo pagamento do DIREITO CREDITÓRIO ao FUNDO.

VÍCIO DO DIREITO CREDITÓRIO ou DO DOCUMENTO QUE O REPRESENTA – qualquer defeito do direito creditório ou do título representativo do crédito que justifique a recusa do DEVEDOR em pagá-lo, no todo ou em parte.

RECOMPRA – é o ato pelo qual a CEDENTE recompra os direitos creditórios que cedeu para o FUNDO por qualquer motivo.

RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS – pessoas físicas ou jurídicas sócias ou não da CEDENTE que assinarão o presente contrato assumindo solidariamente, como co-obrigadas, as mesmas obrigações da CEDENTE.

TERMO DE CESSÃO – é o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas entre a CEDENTE e o FUNDO, na forma do Anexo I ao presente contrato. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização da cessão e obriga a CEDENTE a entregar à CONSULTORA, por conta e ordem do FUNDO, os cheques e duplicatas endossados e os demais documentos.

TERMO DE RECOMPRA – é o documento utilizado para documentar a recompra pela CEDENTE dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos ao CESSIONÁRIO, na forma do Anexo II ao presente contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO.

2.1. - Este contrato irá reger todas e quaisquer cessões de DIREITOS CREDITÓRIOS que forem feitas pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO.

2.1.1. - Em hipótese alguma admitir-se-á qualquer cessão de direitos creditórios realizada fora ou que contrarie as cláusulas e termos deste contrato.

2.2. - A aceitação dos direitos creditórios oferecidos pela CEDENTE é ato discricionário do CESSIONÁRIO.

2.3. - Para que a cessão possa ser formalizada, a documentação que evidencie o lastro dos DIREITOS CREDITÓRIOS será analisada e os DIREITOS CREDITÓRIOS serão validados em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO, nos termos previstos no Regulamento do CESSIONÁRIO.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 604
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2.4. - Por meio da assinatura do TERMO DE CESSÃO, a CEDENTE cede e transfere ao CESSIONÁRIO, em caráter irrevogável e irretratável, todos os DIREITOS CREDITÓRIOS relacionados no referido TERMO DE CESSÃO.

20 MAI 2008

3. CLÁUSULA TERCEIRA CRITÉRIOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

3.1. - Os DIREITOS CREDITÓRIOS que poderão ser cedidos ao CESSIONÁRIO deverão atender à política de investimentos estabelecida no Regulamento do CESSIONÁRIO, especialmente no que diz respeito aos critérios de elegibilidade do CESSIONÁRIO e, sob pena de a cessão ser considerada nula e a CEDENTE ser obrigada a devolver os valores recebidos pela cessão, deverão também:

- a) Ser originários dos segmentos comercial, industrial, financeiro ou de prestação de serviços;
- b) Resultar de vendas de produtos já entregues ou da prestação de serviços já realizados, ou seja, constituir CRÉDITOS PERFORMADOS; ou resultar de operações de crédito já consumadas, de qualquer modalidade, cedidos por qualquer instituição financeira; ou seja, em qualquer hipótese, constituir créditos performados;
- c) Ser representados por duplicatas mercantis/de serviços ou liquidados por meio de cheques para pagamento a prazo (vulgarmente conhecidos como cheques pré-datados); por CCBs ou contratos de operações de crédito de qualquer modalidade;
- d) Ser originários de empresas sediadas no Brasil; e
- e) Atender aos demais critérios de elegibilidade previstos no Regulamento.

3.2. - Todos os cheques e duplicatas ou demais títulos de crédito cedidos ao CESSIONÁRIO deverão ser endossados pela CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, podendo ser empregado endosso por chancela mecânica ou eletrônica.

3.2.1. - Os cheques deverão ser nominais à CEDENTE e estar cruzados.

3.2.2. - As duplicatas deverão estar assinadas pelos representantes da CEDENTE.

3.3. - As duplicatas deverão ter sido emitidas pela CEDENTE com base em uma fatura de prestação de serviços já realizados ou mercadorias já entregues.

3.4. - Todas as duplicatas ou outros títulos de crédito ou contratos deverão ser acompanhadas de cópias das notas fiscais/faturas que deram origem aos créditos ou, quando do segmento financeiro, de documentos que comprovem a realização de operações de crédito. .

4. CLÁUSULA QUARTA – DECLARAÇÕES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

4.1. - As partes signatárias deste contrato declaram conhecer e aceitar o Regulamento do CESSIONÁRIO, especialmente os artigos relativos à política de investimentos e à aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS.

4.1.1. - Após a celebração dos respectivos TERMOS DE CESSÃO, a CEDENTE deverá encaminhar imediatamente os DIREITOS CREDITÓRIOS e todos os demais documentos comprobatórios da operação mercantil ou de serviços para a CONSULTORA.

4.1.2. – Adicionalmente, a ADMINISTRADORA será responsável por encaminhar uma cópia dos respectivos TERMOS DE CESSÃO, imediatamente após sua celebração, à CONSULTORA para que a CONSULTORA controle o recebimento de toda a documentação referida na cláusula 4.1.1. acima das CEDENTES, o que deve ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da respectiva cessão.

4.2. - A CEDENTE obriga-se a fornecer todas as informações e a apresentar todos os documentos relacionados à cessão de DIREITOS CREDITÓRIOS da CEDENTE para o CESSIONÁRIO que lhe forem solicitados pela empresa de auditoria contratada pela ADMINISTRADORA para prestar serviços ao CESSIONÁRIO, em qualquer época e sempre que houver solicitação da empresa de auditoria.

**ANEXO IV
(modelo)**

4.2.1. - As partes declaram que estão cientes de que essas informações e documentos serão freqüentemente solicitados pela empresa de auditoria a fim de apurar se as cláusulas do Regulamento do CESSIONÁRIO e deste contrato estão sendo respeitadas e para verificar o lastro, legitimidade e legalidade dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.

5 - CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

5.1. - A CEDENTE declara, respondendo civil e criminalmente pela veracidade dessas declarações, em relação a quaisquer cessões de crédito que sejam feitas, que:

5.1.1. - É responsável pela existência dos créditos representados pelos títulos negociados, por seus vícios redibitórios e pelo cumprimento das obrigações (vendas de produtos ou prestação de serviços) ou de operações financeiras que deram origem aos créditos.

5.1.2. - É responsável perante o CESSIONÁRIO pelos riscos e prejuízos dos créditos negociados no caso de serem opostas exceções quanto à sua legitimidade, legalidade e veracidade, ou seja, em razão de quaisquer vícios que possam ser opostos ao pagamento dos créditos.

5.1.3. - É responsável pela evicção dos direitos creditórios cedidos.

5.1.4. - É responsável civil e criminalmente pela legalidade, veracidade e legitimidade das duplicatas oriundas de suas operações mercantis, ciente de que a emissão fraudulenta de título sujeita os seus sócios a prepostos às penas do artigo 172 do Código Penal.

5.1.5. - É responsável civil e criminalmente pelos cheques relativos aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos decorrentes de vendas a prazo ou prestação de serviços, responsabilizando-se por eventuais vícios, inclusive no caso de suspeita de conluio com o emitente-devedor relacionado à contra-ordem ou “sustação do cheque” para fraudar o CESSIONÁRIO.

5.2. - O CESSIONÁRIO fica, desde já, autorizado a consultar qualquer sistema de risco de crédito existente para obter informações a respeito da CEDENTE ou dos DEVEDORES, inclusive o sistema gerido pelo Banco Central do Brasil, podendo prestar a esse sistema informações sobre o montante das dívidas, a vencer ou vencidas, bem como o valor das co-obrigações e garantias prestadas pela CEDENTE.


5.3. - No caso do não pagamento dos direitos creditórios nas datas dos seus respectivos vencimentos pelos DEVEDORES, o CESSIONÁRIO poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como SERASA, SPC, ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando os nomes dos DEVEDORES e da CEDENTE.

5.4. - Caso deixe de cumprir a obrigação de firmar os respectivos TERMOS DE RECOMPRA para a recompra dos DIREITOS CREDITÓRIOS ou de indenizar o CESSIONÁRIO conforme previsto na Cláusula Sexta do presente contrato, ou ainda ocorrer o descumprimento de qualquer outra obrigação assumida pela CEDENTE neste instrumento, o CESSIONÁRIO poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como SERASA, SPC, ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando o nome da CEDENTE e dos coobrigados (RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS), conforme as responsabilidades de cada um.

5.5. - A CEDENTE, neste ato, autoriza o CESSIONÁRIO a levar os cheques e as duplicatas ou outros títulos de crédito a protesto ou executá-los judicialmente caso os pagamentos não sejam feitos nas datas dos vencimentos e se responsabiliza integralmente em caso de protesto ou cobrança judicial indevidos por culpa ou dolo nas cessões de créditos realizadas ou por erro nas informações prestadas ao CESSIONÁRIO.

5.6. - A CEDENTE, neste ato, declara que possui os originais ou cópias de todos os documentos comprobatórios da venda das mercadorias ou dos serviços que deram origem legítima e válida aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.

5.7. - A CEDENTE, neste ato, autoriza o CESSIONÁRIO a ceder, quando quiser e a quem bem entender, os DIREITOS CREDITÓRIOS que lhe foram cedidos pela CEDENTE com base neste contrato.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

5.8. - A CEDENTE, neste ato, declara que todas as operações que deram origem aos DIREITOS CREDITÓRIOS encontram-se registradas em sua contabilidade. 20 MAI 2008

5.9. - A CEDENTE, neste ato, declara que nenhuma das cessões de crédito ou operações realizadas com os seus clientes foi feita em fraude à execução ou fraude a credores ou sonegação fiscal, nem são provenientes de atividades criminosas que possam vir a caracterizar lavagem de dinheiro.

5.10. - A CEDENTE obriga-se a:

5.10.1. - Não modificar com o DEVEDOR as condições originais da venda do produto/mercadoria ou serviço após a cessão dos DIREITOS CREDITÓRIOS ao CESSIONÁRIO.

5.10.2. - Não alterar a data do vencimento do título cedido (prorrogar ou antecipar); não deduzir, compensar, negociar, extinguir ou modificar qualquer característica dos créditos cedidos, exceto mediante prévia anuência do CESSIONÁRIO.

5.10.3. - Informar o CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento em que tomou conhecimento do fato, sobre qualquer reclamação, modificação, cancelamento, arrendimento do DEVEDOR ou quaisquer outras informações relativas aos direitos creditórios.

5.10.4. - Informar o CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da citação, intimação ou notificação, sobre qualquer ação judicial, protesto, notificação ou medida extrajudicial tendo como objeto os créditos negociados ou a operação de cessão ou, ainda, que digam respeito ao negócio de venda mercantil ou de prestação de serviços ou operação de crédito que deu origem aos DIREITOS CREDITÓRIOS.

5.10.5. - Não omitir nenhuma informação que, se fosse do conhecimento do CESSIONÁRIO, poderia impedir, alterar, desaconselhar ou colocar em risco a cessão dos DIREITOS CREDITÓRIOS.

5.10.6. - Fornecer, em 24 (vinte e quatro) horas no máximo, sempre que solicitadas pelo CESSIONÁRIO, cópias ou os originais de toda a documentação comprobatória da origem legítima e válida dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos, incluindo notas fiscais e faturas, contratos firmados entre a CEDENTE e seus clientes e quaisquer outros documentos correlatos.

5.10.7. - Realizar todos os procedimentos previstos nas cláusulas adiante relativos à oferta dos DIREITOS CREDITÓRIOS e formalização da cessão para todos os créditos cedidos.

5.10.8. - Notificar os DEVEDORES (sacados das duplicatas) da cessão de crédito realizada, nos termos do artigo 290 do CC, informando que o pagamento deverá ser feito somente ao CESSIONÁRIO.

5.10.8.1. - A CEDENTE deverá notificar o DEVEDOR independentemente dele também receber qualquer notificação do CESSIONÁRIO.

5.10.9. - Repassar ao CESSIONÁRIO o crédito recebido diretamente do DEVEDOR caso este, eventualmente, e por engano, faça o pagamento à CEDENTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ficar caracterizada a apropriação indébita do valor recebido.

5.10.10. - Reembolsar o CESSIONÁRIO de todos os gastos e despesas legais, inclusive honorários advocatícios, juros e correção monetária, no caso do CESSIONÁRIO ser acionado judicialmente ou tiver que mover qualquer ação judicial em decorrência de culpa da CEDENTE.

5.10.11. - Indenizar o CESSIONÁRIO de quaisquer prejuízos que lhe tiverem sido causados pela CEDENTE por culpa ou inadimplemento das obrigações assumidas neste contrato.

5.10.12. - Comunicar ao CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fato, qualquer alteração do seu contrato social, estatuto ou mudança de endereço da CEDENTE ou de seus dados bancários.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

ANEXO IV
(modelo)

5.10.13. - Comunicar ao CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ocorrência do fato, qualquer processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, etc.), alteração de sua atividade principal ou mudança de controle, direto ou indireto.

5.11. - O CESSIONÁRIO obriga-se a:

5.11.1. - Efetuar o pagamento à CEDENTE, em conta corrente bancária de sua titularidade, das cessões realizadas nos valores convencionados no TERMO DE CESSÃO e no prazo estipulado neste contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – VÍCIOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

6.1. - No caso de serem opostas quaisquer exceções aos direitos ou títulos de crédito cedidos, a CEDENTE, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assumirá integral responsabilidade por quaisquer vícios verificados, como, a título de exemplo, os seguintes:

- a) Se os créditos representados pelos títulos cedidos forem objeto de outra alienação, ajuste, garantia, gravame ou ônus, sem o consentimento prévio e expresso do CESSIONÁRIO;
- b) Se os créditos adquiridos pelo CESSIONÁRIO forem objeto de acordo entre a CEDENTE e o DEVEDOR, que possa ensejar arguição ou compensação e/ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem um dos direitos emergentes dos títulos negociados;
- c) Se o DEVEDOR refutar, contestar ou devolver total ou parcialmente os produtos, mercadorias ou prestação de serviços fornecidos por qualquer motivo, por exemplo: por não correspondência com aquilo que efetivamente foi contratado, vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, ou defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias; divergência nos prazos ou preços ajustados; arrependimento e desistência dos serviços ou produtos adquiridos; avarias ou não recebimento das mercadorias;
- d) Se a CEDENTE receber em pagamento, no todo ou em parte, valores relativos aos títulos de crédito negociados com o CESSIONÁRIO, além das cominações legais relativas ao endosso, fica a CEDENTE, obrigada a devolvê-los ao CESSIONÁRIO no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de, decorrido esse prazo, ficar caracterizada a apropriação indébita (art. 168, do Código Penal);
- e) Se a falta de pagamento por parte do DEVEDOR resultar de ato de responsabilidade da CEDENTE;
- f) Se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo DEVEDOR baseada em fato de responsabilidade da CEDENTE ou contrário aos termos deste contrato;
- g) Se for oposta qualquer exceção de defesa ou justificativa pelo DEVEDOR baseada na recusa ou aceitação de mercadoria ou serviço ou qualquer forma de mora ou inadimplemento da CEDENTE junto ao mesmo DEVEDOR, ou contraprotesto do DEVEDOR e/ou reclamação judicial deste contra a CEDENTE;
- h) Ocorrendo qualquer medida judicial tomada pelo DEVEDOR tendo como objeto a causa originária do título, como, por exemplo, sustação de protesto, declaratória, anulatória etc., mesmo que sejam medidas apenas de interesse procrastinatório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÃO DA CEDENTE PELOS VÍCIOS (OBRIGAÇÃO DE RECOMPRAR OS CRÉDITOS OU DE INDENIZAR O CESSIONÁRIO).

7.1. - A CEDENTE assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevindo a constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções na origem do(s) crédito(s) negociado(s), recomprá-lo(s) referidos DIREITOS CREDITÓRIOS do CESSIONÁRIO mediante a assinatura de TERMO DE RECOMPRA ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o CESSIONÁRIO, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa de 10,00% (dez por cento), de juros moratórios de 1,00% (um por cento) ao mês, de atualização



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, das perdas e danos e honorários de advogado, tudo conforme autorizam os artigos 389 e 394 ao 396 do Código Civil.

20 MAI 2008

7.2. - O prazo para a CEDENTE recomprar o(s) crédito(s) será de 48 (quarenta e oito) horas após ser cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções, devendo o respectivo TERMO DE RECOMPRA ser firmado pelas partes do mesmo modo que os TERMOS DE CESSÃO, conforme previsto na cláusula 11 abaixo.

7.2.1. - A recusa na recompra do (s) crédito(s) no prazo estipulado, poderá dar ensejo à cobrança judicial contra a CEDENTE e os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS.

7.2.2. - Qualquer tolerância em relação ao disposto nesta cláusula será considerada mera liberalidade do CESSIONÁRIO.

7.3. - No caso do CESSIONÁRIO acionar judicialmente os DEVEDORES ou for por eles acionado em decorrência dos casos previstos nesta cláusula, obriga-se a CEDENTE a reembolsar o CESSIONÁRIO, com todos os acréscimos legais, todas as despesas que este tiver tido, incluindo despesas com advogados, perícias e custas processuais.

8. CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CEDENTE E DOS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS DESTE CONTRATO EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR/SACADO.

8.1. - O CESSIONÁRIO terá direito de regresso contra a CEDENTE em razão do inadimplemento dos DEVEDORES dos créditos cedidos, ou seja, a CEDENTE responde pelo cumprimento da prestação constante dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos ao CESSIONÁRIO.

8.2. - Assinam também este contrato as pessoas ao final identificadas, designados RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, que se declaram solidariamente responsáveis por todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela CEDENTE, concordando com todos os seus termos.

8.2.1. - Independentemente de terem ou não assinado os TERMOS DE CESSÃO ou avalizados os títulos a eles relativos, os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS são solidariamente responsáveis pelas obrigações inadimplidas.

8.3. - Os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS renunciam expressamente ao benefício de ordem e declaram ter pleno conhecimento de todas as cláusulas e condições deste contrato e do TERMO DE CESSÃO.

8.4. - Se a CEDENTE, ou qualquer um dos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, na hipótese desta cláusula ou da cláusula anterior, efetuar o pagamento do boleto bancário correspondente ao crédito cedido, o pagador subrogar-se-á, de pleno direito, na condição de credor conforme o disposto no artigo 346, inciso III, do Código Civil.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIAS

9.1. - Para garantir o pagamento de qualquer débito relacionado a este contrato, o CESSIONÁRIO poderá exigir, no ato de assinatura deste instrumento ou a qualquer tempo, que a CEDENTE lhe entregue nota promissória de sua emissão.

9.1.1. - A nota promissória deverá ser avalizada pelos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS.

9.1.2. - A CEDENTE obriga-se a reforçar ou substituir a garantia na hipótese de sua perda ou diminuição do seu valor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTO PARA A OFERTA E ACEITAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3605 - Curitiba - PR

ANEXO IV
(modelo)

10.1. - Para a formalização das ofertas de direitos creditórios pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, serão adotados os seguintes procedimentos:

10.1.1. - A CEDENTE deverá transmitir à CONSULTORA a relação dos recebíveis ofertados, oriundos de vendas mercantis e/ou da prestação de serviços ou de operações de crédito realizados pela CEDENTE, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos SACADOS.

10.1.2. - A CONSULTORA irá selecionar quais direitos creditórios ofertados atendem os requisitos da política de investimentos do CESSIONÁRIO, aplicando os critérios de análise dos créditos e de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO. Os direitos creditórios que atendam os requisitos serão considerados DIREITOS CREDITÓRIOS eleitos e seus dados serão transmitidos pela CONSULTORA ao CUSTODIANTE, através de arquivo eletrônico em formato (layout) específico, contemplando, além dos dados recebidos da CEDENTE, o valor pelo qual os créditos estão sendo cedidos ao CESSIONÁRIO.

10.1.3. - Recebidos pelo CUSTODIANTE os dados dos DIREITOS CREDITÓRIOS escolhidos, ADMINISTRADORA irá averiguar se a aquisição pelo CESSIONÁRIO dos direitos creditórios eleitos é compatível com as obrigações passivas do CESSIONÁRIO estabelecidas em seu Regulamento, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas, conforme taxa mínima de cessão prevista no Regulamento do CESSIONÁRIO. Por sua vez, o CUSTODIANTE irá validar os DIREITOS CREDITÓRIOS em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO, nos termos do Contrato de Custódia.

10.1.4. - Verificada a compatibilidade e validade dos DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos acima, a ADMINISTRADORA comandará a emissão do respectivo TERMO DE CESSÃO, a ser assinado pelas partes de acordo com a Cláusula Décima Primeira abaixo, preferencialmente em forma eletrônica.

10.1.5. - A CONSULTORA selecionará os DIREITOS CREDITÓRIOS, acompanhará todo o procedimento de oferta e de cessão e será também a responsável pela recepção dos títulos e dos documentos representativos dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos e dos demais documentos comprobatórios da operação mercantil ou de serviços, nos termos do contrato firmado entre a CONSULTORA, o CUSTODIANTE e a ADMINISTRADORA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

11.1. - Cada aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS será formalizada e demonstrada por meio de um instrumento denominado “TERMO DE CESSÃO” onde irão constar a relação e a identificação completa das duplicatas e cheques (numeração, valores e datas de vencimento), os nomes e CNPJ ou CPF dos sacados das duplicatas ou dos emitentes dos cheques, e o valor total de aquisição dos títulos cedidos.

11.1.1. - O TERMO DE CESSÃO deverá ser firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do Artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, devendo, em casos de contingência, ser firmado de forma impressa.

11.1.2. - A ADMINISTRADORA será responsável por colher e abonar as assinaturas e os poderes dos signatários dos TERMOS DE CESSÃO.

11.1.3. - A ADMINISTRADORA deverá remeter ao CUSTODIANTE os TERMOS DE CESSÃO devidamente assinados e abonados, nos termos do Contrato de Custódia.

11.2. - Os cheques e as duplicatas, com endosso em preto em favor do CESSIONÁRIO, serão entregues pela CEDENTE à CONSULTORA, acompanhadas das cópias de suas respectivas notas fiscais.

11.3. - O TERMO DE CESSÃO é considerado uma venda à vista pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO de seus DIREITOS CREDITÓRIOS, mediante um preço certo e ajustado entre as partes, pagável à vista, passando o CESSIONÁRIO a ser o único e legítimo proprietário dos créditos.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

11.3.1. - Pela assinatura no TERMO DE CESSÃO, a CEDENTE transfere a titularidade dos seus direitos ao CESSIONÁRIO.

20 MAI 2008

11.3.2. - Uma vez firmado o TERMO DE CESSÃO pela CEDENTE e pelo CESSIONÁRIO, representado pela ADMINISTRADORA, esta enviará instrução ao CUSTODIANTE para que este transfira o montante total discriminado no TERMO DE CESSÃO para a conta corrente bancária da CEDENTE indicada no respectivo TERMO DE CESSÃO.

11.4. - A CEDENTE obriga-se a dar ciência aos DEVEDORES SACADOS de duplicatas de sua alienação, no ato da negociação, informando-lhes que o respectivo pagamento deverá ser feito somente ao CESSIONÁRIO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LIQUIDAÇÃO DAS CESSÕES.

12.1. - O CESSIONÁRIO pagará o valor acordado entre as partes para as cessões dos DIREITOS CREDITÓRIOS, conforme previsto no respectivo TERMO DE CESSÃO, através de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente à CEDENTE.

12.1.1. - Só serão admitidas remessas para a conta corrente da própria CEDENTE, ou seja, não serão efetuadas remessas para contas de terceiros, ainda que sejam pessoas ligadas à CEDENTE.

12.2. - O pagamento por cada cessão de crédito ocorrerá na data da assinatura do TERMO DE CESSÃO pela CEDENTE e pelo CESSIONÁRIO.

12.2. - Para a realização dos pagamentos, a CEDENTE indica a seguinte conta bancária:

Nome completo da CEDENTE:

CNPJ/MF:

Nome do banco:

Número do banco:

Número da agência bancária (sem o dígito verificador):

Número da conta corrente:

12.3. - Quaisquer pagamentos pelas liquidações das cessões serão feitos na conta acima indicada. Em caso de mudança do número da conta, agência ou banco, a CEDENTE deverá informar ao CESSIONÁRIO que irá utilizar outra conta, informando-lhe os novos dados bancários.

12.4.1. - Com o pagamento realizado conforme o procedimento acima e no valor informado no respectivo TERMO DE CESSÃO, a CEDENTE confere ao CESSIONÁRIO a mais ampla, rasa e geral quitação, para não mais reclamar a respeito do negócio realizado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS AO CESSIONÁRIO.

13.1. - A cobrança dos DIREITOS CREDITÓRIOS será feita:

a) Por meio do depósito dos cheques emitidos para a liquidação dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos (endossados pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, por chancela mecânica ou eletronicamente) e entregues ao BANCO COBRADOR para guarda e cobrança, na conta corrente que o CESSIONÁRIO mantém no BANCO COBRADOR.

b) No caso de duplicatas, as cobranças serão feitas por meio de boletos bancários emitidos pelo BANCO COBRADOR ou pela CONSULTORA tendo o CESSIONÁRIO por favorecido.

13.2. - O recebimento dos DIREITOS CREDITÓRIOS, resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas com base neste contrato, será realizado direto e exclusivamente em conta corrente do CESSIONÁRIO junto ao BANCO COBRADOR.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



**ANEXO IV
(modelo)**

13.3. - Consideram-se, para todos os efeitos legais, liquidados os DIREITOS CREDITÓRIOS no momento em que o DEVEDOR ou terceiro efetuar o seu respectivo pagamento.

13.3.1. - Na eventualidade da não liquidação dos créditos cedidos, será a CEDENTE comunicada para cumprir com a prestação constante no título no prazo de 24 (vinte e quatro horas), sob pena de decorrido o prazo citado serem aplicados sobre o crédito inadimplido, em relação à CEDENTE, correção monetária e juros, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do título.

13.3.2. - Para o exercício do direito de regresso contra os coobrigados pelo pagamento e encontrando-se a CEDENTE em mora no cumprimento de sua obrigação, o respectivo título de crédito será apontado no Tabelionato de Protesto, no prazo legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONFIDENCIALIDADE.

14.1. - As cláusulas deste contrato são estritamente confidenciais. Nenhuma das partes pode prestar informações a terceiros do seu conteúdo ou das transações com base nele realizadas sem o prévio consentimento por escrito da outra parte, exceto nos seguintes casos:

a) Quando o fornecimento da informação seja obrigatório por lei, regulamentação ou por qualquer determinação governamental ou judicial que deva ser cumprida;

b) Quando forem informações que devam ser transmitidas aos advogados, contadores, auditores, agências de rating, analistas ou demais pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no desenvolvimento dos serviços objeto deste contrato, sempre dentro do curso normal de seus negócios, desde que os mesmos estejam cientes da natureza confidencial das informações e, também, concordem em manter o sigilo das mesmas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NATUREZA EXECUTIVA DESTE CONTRATO.

15.1. - A este contrato, assinado pelas partes e por duas testemunhas, e aos TERMOS DE CESSÃO dele decorrentes, atribui-se a condição de título executivo extrajudicial nos termos dos arts. 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

15.1.1. - A liquidez deste contrato, para fins legais, será apurada pela soma dos valores do(s) título(s) cedidos(s) e não liquidado(s) pelo(s) devedor(es), por qualquer motivo: I) por vício do crédito ou título; II) por simples inadimplemento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SITUAÇÃO DAS CESSÕES DE CRÉDITO EFETUADAS NO CASO DE FALÊNCIA DA CEDENTE.

16.1. - Em caso de falência da CEDENTE, nos termos do artigo 136, Parágrafo Primeiro, da Lei número 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária), não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos portadores dos valores mobiliários emitidos pelo CESSIONÁRIO.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÕES.

17.1. - Todas as notificações, demandas ou comunicações a serem trocadas entre as partes deverão ser entregues pessoalmente contra recibo ou enviadas por correspondência registrada aos representantes abaixo indicados e nomeados:

CESSIONÁRIO (ADMINISTRADORA DO FUNDO):

Sr.: Edilberto Pereira

Endereço: Rua Pasteur, 463, 11º andar, Batel

Cidade: Curitiba UF: Paraná CEP: 80.250-080

Fone/fax: (41) 3074-0909 e-mail: fundos@personaltrader.com.br



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3425-3995 - Curitiba - PR 10

CEDENTE:

Sr.:

Endereço:

Cidade: UF: CEP:

Fone: e-mail:

20 MAI 2008

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LIBERALIDADE.

18.1. - O não exercício, por qualquer das partes, de direitos relativos ao presente contrato será considerado como mera liberalidade e tolerância, não representando, em hipótese alguma, novação, revogação ou renúncia aos mesmos ou direito de exigi-los no futuro.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – INTEGRIDADE DO CONTRATO.

19.1. - Este contrato constitui o entendimento integral entre as partes contratantes e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões entre elas em relação ao objeto deste instrumento.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES.

20.1. - Nenhuma alteração ao presente contrato será considerada válida a menos que acordada expressamente por meio de aditamento contratual assinado pelas partes.

20.2. - A renúncia, escrita ou verbal, por qualquer das partes, de qualquer direito oriundo deste contrato, dada em uma ocasião, não as obrigará em qualquer ocasião subsequente, sendo que uma concessão dada por qualquer das partes não será tratada como uma variação deste contrato, a menos que expressamente avençada por escrito como alteração, de conformidade com o constante no item anterior desta cláusula.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES.

21.1. - Se qualquer condição deste contrato for considerada nula, inexecutível ou sem efeito, no todo ou em parte, as demais condições deverão permanecer válidas e serão interpretadas de forma a preservar a validade do seu restante e os propósitos que as partes atribuíram ao mesmo.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

22.1. - O presente contrato vigorará por prazo indeterminado ou durante o prazo de duração porventura estabelecido no Regulamento do CESSIONÁRIO.

23. CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO.

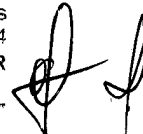
23.1. - Este contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, se a CEDENTE deixar de cumprir qualquer obrigação assumida neste contrato ou se verificar que prestou declarações inverídicas, neste instrumento ou em qualquer dos TERMOS DE CESSÃO.

23.1.1. - Em caso de rescisão, o CESSIONÁRIO permanece com o direito de receber todos os créditos que lhe tiverem sido transferidos, inclusive pela via judicial.

23.1.2. - Se a rescisão tiver ocorrido por descumprimento contratual, culpa ou dolo da CEDENTE, esta responderá por todas as obrigações assumidas neste instrumento, além das perdas e danos sofridos pelo CESSIONÁRIO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR



**ANEXO IV
(modelo)**

23.2. - Este contrato poderá ser denunciado, pela CEDENTE ou pelo CESSIONÁRIO, a qualquer tempo, sem ônus algum, obrigando-se as partes a não efetuarem mais nenhuma cessão de crédito entre si a partir de então.

23.2.1. - Neste caso, para as cessões já realizadas, o contrato mantém sua eficácia.

23.2.2. - Se, no entanto, após a denúncia, por engano ou equívoco das partes, for realizada qualquer cessão de crédito, aplicam-se a ela as mesmas regras e cláusulas deste contrato.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – OMISSÕES.

24.1. - Os casos omissos resolver-se-ão pela legislação comercial e civil em vigor, pelas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e pelos princípios gerais do direito do comércio.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO DE ELEIÇÃO

25.1. - O presente contrato será regido pelas leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas e disputas decorrentes do presente contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este contrato na presença de duas testemunhas.

São Paulo, [DATA].

CEDENTE E RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS:

Representante da CEDENTE:
CPF: RG

Representante da CEDENTE:
CPF: RG

Responsável solidário:
CPF: RG

Responsável solidário:
CPF: RG

CESSIONÁRIO:

Pela PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.,
representando o [INSERIR DENOMINAÇÃO DO FUNDO]



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 5012
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

TESTEMUNHAS:

20 MAI 2008

Nome:
RG:

Nome:
RG:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



ANEXO IV
(modelo)

Endereço: **ANEXO I – MODELO DE TERMO DE CESSÃO**

PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FIRMADO EM ____ DE ____ DE 200 ____ ENTRE A CEDENTE E O CESSIONÁRIO

TERMO DE CESSÃO N.º ____

CEDENTE

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Conta corrente número:

Agência :

Banco:

CESSIONÁRIO – FUNDO ____

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: RUA PASTEUR 463, 11º andar,

Cidade: CURITIBA- BATEL Estado: PR CEP: 80250-080

neste ato representado pelo seu administrador, PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A., com endereço na Rua Pasteur, nº 463, 11º Andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 03.317.692/0001-94.

1. A CEDENTE e o CESSIONÁRIO firmaram em [] de [] de [], o Contrato de Cessão de Crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o qual regula esta cessão de créditos.

2. Através do presente Termo de Cessão, a CEDENTE e o CESSIONÁRIO formalizam a cessão dos créditos constantes da relação abaixo:

Numero	Nome do devedor	Vencimento	Valor no Vencimento
--------	-----------------	------------	---------------------

3. As condições da presente cessão de créditos são as seguintes:

I - Valor total dos títulos no vencimento:

II - Preço pago a CEDENTE pela cessão:

III - Data do pagamento do preço da cessão:

4. O pagamento pelo CESSIONÁRIO do preço da cessão dos créditos tratada neste Termo de Cessão ocorrerá na através de crédito na conta corrente de titularidade da CEDENTE indicada neste instrumento, a partir de quando fica conferida ao CESSIONÁRIO a mais ampla, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar a CEDENTE, seja a que título for.

5. As partes confirmam e ratificam as cláusulas e condições do CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, as quais continuam válidas e inalteradas.

São Paulo, ____ de ____ de ____.

CEDENTE _____

CESSIONÁRIO _____



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3906 - Curitiba - PR

20 MAI 2008

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE RECOMPRA DE CESSÃO

PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FIRMADO EM ____ DE ____ DE 200_ ENTRE A CEDENTE E O CESSIONÁRIO

TERMO DE RECOMPRA DE CESSÃO N.º _____

CEDENTE - FUNDO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: RUA PASTEUR 463, 11º andar,

Cidade: CURITIBA- BATEL Estado: PR CEP: 80250-080

neste ato representado pelo seu administrador, PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, com endereço na Rua Pasteur, nº 463, 11º Andar, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 03.317.692/0001-94.

Conta corrente número:

Agência :

Banco:

CESSIONÁRIO

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

1. A CEDENTE e o CESSIONÁRIO firmaram em [] de [] de [], o Contrato de Cessão de Crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o qual regulou a cessão de determinados créditos ao CEDENTE e que prevê a possibilidade de que determinados créditos que tenham sido cedidos ao FUNDO sejam recomprados pelo CESSIONÁRIO.

2. Através do presente Termo de Recompra de Cessão, a CEDENTE e o CESSIONÁRIO formalizam a recompra da cessão dos créditos constantes da relação abaixo:

Numero	Nome do devedor	Vencimento	Valor no Vencimento
--------	-----------------	------------	---------------------

3. As condições do presente recompra de cessão de créditos são as seguintes:

I - Valor total dos títulos no vencimento:

II - Preço pago à CEDENTE pela recompra da cessão:

III - Data do pagamento do preço da recompra da cessão:

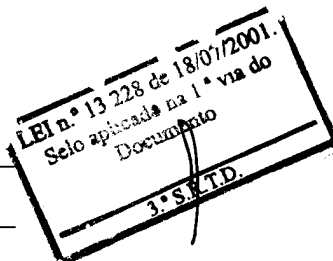
4. O pagamento pelo CESSIONÁRIO do preço da recompra da cessão dos créditos tratada neste Termo de Recompra de Cessão ocorrerá na através de crédito na conta corrente de titularidade da CEDENTE indicada neste instrumento, a partir de quando fica conferida ao CESSIONÁRIO a mais ampla, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar a CEDENTE, seja a que título for.

5. As partes confirmam e ratificam as cláusulas e condições do CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, as quais continuam válidas e inalteradas.

São Paulo, ____ de ____ de ____.

CEDENTE

CESSIONÁRIO



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

CONTRATO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA
PARA ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS05 MAI 2008
16 JAN 2008

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP, FIRMADO COM A EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA.

PARTES CONTRATANTES:

Por este instrumento particular, a PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com endereço na Rua Carneiro Lobo 468, 10º andar, Água Verde, Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.317.692/0001-94, doravante designada **CONTRATANTE** ou **ADMINISTRADORA**; e a empresa de fomento mercantil LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA., registrada na ANFAC sob o número 2384, com sede na Rua Emílio de Menezes 76, 9º andar, Higienópolis, cidade de São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.129.237/0001-90, doravante designada **CONSULTORA**, devidamente representadas neste ato por seus representantes legais que ao final assinam este instrumento,

CONSIDERANDO:

- a) Que a **ADMINISTRADORA** é uma instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a administrar e gerir carteiras de fundos de investimento;
- b) Que a **ADMINISTRADORA** exerce a administração do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP**, registrado na Comissão de Valores Mobiliários;
- c) Que o regulamento do **FUNDO** e a Instrução CVM nº 356, em seu artigo 39, inciso I, autorizam a contratação de empresa especializada objetivando a análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do **FUNDO**;
- d) Que a **CONSULTORA** é uma empresa de fomento mercantil que presta serviços, entre outros, de acompanhamento comercial, pesquisa cadastral, seleção de cedentes e sacados, acompanhamento de contas a receber e a pagar, análise e seleção de direitos creditórios.

As partes têm entre si certo e ajustado este contrato cujos termos e cláusulas, amparados na legislação pertinente, são os seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES.



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR
RUA FREI CARNEIRO, 1242 - SP - CAPITAL
ADOLFO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - OFICIAL
Autentico esta cópia reproduzida extrair
neste servente, a qual confere com o original,
dou que dou.

34 21 JAN 2008



ou dolo da **CONSULTORA**; ou que estejam, na data da respectiva cessão, em desacordo com a política de investimentos do **FUNDO**.

16 JAN 2008

3.2.3. - Ter pleno conhecimento de todos os artigos do Regulamento e do Prospecto do **FUNDO** e do contrato adotado para regular a cessão de direitos creditórios ao **FUNDO**.

3.3. - A **CONSULTORA** obriga-se a:

3.3.1. - Desempenhar suas atribuições de modo a atender os objetivos da política de investimentos do **FUNDO** e a respeitar todos os artigos do seu Regulamento e todas as cláusulas do contrato que rege as cessões de direitos creditórios pelas **CEDENTES** ao **FUNDO**.

3.3.2. - Empregar, no mínimo, os mesmos cuidado e diligência que costuma dispensar nas transações de compra de direitos creditórios que realiza para si mesma.

3.3.3. - Providenciar para que os sacados das duplicatas das cessões de crédito realizadas ao **FUNDO** sejam adequadamente notificados, em prazo hábil, das cessões realizadas.

3.3.4. - Manter o padrão de qualidade da prestação dos serviços, objeto deste contrato, por todo o período de sua vigência.

3.3.5. - Informar a **ADMINISTRADORA** de eventual impossibilidade da prestação dos serviços.

3.3.6. - Avisar de imediato a **ADMINISTRADORA** sobre quaisquer anomalias ou irregularidades relacionadas à execução dos serviços contratados.

3.3.7. - Não omitir, ocultar, modificar ou por qualquer meio alterar a veracidade das informações apuradas na consecução dos serviços contratados.

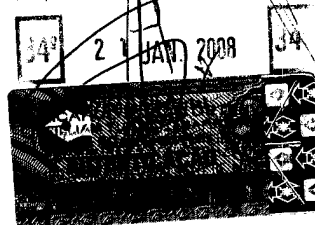
3.3.8. - Com o objetivo de prevenir os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme estabelecidos na Lei 9.613, de 3 de março de 1998, a **CONSULTORA** deve cumprir todas as resoluções do COAF que se apliquem ao exercício de suas atividades, caso atue exclusivamente como prestadora de serviços para o **FUNDO** ou, e principalmente nesta hipótese, caso exerça atividade de fomento comercial ou mercantil em caráter permanente ou eventual, de forma principal ou acessória, cumulativamente ou não, em qualquer de suas modalidades.

3.3.9. - Caso a **CONSULTORA** exerça atividade de fomento, nos termos da Resolução 013 do COAF, de 30/09/2005, deverá manter cadastro atualizado no COAF; manter cadastro de seus clientes e o registro de todas as transações conforme especificados naquela resolução; e comunicar ao COAF sobre a realização de operações ou propostas de clientes que possam constituir-se em indícios de crimes previstos na Lei 9.613, de 1998, ou consideradas atípicas nos termos daquela resolução.

3.4. - A prestação dos serviços será operada da seguinte forma:



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR
RUA FREI CANEÇA, 1242 - SP - CAPITAL
ADOLFO JOSÉ DOS SANTOS DA CUNHA - Oficial
Autentico este documento representando a transação
nesta serventia, a qual confiro com o original.
dou que dou fe.



3.4.1. - Os serviços serão executados pela CONSULTORA com a utilização dos seus próprios equipamentos, funcionários e espaço físico, e todas as despesas com a prestação dos serviços aqui contratados correrão por conta exclusiva da CONSULTORA, com exceção das despesas com as notificações aos DEVEDORES das cessões de crédito realizadas para o FUNDO, cujo reembolso poderá ser solicitado ao FUNDO mediante apresentação dos comprovantes.

16 JAN 2008

3.4.2. - Os serviços serão desenvolvidos de modo a atender todas as exigências e obrigações do Regulamento do FUNDO e aos requisitos de qualidade e prazo que venham a ser estabelecidos pela ADMINISTRADORA.

4. CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS CREDITÓRIOS QUE PODERÃO SER CEDIDOS AO FUNDO E OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO.

4.1. - Os direitos creditórios que poderão ser cedidos ao FUNDO deverão atender à política de investimentos estabelecida em seu Regulamento e, sob pena da CONSULTORA ser obrigada a indenizar o FUNDO por erro na seleção, deverão também:

- a) Ser originários exclusivamente dos segmentos comercial, industrial ou de prestação de serviços.
- b) Resultar de vendas de produtos já entregues ou da prestação de serviços já realizados, ou seja, constituir créditos performados.
- c) Ser representados por duplicatas mercantis/de serviços ou liquidados por meio de cheques para pagamento a prazo (vulgarmente conhecidos como cheques pré-datados).
- d) Atender aos demais critérios de elegibilidade previstos no Regulamento, sendo que a CONSULTORA é a responsável por essa adequação.

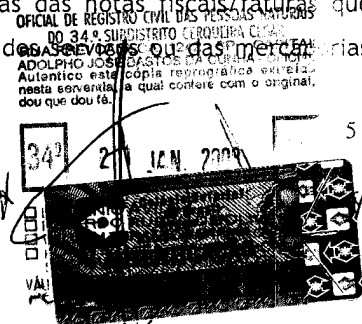
4.2. - Todos os cheques e duplicatas relativos aos direitos creditórios cedidos ao FUNDO deverão ser endossados pelas CEDENTES em favor do FUNDO, podendo ser empregado endosso por chancela mecânica ou eletrônica.

4.2.1. - Os cheques deverão ser nominais às respectivas CEDENTES e estar cruzados.

4.2.2. - As duplicatas deverão estar assinadas pelos representantes das CEDENTES.

4.3. - As duplicatas deverão ter sido emitidas pelas CEDENTES com base em uma fatura de prestação de serviços já realizados ou mercadorias já entregues.

4.4. - Todas as duplicatas deverão ser acompanhadas de cópias das notas fiscais/faturas que deram origem aos créditos e do documento que prove a entrega das mercadorias (canhoto da fatura ou recibo assinado pelo DEVEDOR).



16 JAN 2008

- 7.1.2. - A CONSULTORA irá selecionar quais recebíveis ofertados atendem aos requisitos da política de investimentos do FUNDO, aplicando critérios próprios de análise dos créditos, fazendo consultas aos sistemas de riscos de crédito, e observando os critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do FUNDO. Os títulos que atendam aos requisitos do Regulamento do FUNDO serão considerados direitos creditórios escolhidos e aprovados e seus dados serão transmitidos ao BANCO CUSTODIANTE através de arquivo eletrônico em formato (*layout*) específico, contemplando, além dos dados recebidos das CEDENTES, o valor pelo qual os créditos serão cedidos ao FUNDO.
- 7.1.3. - No arquivo enviado ao BANCO CUSTODIANTE, a CONSULTORA irá informar individualmente o preço de cessão de cada um dos títulos a serem adquiridos, contemplando para a determinação do preço as características do recebível (valor de face, data de vencimento, indexador - se existente, etc.).
- 7.1.4. - Recebidos pelo BANCO CUSTODIANTE os dados dos direitos creditórios escolhidos, a ADMINISTRADORA irá averiguar se a aquisição dos recebíveis aos preços indicados pela CONSULTORA é compatível com as obrigações passivas do FUNDO estabelecidas em seu Regulamento, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas.
- 7.1.5. - Verificada a compatibilidade indicada na cláusula anterior, a ADMINISTRADORA comandará a emissão do TERMO DE CESSÃO, a ser firmado entre as CEDENTES e o FUNDO, preferencialmente em forma eletrônica.

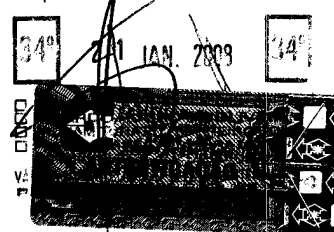
8. CLÁUSULA OITAVA - FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

8.1. - Cada aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS, representados por duplicatas ou liquidados por meio de cheques, será formalizada e demonstrada por meio de um instrumento denominado "TERMO DE CESSÃO", onde constarão a relação e identificação completa das duplicatas e cheques (numeração, valores e datas de vencimento), os nomes dos sacados das duplicatas ou dos emitentes dos cheques, e o valor total de aquisição definido pela CONSULTORA para os títulos cedidos. Esse documento utilizará preferencialmente a forma eletrônica, desde que produzido com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do Artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

8.2. - Os cheques e as duplicatas, com endosso em preto em favor do FUNDO, serão entregues pelas CEDENTES à CONSULTORA. As duplicatas serão acompanhadas das cópias de suas respectivas notas fiscais e dos comprovantes de entrega das mercadorias ou da prestação de serviços.

8.3. - O TERMO DE CESSÃO é considerado uma venda à vista pela CEDENTE ao FUNDO de seus direitos creditórios, mediante um preço certo e ajustado entre as partes, sob a condição de que o FUNDO a ser o único e legítimo proprietário dos créditos.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
RUA PRETÓRIA, 125 - 1º ANDAR - JARDIM
ADOLFO JOSÉ CASTO DA SILVA - OFICIAL
Autentico esta cópia reprográfica extraída
neste servidor, a qual confere com o original,
dou que dou fé.



16 JAN 2008

8.3.1. - Pela assinatura nos **TERMOS DE CESSÃO**, as **CEDENTES** transferem a titularidade dos seus direitos ao **FUNDO**.

8.3.2. - Uma vez firmados os **TERMOS DE CESSÃO** pelas **CEDENTES** e pela **ADMINISTRADORA**, representante do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** enviará instrução ao **BANCO CUSTODIANTE** para que este transfira o montante total discriminado no **TERMO DE CESSÃO** para a conta corrente bancária da **CEDENTE**, indicada no mesmo documento ou no contrato que rege as cessões firmado entre o **FUNDO** e a **CEDENTE**.

8.4. - A **CONSULTORA**, em nome do **FUNDO**, dará ciência aos **DEVEDORES SACADOS** da alienação das duplicatas, informando-lhes que o pagamento deverá ser feito somente ao **FUNDO**.

9. CLÁUSULA NONA - LIQUIDAÇÃO DAS CESSÕES.

9.1. - O **FUNDO** pagará o valor objeto das cessões dos direitos creditórios através de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente às **CEDENTES**.

9.2. - Só serão admitidas remessas para a conta corrente das próprias **CEDENTES**, ou seja, não serão efetuadas remessas para contas de terceiros, ainda que sejam pessoas ligadas às **CEDENTES**.

9.3. - O pagamento por cada cessão de crédito ocorrerá na data da assinatura do **TERMO DE CESSÃO** pelas **CEDENTES** e pela **ADMINISTRADORA**, representante do **FUNDO**, respeitada a janela de horários abaixo:

PRIMEIRA JANELA DE LIQUIDAÇÃO - PAGAMENTO EM TED OU TRANSFERÊNCIA DE CONTAS CORRENTES*			
Descrição/Horário	15:40	15:50	16:50
Limite para transmissão pela CONSULTORA do arquivo ao BANCO	X		
Limite para assinatura do TERMO DE CESSÃO pelas partes		X	
Limite para envio do pagamento às CEDENTES pelo BANCO			X

SEGUNDA JANELA DE LIQUIDAÇÃO - PAGAMENTO EM DOC OU TRANSFERÊNCIA DE CONTAS CORRENTES*			
Descrição/Horário	16:40	17:00	17:50
Limite para transmissão pela CONSULTORA do arquivo ao BANCO	X		
Limite para assinatura do TERMO DE CESSÃO pelas partes		X	
Limite para envio do pagamento às CEDENTES pelo BANCO			X

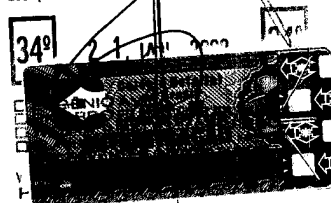
(*) - Caso as **CEDENTES** e o **FUNDO** sejam correntistas da mesma instituição.

9.3.1. - Qualquer modificação nos procedimentos e horários acima, a serem respeitados nas operações de cessão de créditos para o **FUNDO**, será previamente notificada à **CONSULTORA**, que, por sua vez, informará as **CEDENTES**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - MODIFICAÇÃO NO VALOR DOS RECEBÍVEIS APÓS A CESSÃO.



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34º SUB-DISTrito e PROMOTOR CÍVEL
RUA FREI CARLOS, 100 - FONE: 33225-37955
ADOLPHO JOSE BASTOS
Autentico esta cópia de certidão e a
neste serventia, a qual corre com o original,
dou que dou fe.



16 JAN 2008

10.1. - Depois de formalizadas e liquidadas as cessões conforme os artigos precedentes, os valores e os vencimentos dos direitos creditórios não poderão mais ser alterados por nenhuma das partes, excetuando-se a seguinte hipótese:

10.1.1. - A CONSULTORA poderá, por sua conta e risco, enviar instrução de baixa de título, abatimento do valor ou prorrogação da data de vencimento do direito creditório.

10.1.2. - Em qualquer um dos casos previstos no item anterior, seja em razão de baixa, abatimento ou prorrogação do direito creditório, a perda sofrida pelo FUNDO irá afetar a valorização das cotas subordinadas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA.

11.1. - A ADMINISTRADORA se obriga a comunicar a CONSULTORA sobre quaisquer acontecimentos relacionados ao objeto deste contrato que possam interferir em seu normal prosseguimento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE DA CONSULTORA E DOS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS DESTE CONTRATO.

12.1. - O FUNDO poderá cobrar da CONSULTORA o valor dos créditos transferidos ao FUNDO cujos títulos sejam objeto de fraude, desde que comprovada a culpa ou dolo da CONSULTORA; ou que estejam, na data da respectiva cessão, em desacordo com os critérios de elegibilidade e a política de investimentos do FUNDO.

12.1.1. - Constatada a qualquer tempo a não adequação, na data da cessão, de um ou mais direitos de crédito cedidos ao FUNDO a qualquer dos critérios de elegibilidade discriminados no Regulamento do FUNDO, a CONSULTORA será obrigada a adquirir tais direitos de crédito pelo valor registrado na carteira do FUNDO.

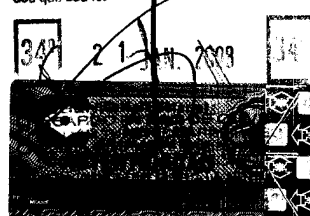
12.2. - Assinam também este contrato, como co-obrigados de todas as suas cláusulas, as pessoas ao final identificadas, sócios da CONSULTORA, designados RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, que se declaram solidariamente responsáveis por todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela CONSULTORA, concordando com todos os seus termos.

12.3. - Os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS renunciaram expressamente ao benefício de ordem e declaram ter pleno conhecimento de todas as cláusulas e condições deste contrato, do Regulamento do FUNDO e do contrato que regula as cessões de direitos creditórios para o FUNDO.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34º SUBDISTRITO CURTIBA - PARANÁ
1242 - 07 - CAPITAL
ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL
Autentico esta cópia reproduzida de
neste protocolo, a qual contém com o original,
do que dou fé.



16 JAN 2008

13.1. - Este contrato vigorará pelo prazo de duração do FUNDO.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXTINÇÃO DO CONTRATO.

14.1. - Este contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, se a CONSULTORA deixar de cumprir qualquer obrigação aqui assumida ou for verificado que prestou declarações inverídicas neste instrumento.

14.1.1. - Se a rescisão tiver ocorrido por descumprimento contratual, por culpa ou dolo da CONSULTORA, esta responderá por todas as obrigações assumidas neste instrumento, além da obrigação de indenizar pelas perdas ou danos sofridos pelo FUNDO ou pela ADMINISTRADORA.

14.2. - Este contrato poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, sem ônus algum.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA OU RESPONSABILIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA.

15.1. - As partes declaram inexistir entre elas qualquer vínculo de natureza trabalhista ou societário.

15.2. - As partes contratantes são entes autônomos, cada qual tem a sua própria responsabilidade fiscal, previdenciária e trabalhista, as quais não se comunicam.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ARREPENDIMENTO.

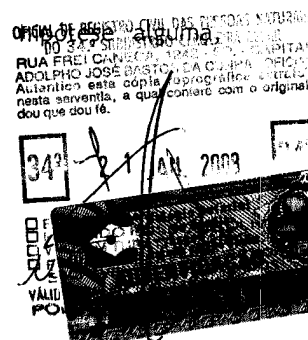
16.1. - O presente contrato é celebrado em caráter de irrevogabilidade e irretratabilidade, não comportando, por isso mesmo, arrependimento de nenhuma das partes e a nenhum título.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUCESSORES.

17.1. - Este contrato obriga as partes e eventuais sucessores e/ou incorporadores.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LIBERALIDADE.

18.1. - O não exercício, por qualquer das partes, de direitos relativos ao presente contrato será considerado como mera liberalidade e tolerância, não representando, em hipótese alguma, novação, revogação ou renúncia aos mesmos ou ao direito de exigi-los no futuro.



16 JAN 2008

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ALTERAÇÕES.

19.1. - Este contrato revoga e substitui qualquer contrato anterior assinado pelas partes que tenha o mesmo objeto.

19.2. - Nenhuma alteração a este contrato será considerada válida a menos que acordada expressamente por meio de aditamento contratual, por escrito, assinado pelas partes, ou caso firmem um novo contrato em substituição ao presente.

19.3. - A renúncia, escrita ou verbal, por qualquer das partes, de qualquer direito oriundo deste contrato, dada em uma ocasião, não as obrigará em qualquer ocasião subsequente, sendo que uma concessão dada por qualquer das partes não será tratada como uma variação deste contrato, a menos que expressamente avençada por escrito como alteração, de conformidade com o constante no item anterior desta cláusula.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTEGRIDADE DO CONTRATO.

20.1. - Este contrato constitui o entendimento integral entre as partes contratantes e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões entre elas em relação ao objeto deste instrumento.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES.

21.1. - Se qualquer condição deste contrato for considerada nula, inexecutável ou sem efeito, no todo ou em parte, as demais condições deverão permanecer válidas e serão interpretadas de forma a preservar a validade do seu restante e os propósitos que as partes atribuíram ao mesmo.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÕES.

22.1. - Todas as notificações, demandas ou comunicações a serem trocadas entre as partes deverão ser entregues pessoalmente contra recibo ou enviadas por correspondência registrada aos representantes abaixo indicados e nomeados:

AO FUNDO E À ADMINISTRADORA DO FUNDO

Sr.: Edilberto Pereira (PETRA Personal Trader C.T.V.M. Ltda.)

Endereço: Rua Carneiro Lobo, 468, 10º andar, Água Verde

Cidade/UF:: Curitiba, PR

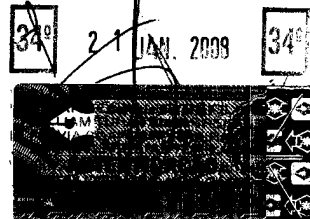
CEP: 80.240-240

Fone/fax: (41) 3074-0909

e-mail: fundos@personaltrader.com.br

À CONSULTORA

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 3º SRTD - 31.04.94 - CAPITAL
RUA FRIEDRICH, 1242 - 10º ANDAR - CAPITAL
ADOLPHO JOSE CASTRO DA SILVA - OFICIAL
Autentico esta cópia reprográfica estada
nesta serventia, a qual confere com o original,
dou que dou fé.



Sr.: Ricardo Gurman

16 JAN 2008

Endereço: Rua Emílio de Menezes 76, 9º andar, Higienópolis

Cidade/UF: São Paulo, SP

CEP: 01231-020

Fone: (11) 3665-5010

e-mail: ricardo@legofac.com.br

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.

23.1. - As partes manifestam, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 9.307/96, sua total e irrestrita concordância com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, ao qual confirmam adesão, concordando expressamente em submeter a essa Câmara quaisquer litígios que possam surgir deste contrato referentes às disposições contidas nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, bem como das demais normas e legislação aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais, especialmente as normas relativas a fundos de investimento em direitos creditórios (Resolução CMN número 2.907, de 29.11.2001, e Instruções CVM 356, de 17.12.2001, e 393, de 22.07.2002, e posteriores).

23.2. - Se, por qualquer motivo, a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) não puder receber, recusar-se ou não puder decidir as controvérsias respeitantes à aplicação deste instrumento e da legislação vigente, fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo-SP para a propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao presente contrato.

24. - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LIMITES DE ATUAÇÃO DA CONSULTORA E CUIDADOS QUE A CONSULTORA DEVE TER PARA EVITAR QUE AS PARTES SEJAM CONFUNDIDAS.

24.1. - Em virtude do que dispõe a legislação nacional sobre o mercado de capitais, especialmente as instruções da Comissão de Valores Mobiliários, e para evitar que seja feita confusão entre a pessoa jurídica da CONSULTORA e a entidade do FUNDO, a CONSULTORA obriga-se:

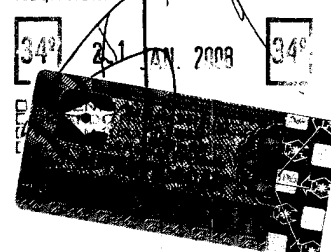
24.1.1. - A não utilizar o nome do FUNDO para nenhuma finalidade. A CONSULTORA é uma prestadora de serviços para o FUNDO, não o representa e nem age em seu nome. A CONSULTORA deve atuar em nome próprio, como selecionadora de recebíveis para o fundo, explicando sua função aos cedentes e devedores ou sacados. Deixando bem claro que se tratam de entes distintos.

24.1.2. - A não oferecer cotas do FUNDO a quem quer que seja. Com exceção das cotas de sua titularidade: em negociações privadas ou no mercado onde as cotas foram registradas para negociação.

24.1.3. - A não criar nenhuma espécie de material publicitário ou de papelaria ou de qualquer outra natureza onde haja menção explícita ou qualquer referência ao FUNDO.



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 3º SERTÃO DE CURITIBA - PR
RUA FREI CARLOS DE SA - 101 - CAPITAL
Atestamos esta cópia fotográfica autêntica
nesta secretaria, a qual contém o original,
do que dou fé.



16 JAN 2008

- 24.1.4. - A jamais confundir a natureza jurídica do FUNDO, sua separação e natureza distinta da CONSULTORA.
- 24.1.5 - A jamais contribuir para que seja feita qualquer confusão entre a pessoa jurídica da CONSULTORA e a entidade FUNDO.
- 24.1.6 - A não contratar empregados ou assumir quaisquer responsabilidades contratuais em nome do FUNDO ou que possam gerar qualquer dúvida a esse respeito.
- 24.2. - A CONSULTORA declara:
- 24.2.1. - Que conhece as normas do mercado de capitais brasileiro, especialmente a Lei 6.385/76 e a Instrução da CVM nº 400/03, com destaque para os artigos abaixo da referida lei ou instrução, que impedem a CONSULTORA de oferecer cotas do FUNDO ao mercado:

Lei 6.385/76

Artigo 19: ... "Parágrafo 4º A emissão pública só poderá ser colocada no mercado através do sistema previsto no Art. 15, podendo a Comissão exigir a participação de instituição financeira."

Artigo. 15. - O sistema de distribuição de valores mobiliários compreende:

I - as instituições financeiras e demais sociedades que tenham por objeto distribuir emissão de valores mobiliários:

- a) como agentes da companhia emissora;
- b) por conta própria, subscrevendo ou comprando a emissão para a colocar no mercado;

II - as sociedades que tenham por objeto a compra de valores mobiliários em circulação no mercado, para os revender por conta própria;

III - as sociedades e os agentes autônomos que exerçam atividades de mediação na negociação de valores mobiliários, em bolsas de valores ou no mercado de balcão;

IV - as bolsas de valores.

V - entidades de mercado de balcão organizado.

VI - as corretoras de mercadorias, os operadores especiais e as Bolsas de Mercadorias e Futuros; e

VII - as entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários."

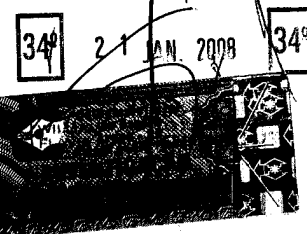
Exercício Irregular de Cargo, Profissão, Atividade ou Função

Art. 27-E.- Atuar, ainda que a título gratuito, no mercado de valores mobiliários, como instituição integrante do sistema de distribuição, administrador de carteira coletiva ou individual, agente autônomo de investimento, auditor independente, analista de valores mobiliários, agente fiduciário ou exercer qualquer cargo, profissão, atividade ou função, sem estar, para esse fim, autorizado ou registrado junto à autoridade administrativa competente, quando exigido por lei ou regulamento:

Pena - detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa."



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 3º SRTD - Curitiba - Paraná
RUA FREI CANEPA, 100 - JARDIM
ADOLFO JOSÉ DAS NEVES - CAPITAL
Autentico esta cópia reprográfica em
neste servente, a qual confere com o original,
do que dou fé.



16 JAN 2008

Instrução nº 400 da CVM:

Art. 3º - São atos de distribuição pública a venda, promessa de venda, oferta à venda ou subscrição, assim como a aceitação de pedido de venda ou subscrição de valores mobiliários, de que conste qualquer um dos seguintes elementos:

I - a utilização de listas ou boletins de venda ou subscrição, folhetos, prospectos ou anúncios, destinados ao público, por qualquer meio ou forma;

II - a procura, no todo ou em parte, de subscritores ou adquirentes indeterminados para os valores mobiliários, mesmo que realizada através de comunicações padronizadas endereçadas a destinatários individualmente identificados, por meio de empregados, representantes, agentes ou quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, integrantes ou não do sistema de distribuição de valores mobiliários, ou, ainda, se em desconformidade com o previsto nesta Instrução, a consulta sobre a viabilidade da oferta ou a coleta de intenções de investimento junto a subscritores ou adquirentes indeterminados;

III - a negociação feita em loja, escritório ou estabelecimento aberto ao público destinada, no todo ou em parte, a subscritores ou adquirentes indeterminados; ou

IV - a utilização de publicidade, oral ou escrita, cartas, anúncios, avisos, especialmente através de meios de comunicação de massa ou eletrônicos (páginas ou documentos na rede mundial ou outras redes abertas de computadores e correio eletrônico), entendendo-se como tal qualquer forma de comunicação dirigida ao público em geral com o fim de promover, diretamente ou através de terceiros que atuem por conta do ofertante ou da emissora, a subscrição ou alienação de valores mobiliários."

24.2.2. - Que sabe que o FUNDO é uma entidade do mercado de capitais, que não possui personalidade jurídica própria, que não pode contratar empregados, nem assumir nenhuma obrigação além daquelas previstas em lei e no seu Regulamento, e que o FUNDO só pode ser representado pela instituição financeira que o administra.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes este contrato de prestação de serviços, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, 7 de Novembro de 2007.

ADMINISTRADORA:

Fundo de Investimento

PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Pelo FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO

CONSULTORA:

LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA.

Lei 13.228 de 18/07/2001

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
REG. TÍTULOS E DOCUMENTOS
(XX) 41 - 3225-3905
CURITIBA

CFE15765

2º. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos

Distribuição: 47-5737

ao 3º Ofício

Ctba/Pr, 15/01/2008

- CUSTAS -

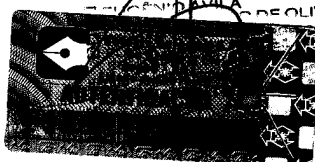
Lei Estadual nº 11.960/97, Tabela XVI - Distribuição, IV
☒ Distribuição R\$ 8,00
☐ Averbação R\$ 3,00

2º Ofício Distribuidor

RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
RUA FREI CARLOS, 1242 - SP. - CAPITAL
RUA FREI CARLOS, 1242 - SP. - CAPITAL
Atestico esta cópia reprográfica extraída
nesta serventia, a qual confere com o original,
dou que dou fé.

34º 21 JAN. 2008 34º



Em cumprimento ao Ofício 234/07
do FUNARPEN Selo R\$ 1,00

16 JAN 2008

Nome: Ricardo Gorman
RG: 19.233.952-7

Nome:
RG:

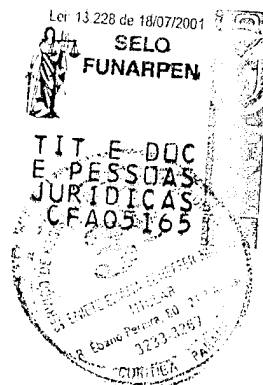
TESTEMUNHAS:

Nome: JOSE ADALBERTO DE OLIVEIRA FILHO
RG: 16.436.082-7

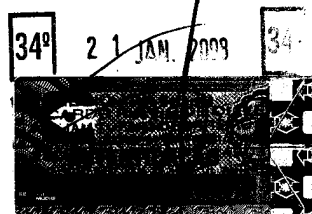
Nome: Mauricio Zuretti
RG: 17.017.000-7

RUA EBANO PEREIRA, 00 - 2º ANDAR
TEL: 233.3267

16/01/08 310494 3º OFICIO REG. TITULOS DOCUMENTOS
CARTÃO FUNARPEN Nº 7 TITULO 1
310494-1-0008-000
CARTÃO FUNARPEN
MARCOS ADELDO PERESUTTI
CLÁUDIA M. S. N. ASSUNÇÃO
SUSCRITOS



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34º SUBDISTRITO COQUEIRA COM
RUA FREI CANECA, 1240 - F. 2 - CAPITAL
ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL
Autentico esta cópia reproduzida em
neste serventia, a qual confere com o original,
dou que dou fé.



Data de Publicação: 30 de janeiro de 2009

Síntese Analítica

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Lego LP - 2ª série de cotas seniores

Analista principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Analista de monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Fundamentos

Em 10 de dezembro de 2008, a Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, à 2ª emissão de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Lego LP (FIDC Multisetorial Lego LP), no montante de até R\$ 5 milhões. Os ativos que dão lastro ao Fundo são compostos por direitos creditórios oriundos de vendas de mercadorias ou prestação de serviços performadas, operações de crédito por meio da emissão de cédulas de crédito bancário (CCBs), além de caixa e de outros investimentos específicos.

A 2ª série de cotas seniores possui a mesma prioridade de pagamentos quando comparada à 1ª série de cotas, beneficiando-se dos mesmos mecanismos de reforço de qualidade de crédito e das características pré-definidas na documentação da operação, quando da atribuição do rating à 1ª série de cotas, em 6 de maio de 2008. As séries diferem apenas quanto ao prazo, fluxo de amortização e rentabilidade-alvo. A 2ª série de cotas seniores do Fundo terá um prazo final de 30 meses, e será amortizada em 6 parcelas mensais após um período de carência de 24 meses. A rentabilidade-alvo da nova série de cotas seniores será equivalente a 120% da taxa DI over.

O rating preliminar 'brAAf' atribuído à 2ª série de cotas seniores do FIDC Multisetorial Lego LP na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito das referidas cotas, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating atribuído à 2ª série de cotas seniores do Fundo indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção MUITO FORTE aos detentores dessas cotas contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito incorporados ao FIDC Multisetorial Lego LP incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (40% para as cotas seniores) e pelo *spread* excedente proporcionado pela taxa mínima de desconto na aquisição dos recebíveis, equivalente a 170% da taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia (taxa DI over). Levando-se em conta a taxa DI atual, de 13,75% a.a., e a rentabilidade-alvo proposta para 2ª série de cotas seniores do Fundo, o *spread* excedente inicialmente disponível ao Fundo é estimado em aproximadamente 6,9% a.a.

O Fundo realiza compras rotativas e periódicas de direitos creditórios elegíveis. Os direitos creditórios são atribuídos ao Fundo pela entidade administradora, a PETRA - Personal Trader CTVM S.A., e devem cumprir uma série de critérios de elegibilidade definidos, os quais, por sua vez, serão verificados pelo custodiante do Fundo, o Deutsche Bank.

O FIDC Multisetorial Lego LP é um condomínio fechado, com prazo de duração de 120 meses. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. Para cobrir os riscos relacionados aos ativos subjacentes do Fundo, tendo-se em vista as especificidades do ambiente de fundos de direitos creditórios no

Brasil, foi estruturado um reforço de qualidade de crédito condizente com a categoria de rating 'brAAf'.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do Fundo). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. A 2ª série de cotas seniores do Fundo buscará um retorno alvo equivalente a 120% da taxa DI over. A 2ª série de cotas seniores emitidas pelo FIDC Multisetorial Lego LP poderá ser vendida para investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimentos e instituições financeiras.

Para informações adicionais sobre o FIDC Multisetorial Lego LP, consultar o relatório de rating preliminar emitido em 6 de maio de 2008 (<http://www2.standardandpoors.com/spf/pdf/fixedincome/Lego.pdf>).

Analista principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Analista de monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

Curitiba, 30 de junho de 2008.

À

Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Superintendência de Relações com Investidores Institucionais
Rio de Janeiro - RJ

Ref.: Relatório Trimestral – período encerrado em 30 de junho de 2008

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Lego LP
CNPJ 09.240.356/0001-77

Prezados senhores,

Em atendimento ao Artigo 8º da Instrução CVM Nº 356 de 17/12/2001 e alterações posteriores, apresentamos as seguintes informações:

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E LIMITES DE COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

a) O Fundo manteve-se enquadrado na alocação dos ativos conforme Título II, Capítulo I, Seção 4, artigo 59 da política de investimento constante em seu regulamento;

b) As negociações foram realizadas a taxas de mercado.

Composição da Carteira em: 30/06/2008

ATIVOS	Valor	% Carteira	Limite Mínimo	Status
DIREITOS CREDITÓRIOS	0,00	0,00%		
EM ATRASO	0,00	0,00%		
PDD	0,00	0,00%		
TOTAL DE DIREITOS CREDITÓRIOS ==>	0,00	0,00%	50,00%	ENQUADRADO
Títulos Públicos	0,00	0,00%		
Títulos Privados	100.134,43	42,11%		
TÍTULOS DE RENDA FIXA ==>	100.134,43	42,11%		
CONTAS A PAGAR / RECEBER ==>	100.102,10	42,10%		
SALDO DE TESOURARIA ==>	37.540,85	15,79%		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	237.777,38	100,00%		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SENIOR	0,00	0,00%		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SUBORDINADA	237.777,38	100,00%		

PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM

O Fundo aprovou em Assembléia a Verificação do Lastro por Amostragem, o custodiante **DEUTSCHE BANK S/A – BANCO ALEMÃO**, já contratou a **KPMG Risk Advisory Services Ltda.**, para execução do serviço.

1) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem

Admitindo um intervalo de confiança de 95%, a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \times (1/E_0^2)}{N + (1/E_0^2)}$$

Onde:

Eo = erro amostral tolerável

N = tamanho da população

O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

2) Etapas

2.1) Determinar o erro amostral tolerável

O erro amostral tolerável será mantido 10%, dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados.

2.2) Determinar o intervalo de confiança

O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efeito da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% é tal que ele tem 95% de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

2.3) Determinar itens chave

Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% não fazem parte da população da amostragem.

2.4) Extração dos itens para teste

A seleção da amostra a ser analisada é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos Creditórios que sejam originados de todas as Empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item 1, será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividiremos a base de dados em extratos para depois selecionarmos, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para nossos testes.

Escopo da Análise

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

A Administradora informa que no trimestre em referência o FIDC Multisetorial Lego LP efetuou apenas uma operação de recebíveis, a qual será considerada no próximo trimestre para efeito de auditoria de verificação do lastro por amostragem.

Atenciosamente

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP
PETRA PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A



Curitiba, 30 de setembro de 2008.

À

Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Superintendência de Relações com Investidores Institucionais
Rio de Janeiro – RJ

Ref.: Relatório Trimestral – período encerrado em 30 de setembro de 2008

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Lego LP
CNPJ 09.240.356/0001-77

Prezados senhores,

Em atendimento ao Artigo 8º da Instrução CVM Nº 356 de 17/12/2001 e alterações posteriores, apresentamos as seguintes informações:

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E LIMITES DE COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

a) O Fundo manteve-se enquadrado na alocação dos ativos conforme Título II, Capítulo I, Seção 4, artigo 59 da política de investimento constante em seu regulamento;

b) As negociações foram realizadas a taxas de mercado.

Composição da Carteira em: 30/09/2008

ATIVOS	Valor	% Carteira	Limite Mínimo	Status
DIREITOS CREDITÓRIOS	6.520.702,70	91,76%		
EM ATRASO	205.692,95	2,89%		
PDD	-926,54	-0,01%		
TOTAL DE DIREITOS CREDITÓRIOS ==>	6.725.469,11	94,64%	50,00%	ENQUADRADO
Operação Compromissada	149.239,50	2,10%		
Títulos Privados	190.165,85	2,68%		
TITULOS DE RENDA FIXA ==>	339.405,35	4,78%		
CONTAS A PAGAR / RECEBER ==>	27.552,83	0,39%		
SALDO DE TESOURARIA ==>	13.822,64	0,19%		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.106.249,93	100,00%		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SENIOR	0,00	0,00%		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SUBORDINADA	7.106.249,93	100,00%		

PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM

O Fundo aprovou em Assembléia a Verificação do Lastro por Amostragem, o custodiante **DEUTSCHE BANK S/A – BANCO ALEMÃO**, já contratou a **KPMG Risk Advisory Services Ltda.**, para execução do serviço.

1) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem

Admitindo um intervalo de confiança de 95%, a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \times (1/E_0^2)}{N + (1/E_0^2)}$$

Onde:

Eo = erro amostral tolerável

N = tamanho da população

O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

2) Etapas

2.1) Determinar o erro amostral tolerável

O erro amostral tolerável será mantido 10%, dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados.

2.2) Determinar o intervalo de confiança

O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efeito da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% é tal que ele tem 95% de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

2.3) Determinar itens chave

Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% não fazem parte da população da amostragem.

2.4) Extração dos itens para teste

A seleção da amostra a ser analisada é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos Creditórios que sejam originados de todas as Empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item 1, será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividiremos a base de dados em extratos para depois selecionarmos, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para nossos testes.

Escopo da Análise

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

A manifestação do custodiante com relação à auditoria do lastro do FIDC encontra-se no seguinte link:

http://www.personaltrader.com.br/documentos/fidc_lego/manifestacaoCustodianteLego17102008.pdf

Atenciosamente

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LEGO LP
PETRA PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Deutsche Bank

São Paulo, 17 de outubro de 2008.

À
Petra Personal Trader CTVM Ltda.
Rua Pasteur, 463, 11º andar
Curitiba – PR
80250-080

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900
São Paulo SP Brasil 04538-132

Tel 55 11 2113-5000

Tel direto 55 11 2113-5907
Fax direto 55 11 2113-5170

At.: Sr. Edilberto Pereira

Ref: Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios
FIDC Multisetorial Lego LP

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") datado de outubro de 2008, que utilizou como data base a carteira de recebíveis do Fundo de 29 de agosto de 2008, sendo que esta contemplava todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo desde o início de suas atividades em 25 de junho de 2008, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de custodiante ("Custodiante") do FIDC Multisetorial Lego LP ("Fundo"), tece as seguintes considerações.

Considerando a metodologia para verificação do lastro dos direitos creditórios definido previamente pelo Custodiante, foram observadas inconsistências na ordem de 13% (treze por cento) do universo analisado referente à verificação física das duplicatas e/ou notas fiscais devidamente formalizadas junto ao Fiel Depositário.

O Custodiante entrou em contato com a Administradora do Fundo que se comprometeu a atuar junto às Consultoras do Fundo de modo a diminuir ou eliminar as inconsistências apontadas pela KPMG em seu relatório.

Atenciosamente,



DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Valquiria Batagioti Matsui
Domestic Custody Services

Reginaldo Moraes da Cruz
Deutsche Bank S.A.
Custody Operations

